

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
MESTRADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

THAISE ALBINO DA SILVA

REFLEXOS DA MILITARIZAÇÃO DA VIDA NAS FAVELAS CARIOCAS:
O CASO DO JACAREZINHO

Rio de Janeiro

2024

THAISE ALBINO DA SILVA

REFLEXOS DA MILITARIZAÇÃO DA VIDA NAS FAVELAS CARIOCAS:

O caso do Jacarezinho

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alex Ferreira Magalhães

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

S586r Silva, Thaise Albino da
Reflexos da militarização da vida nas favelas
cariocas: o caso do Jacarezinho / Thaise Albino da
Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
100 f.

Orientador: Alex Ferreira Magalhães.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. Militarização. 2. Jacarezinho. 3. Favelas. 4.
Rio de Janeiro. I. Magalhães, Alex Ferreira,
orient. II. Título.

THAISE ALBINO DA SILVA

**REFLEXOS DA MILITARIZAÇÃO DA VIDA NAS FAVELAS CARIOCAS:
O CASO DO JACAREZINHO**

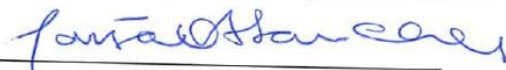
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alex Ferreira Magalhães

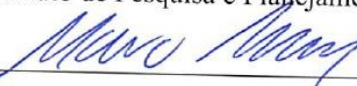
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alex Ferreira Magalhães
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ



Prof. Dra. Taísa de Oliveira Amendola Sanches
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ



Prof. Dr. Mario Sérgio Ignácio Brum
Departamento de História - IFCH - UERJ

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho não foi fácil. Por muitos momentos duvidei da capacidade de conseguir finalizá-lo, seja por conta de uma conjuntura muito adversa para a nossa geração, seja pela pandemia de Covid-19 que nos fez atravessar um longo período de medo e incerteza. Mas felizmente chegamos até aqui. E se consegui chegar, foi porque contei com a ajuda de pessoas que tiveram uma participação fundamental nesse processo.

Começo agradecendo ao meu orientador, Alex F. Magalhães, que esteve esses anos comigo e com paciência me ajudou a trilhar o caminho da melhor maneira possível. Agradeço aos meus amigos de longa data que me viram entrar no mestrado e agora partilham também da alegria de me ver com o título de mestre: Sthefani, Sabrina e John. Agradeço aos amigos e companheiros de luta que dividem comigo a persistente vontade de mudar o mundo: Camila, Caíque, Iamara, Marcellus, Mariana e tantos outros.

Não poderia deixar de agradecer também ao Movimento RUA, ao Partido Socialismo e Liberdade, ao Mandato Dani Monteiro e ao Movimento de Educação Popular Esperança Garcia, com quem eu aprendo cotidianamente que esse sistema precisa ser superado, a partir da luta coletiva, para que pessoas que possuem a trajetória parecida com a minha consigam viver em um mundo melhor.

Agradeço à Neide, minha mãe, que lutou tanto para que eu tivesse acesso à educação de qualidade e que acreditasse na capacidade de transformação que ela possui. Mesmo com as dificuldades, seguimos juntas lutando por uma vida melhor.

Agradeço também à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mudou minha vida, despertou minha consciência crítica e me permitiu conhecer pessoas incríveis desde a primeira vez que pisei no campus do Fundão.

Por fim, agradeço ao meu amor, Michael, que nos últimos meses de escrita dessa dissertação foi meu principal pilar. Obrigada por me fazer acreditar que os sonhos são possíveis e que existem para serem alcançados. Como diz a música do BIN, “*com você e com o Flamengo acostumei a ganhar*”.

*“Pra que amanhã não seja apenas um ontem
Com um novo nome”
(Emicida)*

RESUMO

Esta dissertação pretende investigar os impactos da militarização como forma de governança nas favelas cariocas, com base nas experiências observadas no Jacarezinho. As favelas cariocas, espaços historicamente marginalizados e que precisaram lutar pelo direito de existir, mesmo atualmente, ainda lidam com processos que negam a cidadania plena para seus moradores. O que se observa é a presença do Poder Público nesses territórios, com frequência, a partir da militarização e das forças policiais, onde utiliza-se a narrativa de que o “inimigo público” reside ali e que precisa ser derrotado. De maneira recente, com a Unidade de Polícia Pacificadora e o Programa Cidade Integrada, é apresentada de forma mais nítida a ideia de programas que se utilizam da força policial e das incursões com a justificativa de que esse modelo facilitaria o processo de pacificação das favelas a partir da superação da guerra às drogas. Neste contexto, o Jacarezinho é considerado um território significativo para essa pesquisa, cuja consolidação ao longo da história teve origem a partir da ocupação do seu espaço por operários e ao longo dos anos foi produzindo formas de se adaptar à realidade a partir de diversas frentes de luta por grupos organizados e inseridos na dinâmica da favela. A partir desta pesquisa é possível identificar a manutenção da “metáfora da guerra” como justificativa para a instauração de um estado de exceção permanente nas favelas, produzindo medo e insegurança no território e submetendo os investimentos em políticas públicas e serviços à lógica da pacificação, cenário que ajuda a fortalecer a narrativa do “nós por nós” onde os próprios moradores se organizam para construir um horizonte de dignidade e direitos para a favela, na tentativa de subverter a lógica de exceção produzida pela militarização.

Palavras-chave: Favelas; militarização; Jacarezinho, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This master thesis aims to investigate the impacts of militarization as a form of governance in the favelas of Rio de Janeiro, based on the experiences observed in Jacarezinho. The favelas of Rio, historically marginalized spaces that have had to fight for their right to exist, continuing to face processes that deny full citizenship to their residents. What is observed is the presence of the Public Power in these territories, are often through militarization and police forces, using the narrative that the "public enemy" resides there and must be defeated. Recently, with the "Unidade de Polícia Pacificadora" and "Cidade Integrada" Program, the idea of programs utilizing police force and operations has become clearer, justifying this model as facilitating the pacification process of the favelas by overcoming the war on drugs. In this context, Jacarezinho is considered a significant territory for this research, whose consolidation over history began with the occupation of its space by workers and, over the years, has produced ways to adapt to reality through different fronts of struggle by organized groups within the favela's dynamics. This research identifies the perpetuation of the "war metaphor" as a justification for the establishment of a permanent state of exception in the favelas, producing fear and insecurity in the territory and subjecting investments in public policies and services to the logic of pacification. This scenario helps to strengthen the "us for us" narrative, where the residents themselves organize to build a horizon of dignity and rights for the favela, to subvert the logic of exception produced by militarization.

Keywords: Favelas; militarization; Jacarezinho, Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A MILITARIZAÇÃO DA VIDA NAS FAVELAS CARIOCAS	16
2.1 A construção das “classes perigosas”	17
2.2 Raízes da violência: o racismo e a metáfora da guerra nas favelas cariocas	23
2.3 O avanço da militarização no Rio de Janeiro	33
2.4 Do projeto de pacificação à intervenção	40
3 JACAREZINHO: O RIO, O BAIRRO, A FAVELA	50
3.1 Jacarezinho é o pulsar da vida urbana: uma reflexão sobre a jornada até aqui.....	50
3.2 Reflexos da militarização no cotidiano dos moradores do Jacarezinho	59
4 DISPUTAS SOBRE OS SENTIDOS DA FAVELA E AS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS NO JACAREZINHO	68
4.1 A favela que a história não conta	69
4.2 LabJaca e a produção de dados	75
4.3 Jaca Contra o Corona e a solidariedade nas favelas durante a Pandemia de Covid-19	78
4.4 Educação popular e o NICA Jacarezinho	80
4.5 Memorial das vítimas da chacina do Jacarezinho	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é investigar o impacto da militarização como método de governança no Rio de Janeiro sobre o cotidiano das favelas cariocas, utilizando o Jacarezinho como referência empírica. Busca-se, ainda, entender como as iniciativas comunitárias nas favelas podem promover uma nova perspectiva desses territórios, colocando a favela no cerne das políticas de promoção do bem-estar e construindo uma alternativa para a gestão militarizada das favelas e do Rio de Janeiro.

Utilizamos, aqui, a definição de militarização como uma forma de governança que utiliza da violência, da vigilância e de práticas de controle e de disciplinarização que remetem à lógica militar num contexto de enfrentamento aos conflitos sociais (Leite *et al.*, 2018). No âmbito da segurança pública, ao remontarmos a formação da polícia brasileira, é evidente a marcante influência do militarismo de guerra, que pressupõe a existência de um inimigo a ser derrotado a qualquer custo. Essa lógica, implementada em conflitos externos – guerras entre nações, por exemplo – se estabeleceu também no processo de defesa interna, no caso brasileiro. Cria-se, então, uma realidade onde o crime e os potenciais criminosos passam a ser os opositores do bem-estar do país. Dessa maneira:

É adotado o modelo bélico para o combate ao crime, sendo o criminoso percebido como inimigo a ser eliminado, os policiais vistos como combatentes e a favela como território a ser ocupado. O policiamento é, então, realizado com a adoção de estruturas e conceitos militares. Se por um lado as PMs são, ainda hoje, estruturadas aos moldes do Exército e adotam ideologia militar, por outro é atribuído papel cada vez maior às Forças Armadas em questões de segurança pública (Valente, 2014, p. 212).

Esse cenário apresenta um contexto em que determinadas classes – em regra os mais pobres e aqueles em conflito com a lei – não são vistas pelo Estado como cidadãos dotados de direitos. Elas precisam ser perseguidas, neutralizadas e dominadas, em nome de uma pacificação do espaço e da proteção das elites, combatendo a “desordem pública” (Valente, 2014).

O Rio de Janeiro é uma cidade que acumula contradições. De um lado, é encarada como a “Cidade Maravilhosa”, de belas paisagens, de praias paradisíacas, servindo de cenário para as novelas de grande sucesso e, de certa maneira, reconhecida como a cara do Brasil internacionalmente. Ao mesmo tempo, vivenciamos uma cidade que sobrevive com muitos problemas de ordem urbana e social. A desigualdade territorial, os índices de violência, o déficit habitacional, a disputa de áreas da cidade por grupos paramilitares e o combate ao tráfico de

drogas nas favelas que desde os anos 1980 assola o estado (Pontes, 2009) são elementos que contribuem para a manutenção das assimetrias que no território do Rio de Janeiro se estabelecem e, nas favelas, se expressam da forma mais perversa.

Para Zaluar e Alvito (2006, p. 7), “falar de favela é falar da história do Brasil desde a virada do século passado [XIX]”. Quando olhamos para o passado, conseguimos identificar a existência de preconceito e marginalização por parte do Estado e da sociedade desde o nascimento das favelas. Com a demolição dos cortiços do centro do Rio no final do século XIX e início do século XX, que ocorreu a partir de justificativas higienistas, de embelezamento da cidade e controle de doenças e epidemias, um paralelo foi criado entre a ocupação dos morros e o processo de remoção daqueles que encontravam no cortiço uma opção de moradia possível.

Estabelece-se, então, uma hipótese de que os cortiços seriam o germe das favelas (Valladares, 2005), já que, entre outras coisas, aqueles que ficaram desalojados utilizaram as próprias madeiras que sobraram do despejo para firmarem moradia nos arredores, muitos deles no morro da Favella, que estava localizado bem próximo ao famoso cortiço Cabeça de Porco (Santucci, 2008).

A consolidação das favelas como local de moradia dos grupos marginalizados caminhou junto com a herança dos estigmas que eram atrelados aos cortiços: o local indigno, com habitações precárias, condenados pelos higienistas e vistos como “perigosos” por abrigar as classes vulneráveis e em conflito com a lei. Consequentemente, as favelas passaram a ser identificadas como um novo problema que necessitava ser combatido pelo poder público, como defendia sistematicamente a mídia da época em que foram formadas. Segundo Valladares (2005, p. 42) “durante dois anos essa campanha, muito bem organizada, ocupou as páginas dos principais jornais do Rio – O Globo, A Notícia, Jornal do Commercio, O Jornal, Correio da Manhã e Jornal do Brasil –, apresentando a imagem da favela como “lepra da estética”.

Com a identificação do novo problema habitacional que prejudicava o projeto de “Europeização” da então capital federal, a construção da urgência de “limpeza da cidade” passou a atingir os morros. Em meados da década de 1920, segundo Silva e Barbosa (2005), mais de 100 mil pessoas já habitavam as favelas do Rio de Janeiro. Seu crescimento era tamanho que acompanhava o desenvolvimento da malha ferroviária, como aponta Abreu:

O trem tornou-se o meio de transporte que permitia às classes populares o deslocamento entre a residência e o trabalho. Na região, não havia os serviços essenciais disponíveis na zona sul e centro. Uma leva de imigrantes vinda de outros estados e regiões afluía ao sertão carioca, ocupando as várzeas dos rios e os morros próximos às estações de trem que iam sendo inauguradas. O fato intensificou a divisão

social, na busca das oportunidades da cidade-capital, que passaram a ser disputadas por moradores de várias origens (Abreu, 2020, p. 268).

O processo de avanço da ocupação dos morros no entorno da linha do trem somado a instalação de indústrias no subúrbio carioca são fatores que propiciaram a formação da favela do Jacarezinho (Abreu, 2020), décima quarta maior favela do país segundo dados do censo de 2022 (Wikifavelas, 2023a). Assim como as demais favelas que se formaram no Rio de Janeiro, o Jacarezinho se tornou espaço de amparo para a população que não tinha como arcar com os custos de uma moradia fora daquele ambiente e longe do local de trabalho – no caso do Jacarezinho, as indústrias da região – recaindo sobre elas o preconceito de raça e classe por parte da parcela da sociedade que morava no “asfalto” e pelo próprio Estado, cenário que perdura até os dias de hoje.

O Jacarezinho contou com a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora de 2012 a 2019 (O Globo, 2022a) e recentemente foi laboratório do Programa Cidade Integrada, tendo seu território ocupado pelas forças policiais em janeiro de 2022 para “gerar condições” para a implementação do Programa. O seu território vivencia as múltiplas formas de violações de direitos cotidianamente. Entre 2007 e 2021, por exemplo, o Jacarezinho contou com 112 mortes decorrentes de ações policiais (Rocha, 2022). Em paralelo a isso, a demanda para seus moradores é por investimento em políticas públicas e por uma vida digna para quem vive ali.

Cinco anos após as Olimpíadas do Rio e a promessa de legado olímpico para toda a cidade, o Jacarezinho foi acometido pela chacina ocorrida em maio de 2021 e conhecida como a maior da história do Rio de Janeiro, vitimando 28 pessoas numa operação policial, demonstrando que o método utilizado pelos governos é letal para os moradores de favela e apresenta resultados questionáveis, como a própria UPP que teve boa parte de suas unidades extintas já em 2018 (Soares, 2018) e foi tema de projeto de lei na ALERJ que visava acabar com o programa por completo em 2019 (Resende, 2019).

Seja a partir dos jornais, nas ferramentas de pesquisa da internet ou na televisão, a favela é na maior parte do tempo noticiada por suas mazelas: operações policiais ou guerra entre facções e milícias, chuvas de verão e suas enchentes devastadoras, pobreza e falta de emprego, demanda por serviços públicos como água encanada, acesso à energia, pavimentação de ruas, entre outras coisas. No entanto, esta pesquisa busca dialogar com um outro lado da favela. Por óbvio, a tentativa é de narrar a realidade, trazendo questões fundamentais para o entendimento do cotidiano desses territórios. Todavia, é crucial destacar a faceta que colabora para a formação de uma cidade diversificada, culturalmente enriquecida, onde a solidariedade emerge como um

modo de vida que se opõe ao individualismo promovido pela sociedade neoliberal. Dessa maneira, alguns exemplos de iniciativas comunitárias construídas no Jacarezinho são discutidos através de um olhar que as identifica como uma resposta à gestão militarizada – que se orienta pela “metáfora da guerra” e que produz medo e insegurança. As iniciativas comunitárias vão na direção oposta e buscam mostrar a favela como um espaço onde os moradores conseguem se organizar para criar áreas de acesso a direitos que muitos não conseguem obter pelas dificuldades impostas pelo cotidiano. É a favela do “bem-viver” se sobrepondo a favela da “violência”.

Pessoalmente, vejo esta pesquisa como uma etapa fundamental em minha jornada. Cresci na favela do Parque Royal, na Ilha do Governador, onde passei 21 dos meus 29 anos. Experimentei diretamente a difícil realidade de viver em um espaço carente de investimentos em políticas públicas, onde a continuidade dos projetos fica em segundo plano. Embora o Parque Royal tenha sido uma das áreas beneficiadas pelas obras do Favela-Bairro, anos depois, devido à falta de manutenção, voltou para o grupo de territórios que demandavam novas intervenções do Poder Público sem perspectiva de quando seria atendido.

Tive minha vida atravessada pela disputa territorial entre facções que tornava a favela um “campo de batalha” e experimentei a relação hostil com as forças policiais que ao entrarem na favela deixavam o medo e a apreensão por onde passavam. Em 2019, um adolescente negro foi assassinado¹ com um tiro nas costas em uma das vias principais da favela quando voltava da aula. Jamais esqueci a revolta da família que só queria provar que seu filho era inocente. Entendi que corpos negros e favelados eram descartáveis e que a dor da família jamais seria curada, mas que aquele caso seria rapidamente substituído por outro, em outra favela, mas sob a mesma política de morte.

Elaborar esta dissertação e promover uma reflexão sobre a militarização da vida no Rio de Janeiro, com foco no Jacarezinho – uma favela que foi palco da maior chacina da história do Rio, decorrente de uma operação policial – é fundamental para trazer à tona um debate que sempre foi crucial em minha vida pessoal e acadêmica: a contribuição sobre a vida na favela a partir daqueles cuja história foi marcada pela dor e pelos prazeres que ela pode proporcionar e que vivenciam a gestão militarizada desses espaços.

Quando cito “prazeres”, demarco por acreditar que este é um elemento substancial para a vitória das favelas sobre a ameaça de remoção que perseguiu esses territórios durante décadas.

¹ O DIA. Ilha: Jovem é morto a tiro no Parque Royal e moradores protestam. Rio de Janeiro, março de 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/03/5630481-ilha--jovem-e-morto-a-tiro-no-parque-royal-e-moradores-protestam.html>. Acesso em: 12 julho 2024.

Como diz Frei Betto, “*a cabeça pensa onde os pés pisam*”², e a favela é construída por pessoas, atravessada por marcadores sociais, constituída a partir daqueles que sustentam também todos os outros pilares da cidade a partir do seu trabalho. Ela é parte fundamental da cidade e não se pode falar sobre o Rio de Janeiro sem olhar para esses espaços.

Enquanto bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social e por construir este trabalho a partir da linha de pesquisa “Planejamento, Gestão e Políticas Públicas no Território”, considero essencial para os campos da Gestão Pública e do Planejamento Urbano compreender as disparidades socioespaciais que permeiam as cidades – utilizando aqui o recorte do Rio de Janeiro – e a contribuição do Estado para a manutenção dessas assimetrias. A militarização do espaço urbano é encarada, aqui, como um processo que é atravessado por uma gestão pública orientada para as práticas militarizadas e por um planejamento urbano que na cidade do Rio de Janeiro também foi instrumento que contribuiu para a marginalização de grupos sociais, que por sua vez se tornaram “reféns” da militarização. Como aponta Roy: “a pobreza e as geografias da pobreza devem também ser compreendidas como efeitos do Estado, na medida em que envolvem tanto a exclusão territorial quanto a estigmatização territorial” (2009, p. 131).

Nos últimos anos, sob o mandato da deputada estadual Dani Monteiro (PSOL), do qual faço parte, o Jacarezinho ganhou centralidade na atuação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, presidida pela deputada. Foram diversos atendimentos aos moradores e visitas à favela para acompanhar casos de violações de direitos humanos e a mobilização dos residentes ao longo desse período. Isso despertou em mim a necessidade de aprofundar meu olhar sobre o Jacarezinho e os processos recentes que a favela tem vivido.

Para a elaboração desta pesquisa e da dissertação que dela surge, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, utilizando como referência empírica a favela do Jacarezinho. Os objetivos deste trabalho incluem contribuir para a discussão sobre a militarização como um modelo de governança no Rio de Janeiro, investigar os impactos da militarização na vida dos moradores de favela e, mais especificamente, do Jacarezinho, e identificar como iniciativas comunitárias no Jacarezinho se apresentam como uma alternativa à gestão militarizada encarada pelos governos como a “solução” para os conflitos sociais nas favelas, contribuindo para a disputa dos sentidos desses territórios.

² Este é um dos dez conselhos escritos por Frei Betto para os militantes de esquerda. Disponível em: <https://metalurgicos.org.br/noticias/frei-betto-dez-conselhos-para-os-militantes-de-esquerda/>. Acesso em 08 maio 2024.

Este trabalho se apoia em uma bibliografia composta por autores relevantes para o tema e o campo de estudo, como Licia Valladares, Michel Foucault, Jessé Souza, Lia Rocha, Márcia Leite, entre outros. Além disso, será realizada uma análise documental com base em dados secundários provenientes de instituições oficiais, como o IBGE, e de organizações do Terceiro Setor, como a Casa Fluminense. Serão também utilizados dados de institutos que investigam o impacto da violência no Rio de Janeiro, como o Fogo Cruzado.

Em síntese, os elementos abordados nesta introdução serão estruturados da seguinte maneira ao longo deste trabalho: o segundo capítulo, intitulado "A militarização da vida nas favelas cariocas", examinará a militarização como uma estratégia de governança na cidade e suas consequências, além de explorar conceitos essenciais para entender como as favelas se transformaram em espaços onde a exceção é frequentemente posta em prática em nome da ordem e do controle, baseada na concepção de um estado de "guerra" constante no Rio de Janeiro. Nesse contexto, a resposta pode resultar em aumento da violência e de mortes, supostamente em benefício de uma parte da população que, de maneira geral, não compreende aqueles que pertencem aos estratos menos privilegiados.

O capítulo seguinte, intitulado "Jacarezinho: o rio, o bairro, a favela", investigará os impactos da militarização na favela do Jacarezinho, passando pelo seu processo de formação enquanto uma favela significativa para a cidade do Rio de Janeiro, e pela averiguação da atuação do Estado na favela a partir de experiências de tentativa de pacificação que orientaram a intervenção do Poder Público nas favelas desde a construção da "Cidade Olímpica". Além disso, o Jacarezinho será apresentado como território emblemático para a compreensão do processo de insegurança produzido nas favelas nas suas mais variadas faces, a partir das disputas pela gerência do seu espaço e dos longos percalços enfrentados pelos moradores numa luta cotidiana por respeito, dignidade e direito de viver a favela, não apenas sobreviver.

No último capítulo, intitulado "A disputa dos sentidos da favela e as iniciativas comunitárias no Jacarezinho", serão abordadas as iniciativas populares e comunitárias na favela, as quais caracterizam o que Cidinho e Doca cantaram no Rap da Felicidade: "*Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui*"³. As iniciativas de educação popular, de solidariedade e de produção de dados realizadas pelos próprios moradores serão esmiuçadas neste capítulo, subvertendo os estigmas atrelados a favela e aos favelados e buscando compreender como a favela produz respostas para suas demandas através de um modo de organização centrada na

³ Trecho do "Rap da Felicidade". Letra completa: <https://www.letras.mus.br/cidinho-e-doca/235293/>.

cooperação e na produção de um sentimento de classe que se orienta também a partir do território e fundamentalmente a partir da fraternidade.

Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais, demonstrando os resultados da pesquisa que revelam como a militarização do espaço urbano contribui para a manutenção das desigualdades nas favelas cariocas. A UPP e o Programa Cidade Integrada, considerados instrumentos de intensificação da lógica militarizada da gestão dos conflitos nas favelas, não conseguiram gerar impactos significativos no território do Jacarezinho, que continua a enfrentar indicadores socioeconômicos preocupantes. Esse cenário contribui para a organização dos moradores através da ideia do “nós por nós” e da construção de iniciativas comunitárias na favela, com o objetivo de facilitar o acesso de parte dos moradores a direitos e oportunidades, que têm sido severamente afetados pelas incursões policiais e pela “pacificação” como meta de intervenção do poder público nesses territórios. Essas iniciativas apresentam uma versão da favela enquanto espaço de produção de solidariedade, coletividade e pertencimento pela ótica dos próprios moradores, que conseguem produzir soluções criativas para as dificuldades enfrentadas no cotidiano.

2 A MILITARIZAÇÃO DA VIDA NAS FAVELAS CARIOCAS

Quem te enganou que o favelado tá seguro dentro da sua própria casa?
Quem me garante que uma bala perdida
Na hora do tiroteio nunca vai me achar?
É por isso que o governo brasileiro
Na visão do favelado, é uma piada (do favelado é uma piada)
Tanto sonho interrompido, mais um coração partido
Eles fizeram muita mãe chorar
(Mc Cabelinho e BK)⁴

O Rap de Mc Cabelinho e BK é capaz de traduzir um sentimento que se perpetua nas favelas do Rio de Janeiro. De um lado, o medo e a insegurança que fazem parte do cotidiano dos favelados que vivem em territórios de disputa, seja pelos grupos armados, seja pelo próprio Estado. De outro lado, ele captura a experiência de viver sob uma gestão pública fortemente influenciada pela militarização, uma abordagem que se tornou central para o governo nessas comunidades, mas que também se manifesta de várias maneiras em todo o Rio de Janeiro, tendo suas raízes em experiências que não são atuais, mas que ajudam a alimentar narrativas que se ancoram na existência de uma “cidade partida”.

Nas próximas seções, exploraremos diversos aspectos que nos ajudam a entender como a militarização se tornou a principal estratégia de resposta aos conflitos sociais no Rio de Janeiro. Veremos como essa abordagem se consolidou como o núcleo da intervenção do poder público, especialmente nas comunidades mais desfavorecidas, e como está profundamente ligada a uma herança racista e colonial. Essa herança construiu a ideia de que algumas pessoas merecem viver e ter acesso a bens e serviços de qualidade, enquanto outras são vistas como descartáveis, sob a perspectiva de limpeza social e proteção das elites.

A alternativa à crise social e à violência urbana encontrada pelos governos, conforme demonstraremos adiante, é o controle da pobreza – e dos pobres – por meio da vigilância, da tentativa de domesticação e da “pacificação” das comunidades habitadas por essa parcela da população. Essas medidas são justificadas pela ideia de uma “guerra” que contrapõe os defensores da “ordem” aos que representam uma ameaça a ela, resultando em comoção social e em uma realidade cruel para os moradores de favelas.

2.1 A construção das “Classes perigosas”

⁴ Trecho da música “Reflexo” de MC Cabelinho e BK. Letra completa: <https://www.lettras.com/mc-cabelinho/reflexo-part-bk/>.

A discussão sobre a origem da criminalidade sempre foi tema bastante debatido entre intelectuais, no âmbito da política e na própria medicina. Em comum, essas esferas de forma concomitante ou em momentos separados, já partilharam da leitura de que a predisposição para a delinquência e para a desordem social seria uma consequência da pobreza e uma propensão dos indivíduos que viviam na miséria.

Para a proteção (e manutenção) da riqueza e da propriedade privada, aliado às ideias oriundas da medicina que diagnosticava a pobreza como algo temerário para a sociedade e possivelmente “contagiosa”, as “classes perigosas” foram forjadas como aquelas que representavam um perigo para a moralidade e para o bem-estar de uma sociedade regida pela branquitude e pelos preconceitos de classe (Coimbra, 2001). Para Valladares (1991, p. 87): as “classes perigosas” compreendiam àqueles fora do universo fabril; mais especificamente àqueles que eram criminosos, delinquentes ou simplesmente vagabundos e desordeiros que viviam entre o cortiço e a rua, tentando impor a desordem”.

Com o advento da mão de obra livre e o avanço do modo de produção capitalista, o trabalho se tornou elemento fundamental para a definição da integridade dos indivíduos, onde aqueles que estivessem fora do mercado de trabalho eram também considerados indignos e jogados à margem da sociedade. A noção de que “o trabalho dignifica o homem” somada à estigmatização daqueles que não possuíam uma ocupação, forjaram uma realidade onde a manutenção do controle da classe trabalhadora, elemento presente no “pensamento jurídico e político da virada do século [XIX]” (Valladares, 1991, p. 84), passava pela inserção dos indivíduos no mercado laboral.

Com o diagnóstico estabelecido, expandia-se a gama de mecanismos para o enfrentamento da pobreza e dos perigos que acreditava-se ser decorrente dela, como doenças, vícios e delinquência, como aponta Coimbra:

Os pobres considerados "viciosos", por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho - uma das mais nobres virtudes enaltecida pelo capitalismo - e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um "perigo social" que deve ser erradicado; justificam-se, assim, as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial. Essa periculosidade também está presente nos "pobres dignos", que por força da sua natureza - a pobreza - também correm os riscos das doenças. Entretanto, é para a parcela dos “ociosos” que se irá enfatizar o seu "potencial destruidor e contaminador" (Coimbra, 2001, p. 91).

No Rio de Janeiro, a repulsa difundida em relação aos moradores dos cortiços e posteriormente por aqueles que ocuparam os morros, ilustra como essas áreas foram estigmatizadas e marginalizadas por aqueles que rotulavam a população local como pertencente

a uma raça inferior, “vagabundos”, suspeitos de atividades criminosas e disseminadores de doenças.

Esta análise centrava-se nas condições de vida precárias daqueles que residiam no local, mas também era realizada com um viés preconceituoso, dotado da ideia de que a concentração de negros e a vulnerabilidade social daquelas pessoas seria uma faísca para a proliferação da marginalidade. As ideias eugenistas dos séculos XIX e XX propagavam a noção de que os desfavorecidos – escravizados e seus descendentes, pessoas em situação de rua, indivíduos que viviam na insalubridade etc. – tinham aquele destino pois já nasciam fadados a viver daquele jeito, utilizando de argumentos naturalistas para defender essa tese. Para Coimbra:

Ao conceberem que vícios e virtudes são, em grande parte, originários de ascendentes, o higienismo, aliado aos ideais eugênicos e à teoria da "degenerescência" de Morel, vai afirmar que aqueles advindos de "boas famílias" teriam naturalmente pendores para a virtude; ao contrário, aqueles que traziam “má herança” - leia-se os pobres - seriam portadores de "degenerescências". Dessa forma, justifica-se uma série de medidas contra a pobreza. Esta passa a ser identificada e tratada segundo o estágio em que se encontra (Coimbra, 2001, p. 90).

Com a construção da ideia de que alguns indivíduos têm seu futuro limitado por questões genéticas, as tentativas de produzir soluções para a violência urbana passaram a ser justificadas em nome do bem-estar e da limpeza ética (e étnica) da sociedade. Desse modo, os discursos supremacistas ganharam destaque ao passo em que as ideias levantadas sobre a possível inferioridade de negros e indígenas eram difundidas. Silva acrescenta:

No que diz respeito às relações entre crime e raça, a Criminologia sustentada pelo paradigma etiológico (positivo) foi responsável por conferir legitimidade científica à ideia de degeneração e inferioridade biossocial aos grupos humanos classificados como inferiores racialmente, nomeadamente negros e indígenas (Silva, 2017, n.p).

O processo de defesa de uma homogeneidade racial à época centrava-se também na ideia de que a desigualdade social era fruto de condições pré-estabelecidas pela genética. A solução para eliminá-la seria reduzir o número de pobres e daqueles que não se encaixavam no regime laboral – e por consequência, de negros – e para isso defendia-se entre os eugenistas que “deveria ser esterilizada toda a população pobre que não estivesse inserida no mercado de trabalho capitalista, que não fossem corpos úteis e dóceis à produção” (Coimbra, 2001, p. 87).

O controle dos corpos a partir da noção de “serventia” para o sistema capitalista é um mecanismo fundamental para Foucault, que aponta: “a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não têm muita importância

do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente” (Foucault, 2021, p. 288). Para o autor, essa forma de poder se consolida através da vigilância e de coerções materiais, com a exploração dos corpos pelo trabalho e a marginalização daqueles que não estão inseridos nessa dinâmica, como acrescenta Valladares:

Desde a época Imperial, quando fora aprovado o Código Criminal que considerava, entre outros, como crimes policiais a prática da vadiagem e da mendicância, a polícia usava e abusava do livre-arbítrio, prendendo frequentemente aqueles que perambulavam pelos espaços públicos. Eram considerados vadios todos aqueles que não possuíam ocupação honesta e útil de que pudesse subsistir (Valladares, 1991, p. 87).

Contrariando a concepção idealizada de que as ruas seriam locais de encontros, convívio cordial e celebração, como as rodas de samba e capoeira ilustravam, elas começaram a ser percebidas como espaços onde a criminalidade, a desordem e a pobreza proliferavam, essa última caracterizada por aqueles que não faziam parte do mercado formal de trabalho e não eram assalariados, incluindo aqueles que viviam na informalidade e não tinham “patrões”, não estando sujeitos ao “regime da fábrica” (Valladares, 1991, p. 92).

O esvaziamento das ruas era também um elemento fundamental para o projeto higienista destinado aos centros urbanos, que buscava jogar a pobreza para os subúrbios e estabelecer a modernidade nas áreas nobres da cidade, local que deveria servir de circulação laboral e para o consumo e não mais de convívio e espaço de festividade entre as classes vulneráveis. Coimbra acrescenta que “ao lado da "morte das ruas", da sua desqualificação, surge a exaltação da casa, do lar burguês, da vida privada, lugar de refúgio contra as ameaças externas: o "ninho protetor" (Coimbra, 2001, p. 100).

A dicotomia entre pobreza e riqueza se tornou elemento de interesse da burguesia e uma engrenagem importante para o funcionamento do sistema capitalista. Coimbra (2001, p. 80) acredita que: “O capital produz miséria e para existir precisa dela, pois em sua lógica de funcionamento é imprescindível a existência da pobreza”. Na mesma linha, Foucault constrói uma análise a partir das experiências de moralização da sociedade na era industrial com o intuito de proteger a riqueza. A existência de trabalhadores assalariados se faz necessária para a manutenção da extração do lucro e para o funcionamento do próprio sistema como parte fundamental desse processo, mas é necessário criar uma forma de impedir que essa riqueza seja ameaçada. Nesse sentido, Foucault afirma:

Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger essa riqueza? Evidentemente por uma moral rigorosa: daí a formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que ocorreram nessa época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos (Foucault, 2021, p. 218).

Sob essa ótica, a oposição “vadio versus trabalhador” garantiu que a moralidade se sobrepusesse à “rebeldia” de setores que, no Brasil, já apresentavam a partir das revoltas do final do século XIX e início do século XX, como a Revolta do Vintém (1880) e a Revolta da Vacina (1904), uma ameaça ao poder vigente (Valladares, 1991) e, por consequência, à riqueza daqueles que compreendiam as classes abastadas. Esse processo também se deu como forma de garantir o controle sobre ex-escravizados, que em regra não viam o trabalho como algo positivo por conta do processo de exploração, desumanização e violência que sofreram durante os séculos em que foram submetidos ao regime escravocrata. Dessa maneira:

Era necessário fazer com que o liberto “amasse” o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que pudessem daí advir. Era fundamental transmitir ao liberto que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade, que o mesmo é o elemento característico da vida “civilizada” (Valladares, 1991, p. 89).

Somado ao sentimento de que o trabalho era sinônimo de virtude e à caracterização da pobreza – em suas definições que compreendiam a relação entre indivíduo e trabalho formal – enquanto “moléstia” social, a vigilância e o controle por meio das forças policiais se tornaram fundamental para o controle da sociedade e de grupos marginalizados. Coimbra afirma que:

Desde a década de 1830, o Rio de Janeiro, por ter uma enorme população de escravos, fazia com que sua polícia tivesse uma especial atenção para com os negros. Após a abolição, eles continuaram sob constante vigilância, assim como os mestiços. Esse controle policial, desde meados do século XIX, irá incidir também sobre os desempregados, subempregados e miseráveis: todos aqueles que um decreto de 1861 chamou de “mundo da desordem” (Coimbra, 2001, p. 102).

Seja através da repressão às “classes perigosas” ou da utilização de suas atribuições como mecanismo civilizador, as forças policiais exerceram papel fundamental no controle dos grupos sociais que representavam algum tipo de ameaça à ordem. Como aponta Gonçalves (2018, p. 19), “a polícia como instituição teve início com a chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro”. Inspirado no modelo português, a chamada “Intendência Geral de Polícia

da Corte e Estado do Brasil” foi instituída para ordenar a cidade que seria transformada em sede da monarquia (Gonçalves, 2018).

Com sua origem atrelada à proteção das elites e à transformação da estética da cidade, as forças policiais derivadas desse processo assumiram um papel importante no Estado brasileiro, como no uso político de sua força para perseguir opositores do Regime Militar durante a Ditadura. Atualmente, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) se apresenta como uma instituição significativamente atrelada ao processo de guerra às drogas e disputa dos territórios que estão sob o domínio de grupos paramilitares, na construção da figura do “bandido” como inimigo que precisa ser derrotado em nome da pacificação da cidade, elemento fundamental para a manutenção da ideia de “classes perigosas” à brasileira.

A construção da figura do “bandido” como inimigo da civilização se observa também a partir de um contexto em que, desde os anos 1950, a especialização da mão de obra, combinada com a superação do boom industrial, resultou em uma demanda por emprego maior que a oferta, levando à exclusão de uma parte da população. O imaginário de que o desemprego era uma escolha individual daqueles que não queriam se submeter a rigidez de um trabalho formal passa a dar lugar a compreensão de que parte das pessoas se encontrava excluída do mercado laboral e marginalizada (Valladares, 1991).

A partir desse ponto, a definição de pobreza passou a estar associada à renda, ao invés da integração do indivíduo no mercado de trabalho, o qual já não era capaz de suprir toda a demanda. Dessa maneira, o antagonismo entre trabalhadores e vadios passa a dar lugar a oposição entre trabalhadores pobres e bandidos (Valladares, 1991), com o intuito de definir aqueles que se apresentam como cidadãos de bem (trabalhadores) e os inimigos da ordem (bandidos).

Na Cidade Maravilhosa, não é incomum ver jovens favelados e seus familiares tentando justificar sua inocência invocando as palavras que buscam trazer dignidade à figura daqueles que habitam nas favelas e periferias: “sou trabalhador”. O termo é ainda bastante utilizado para diferenciar aqueles que vivem do varejo de drogas e os moradores do território que nada têm a ver com o crime organizado. Como herança de um passado que criminalizava a essência da favela e de seus moradores, as “classes perigosas”, no contexto brasileiro, ainda são encaradas como aqueles que têm sua vida atravessada por poucos recursos para viver e sua pele marcada pela cor e pelo território que sempre necessitou resistir no Brasil.

2.2 Raízes da violência: o racismo e a metáfora da guerra nas favelas cariocas

A construção da favela como um “problema” social e urbano se deu logo após o processo de expansão da ocupação dos morros, muito centrado no debate higienista – dotado de preconceito racial – e de combate à concentração da pobreza nos locais que representavam um potencial de investimento do mercado ou do próprio poder público, na região central da cidade, visando o embelezamento e a “europeização” do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a pobreza precisava ser deslocada para outros espaços que não prejudicassem a imagem de uma cidade que passava por reformas urbanas e que também identificava nas favelas – e na pobreza – fatores que desencadeavam crises sanitárias, de saúde e de segurança pública. Para Valladares:

O diagnóstico a propósito dos cortiços e do Morro da Favella foi generalizado ao universo das favelas em expansão durante os anos 1920. Os médicos higienistas, em seus estudos sobre os agentes desencadeadores de epidemias, atribuíram a contaminação do meio urbano aos miasmas da cidade. Pareceu, então, natural a representação da favela retomar a idéia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida (Valladares, 2005, p. 40).

Zaluar e Alvito (2006) apresentam uma caracterização feita por agentes do Estado, intelectuais e membros da mídia, desde a emergência das favelas, que apontava para uma dupla problemática nesses locais: sanitária e policial (Zaluar; Alvito, 2006). A autora compreende que “apesar do que se afirma com frequência na literatura sobre a favela, esta já começa a ser percebida como um "problema" praticamente no momento em que surge, muito embora, a despeito dessa clara oposição à sua presença na cidade, tenha continuado a crescer sem interrupção” (Zaluar; Alvito, 2006, p. 10).

O controle da pobreza, baseado na ideia de que ela estava vinculada aos locais onde residia a população economicamente desfavorecida, perpetuou-se de modo que a destruição desses espaços passou a ser vista como a solução para o "problema" existente. Dessa forma, a síntese estabelecida era de que esses espaços deveriam ser erradicados em nome da manutenção da ordem e da saúde pública. Refletindo sobre as considerações de Machado da Silva, podemos entender que:

Na gênese da construção social da favela como representação coletiva, parece que o núcleo de seu significado estava na dimensão físico-espacial, muito mais do que nas características de seus moradores (as quais estavam presentes, mas qualificavam a patologia de territórios e moradias, e não propriamente atores sociais). Talvez por isso, quando se passava do plano cognitivo para as propostas de ação, elas pudessem se articular como uma espécie de "solução final" — a meta era sempre "acabar com as favelas". Assim é que, em sua origem como representação coletiva, a favela era um

"problema" que precisava ser superado, mas isso estava longe de implicar algum plano de negociação com os moradores, pois nesse primeiro momento a possibilidade de resistência ou colaboração quanto às medidas propostas estava fora do horizonte de significado da noção. Ao mesmo tempo, esse é o momento em que se forma a identidade do favelado. A referência central de sua auto-imagem não foi nem a pobreza em geral, nem o trabalho ou a inserção no processo produtivo, mas antes a condição de moradia definida heteronomamente, a partir de critérios jurídico-institucionais (clandestinidade, ilegalidade) e morais (Machado da Silva, 2002, p. 228).

O autor investiga a maneira como a favela é percebida como um "problema" dentro do cenário urbano, destacando a ideia predominante de que a erradicação completa das favelas seria a solução para eliminar a pobreza e os problemas em expansão naquela localidade. Ele propõe uma reflexão sobre como, inicialmente, a dimensão social era subjugada pela dimensão física e espacial, onde a favela era vista como um espaço onde a desordem, associada à ilegalidade, se propagava.

O acesso democrático à cidade e à moradia, ou a falta dele, são fatores-chave para compreender a emergência e a percepção pública da favela como um "problema". É crucial notar que a marginalização do espaço urbano da favela está intrinsecamente ligada aos estigmas sociais associados aos seus habitantes, numa relação de interdependência. A favela surge como uma solução habitacional para as classes vulneráveis desprovidas de acesso à moradia e, ao se tornar um espaço urbano frequentado predominantemente pelas classes mais pobres, passa a ser estigmatizada e reduzida aos adjetivos que caracterizavam também os cortiços.

Nesse contexto, as favelas passaram ao longo do tempo por um processo de luta pelo direito de existir e permanecer, direito esse severamente ameaçado em certos períodos, tendo seu ápice durante o processo remocionista da Ditadura Civil-Militar. A partir da redemocratização, no entanto, a constante ameaça de remoção dá lugar a política de urbanização e permanência, mas os obstáculos para a construção de uma vida dotada de dignidade ainda estava longe de ser alcançada. Machado da Silva aponta que:

As remoções, de qualquer forma, não desapareceram completamente: é como se a alternativa hibernasse, reduzida a iniciativas tópicas dentro de programas mais amplos, que a apresentam de forma “democratizada”, como sua defesa cada vez mais envolvida em justificativas técnicas e medidas para reduzir seu impacto negativo sobre os moradores envolvidos (Machado da Silva, 2002, p. 231).

A partir dos anos 1980, um novo capítulo da história das favelas passa a ser escrita. No decorrer do período citado, elas passam a ser encaradas com mais centralidade como espaços de produção da criminalidade ancorada no tráfico de drogas, a partir da popularização e da produção em larga escala da cocaína. O discurso de “Zé Pequeno”, personagem do filme Cidade

de Deus⁵, ao defender para seus parceiros que o tráfico de cocaína era mais rentável e deveria ser a aposta deles a partir dali, ajuda a caracterizar o período e joga luz ao processo que culminou no cenário de domínio territorial, a partir das disputas pelas “bocas de fumo” que se estabelece até os dias atuais.

Com a junção de grupos que comandavam o comércio de dentro das prisões – que tinham origem nos roubos e assaltos que proliferavam à época – e aqueles que comandavam através das ruas, o comércio varejista de drogas se expandiu e expandiu também a conquista pelas bocas de fumo e, por consequência, seus territórios. É nesse contexto que surge o Comando Vermelho (inicialmente chamado de Falange Vermelha), a primeira alcunhada facção criminosa do Brasil. Nesse sentido, Misse acrescenta que:

Até a década de 1980, o mercado informal ilegal no Rio de Janeiro era dominado pelo jogo do bicho. Somente a partir do final dos anos 1970 é que o tráfico de cocaína começa a ser detectado em grande escala no Rio, e sua importância só se consolidará no período em que esse foi efetivamente controlado pela rede de quadrilhas denominada pela imprensa de “Comando Vermelho” (aproximadamente entre 1984 e 1986). O período seguinte, caracterizado pela decadência do “controle externo” do “Comando” sobre muitas áreas do tráfico e a segmentação dos territórios, com constante guerra entre diferentes grupos do “movimento”, continua até hoje, mas atingiu o seu ápice entre 1987 e 1994 (Misse, 2007, p. 149).

A partir da estruturação do tráfico de armas (Misse, 2007), um novo contexto se insere na disputa pelas bocas de fumo. Somado a fragmentação do “movimento” – aqui descrito como aqueles que faziam parte das quadrilhas (Misse, 2007) – e ao surgimento de outras facções como “Terceiro Comando Puro – TCP” e “Amigos dos Amigos – ADA”, a dominação dos territórios se tornam, de um lado, motivação para as disputas bélicas entre os grupos paramilitares e, de outro, objeto de repressão das forças policiais, ancorada pela coibição do comércio de drogas.

Submetidos a esse cenário, os moradores de favela convivem diariamente com o campo de conflitos que se apresenta nesses locais e que se encontra longe de cessar. Com o imaginário do território que antes era caracterizado pela ocupação de “vadios e vagabundos”, a estigmatização passa a ser do bandido/traficante, uma remodelação da tentativa de marginalização das favelas ancorada na generalização que se faz presente em mais de um século de sua existência. Com efeito, os discursos governamentais, a partir da consolidação dos grupos

⁵ Cidade de Deus é um filme lançado em 2002 que conta a história da favela Cidade de Deus e de como se constituiu o crime organizado no território. Mais informações em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Cidade_de_Deus_\(filme\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Cidade_de_Deus_(filme)).

que passam a dominar belicamente as favelas, passa a ser o de enfrentar essa “guerra” que se instaurou no Rio de Janeiro.

Dessa maneira, a “metáfora da guerra” é estabelecida como elemento fundamental de disputa de narrativas sobre o processo de criminalização das favelas e de enfrentamento ao crime organizado num contexto em que o Rio de Janeiro vivia uma crise de segurança pública. Leite afirma que:

A representação do Rio de Janeiro como “uma cidade em guerra” foi gestada a partir de uma série de episódios violentos (arrastões, assaltos, sequestros, tiroteios, “balas perdidas”, chacinas, rebeliões em presídios e instituições de jovens infratores, paralisações do comércio, escolas e serviços públicos por ordens de bandidos, muitas vezes emitidas do interior de prisões de “alta segurança”), que produziram um forte sentimento de insegurança diante das crescentes ameaças à integridade física e patrimonial de seus habitantes (Leite, 2012, p. 379).

O estabelecimento de uma guerra sugere a existência de dois lados. Em regra, o certo e o errado, o bem e o mal, dois lados em oposição onde um precisa ser derrotado para que o outro possa triunfar. Uma guerra também é caracterizada pela exceção, onde toda sorte de mecanismos de defesa e ataque são tolerados em nome da aniquilação do inimigo. É esse cenário que caracteriza a guerra entre crime organizado e Estado, onde o campo de batalha são os territórios favelados e periféricos. Como descreve Leite:

Representar o conflito social nas grandes cidades como uma guerra implica acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido que situações excepcionais – de guerra – exigem medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática. Nestes termos, o dispositivo discursivo que constituiu o principal operador da demanda por ordem pública foi a construção de duas imagens polares a partir da metáfora da guerra: de um lado, os cidadãos – identificados como trabalhadores, eleitores e contribuintes e, nesta qualidade, pessoas de bem, honradas, para quem a segurança é condição primordial para viver, produzir, consumir; e de outro, os inimigos representados na/ pela *favela* – categoria que não distingue moradores e criminosos (Leite, 2012, p. 379).

A autora destaca um quadro que se solidificou nas favelas – pois já era uma estigmatização construída ao longo dos anos – desde a ascensão dos grupos paramilitares que controlam as áreas de venda de drogas aliado ao aumento da repressão contra o comércio de entorpecentes e o tráfico de armamentos nesses espaços. A utilização de incursões policiais com armamento pesado, fazendo uso dos famosos “caveirões” e até tanques de guerra se tornaram frequentes e naturalizados no cotidiano de uma cidade que vive sob a regência de um Estado

Democrático de Direito, instituído no artigo 1º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Para Mendonça, trata-se, de forma velada, de uma guerra contra as favelas:

Esse encobrimento da "guerra contra as favelas", com o discurso de que se faz guerras às drogas" ou "guerra ao tráfico", além de expressar uma "metaforização" da guerra, com intuito de justificar intervenções militares nas favelas, esconde o real objetivo, que é fazer guerra contra a classe social dominada, a partir de um pano de fundo racista. Tenta-se, com isso, dissimular o significado que está por trás dessa expressão, significado esse que fica cada vez mais claro se forem analisadas as ações policiais nas favelas. Pretende-se, com isso, atingir o espaço físico e social, sobretudo a solidariedade que os mais pobres são capazes de desenvolver, em que se apoia a vida dos favelados e a qual "define", em alguma medida, o sentido de habitar coletivamente o espaço e o próprio "modo de vida urbano" na periferia, de certo modo (Mendonça, 2021, p. 9).

Ilustrando o cenário vivenciado no Rio de Janeiro, o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI) apresenta que “no período entre 2007-2022, foram realizadas 19.198 operações policiais no Rio de Janeiro. Deste total, 629 operações policiais resultaram em chacinas, totalizando 2554 mortos” (Geni, 2023, p. 4). Partindo para um olhar nacionalizado, segundo o Instituto Fogo Cruzado (2024), em 2022 o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstrou que o Brasil concentra 20,4% dos homicídios mundiais, sendo destes 13,5% decorrentes da intervenção policial. Os dados apresentados deixam nítido que a relação entre forças policiais e letalidade é um elemento que pode ser identificado como uma questão nacional.

No Rio de Janeiro, esse cenário se expressa na composição das disputas territoriais centradas nas favelas e nos territórios dominados pelas facções e milícias. Em regra, esses também são os territórios ocupados historicamente pelas classes menos favorecidas. Para elucidar, de junho de 2020 a maio de 2021, a maior parte das operações policiais no estado ocorreram na zona norte da capital. Entre os cinco locais que individualmente mais receberam essas incursões, estão: Favela do Barão, Favela do Muquição, Serrinha, Chapadão e Cidade Alta (Satriano, 2021). As mortes decorrentes das ações policiais também são marcadas pela questão racial, como demonstra os dados da Casa Fluminense (2023): em 2022, 78% das mortes decorrentes de ações policiais foram de pessoas negras na cidade do Rio de Janeiro.

A relação entre política de morte e Estado é desenvolvida por Mbembe em sua contribuição sobre Necropolítica. O autor recupera os estudos de Foucault sobre biopolítica e apresenta que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (Mbembe, 2018, p. 18). Por biopoder, a partir das análises foucaultianas, entende-se uma forma de relação de poder sobre a sociedade

e os indivíduos que se estabelece a partir de uma mudança no conceito de soberania, centrando-se no “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 294).

A partir da associação entre biopoder e racismo, Mbembe defende que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (Mbembe, 2018, p. 27). O processo de escravização do povo negro representou uma política de Estado que se fincava na seleção de corpos que poderiam ser explorados até seu limite, num contexto em que os “senhores” poderiam utilizar de todo tipo de violência para “domesticar” aqueles corpos que eram comercializados como produto. Para Mbembe, o sistema de “plantation” somado a escravidão – que sustentava o sistema – é um exemplo de estado de exceção em que a “barbárie” era socialmente aceita em nome da construção de uma desumanização dos negros. O autor afirma que “de fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade)” (Mbembe, 2018, p.27).

Ao teorizar sobre biopoder, Foucault afirma que a forma do Estado exercer o direito de matar em um sistema constituído para o “fazer viver”, é através do racismo. Para o autor:

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo (Foucault, 1999, p. 304).

A partir deste contexto, o racismo estabelece a separação entre aqueles que merecem viver e aqueles que podem morrer com base nas condições que o Estado impõe para esses dois grupos. O autor acrescenta que:

De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: "quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie, mais eu - não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar". A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (Foucault, 1999, p. 305).

A ideia da política de morte relacionada ao racismo, para Foucault, passa a ser analisada através da condição de dominação da raça em relação ao mecanismo de supremacia racial que é também política de Estado e que permite banalizar a morte do outro em nome de uma sociedade homogênea – na concepção branca das elites.

Mbembe em seu ensaio corporifica essa ideia trazendo as experiências da escravidão e de exploração das Colônias como exemplos de políticas implementadas pelos Estados que caracterizavam a barbárie nesses territórios, construindo uma “zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização” (Mbembe, 2018, p. 35). Para o autor, essa dinâmica de poder se originou nas Colônias e se difundiu, transformando-se na engrenagem geradora de terror e morte em prol da dominação estatal, o que se concretizou por meio da criação de uma estrutura de controle da vida fundamentada na produção sistemática de mortes.

Em seus estudos sobre a construção do racismo no Brasil, Jessé Souza apresenta elementos que nos ajudam a compreender não só a formação social brasileira, mas também a longevidade do processo de branqueamento da população e suas consequências. Por branqueamento Jessé não define apenas as questões relacionadas ao fenótipo, ele aponta todo um conjunto de elementos que atravessam a vida dos indivíduos em um país onde a régua moral, ética e estética é definida a partir das elites brancas (Souza, 2021). Em sua contribuição sobre a abolição da escravidão, o autor afirma que:

Ela poderia ter significado, em um sentido próximo ao que defendia Joaquim Nabuco, a integração moral e política do ex-escravo à nova ordem, por exemplo. Em um contexto de completo domínio simbólico das ideias do racismo científico sobre a sociedade brasileira, ela significou, no entanto, a importação maciça de brancos europeus, por um lado, e a marginalização e estigmatização do negro, por outro. Os dois processos são praticamente concomitantes e se reforçam mutuamente (Souza, 2021, p. 219).

A produção do lugar de inferioridade dos negros brasileiros, para Souza, é componente fundamental para a construção da subordinação de classe e para a combinação do “racismo de classe e racismo de raça, que passam a se reforçar mutuamente” (Souza, 2021, p. 221). O projeto de branqueamento da população contou com um conjunto de violências, simbólicas ou físicas, contra a população negra.

A “desqualificação” dos traços negros é uma das violências mais impetuosas e que atua diretamente na construção do perfil socialmente aceito e na baixa autoestima daqueles que não possuem os traços finos, cabelos lisos, pele clara. O auto ódio ensejado pelo apagamento dos

traços negroides em um cenário onde os traços brancos são sinônimo de beleza, constitui uma violência que se perdura até os dias atuais, ainda que a luta pela valorização do cabelo crespo, da pele negra e da estética negroide esteja em disputa na sociedade, como demonstra o rap “Livre” de Akira Presidente e Baco Exu dos Blues:

Eu tô livre
Patrão que não contrata porque eu tenho tatuagem, ainda ri do meu cabelo
Eu tô livre
Do padrão que eles criaram que é difícil alcançar quando se olha no espelho
Eu tô livre, livre, livre, livre, livre, livre, livre, livre, livre
(Akira Presidente e Baco Exu dos Blues)⁶

Junto a questão da construção de uma inferioridade fenotípica, a marginalização dos negros que não se enquadraram no processo de branqueamento e de possibilidade de ascensão individual que ele propagava – permanecendo entre as classes vulneráveis e carentes de direitos – é elemento que Souza apresenta como fundamental para a compreensão do racismo no Brasil. O projeto de branqueamento, segundo o autor, se orientava a partir do estabelecimento de uma raça que seria o oposto da moral, da ética, dos bons costumes, do belo e do erudito, aquela que poderia ser vista como “escória da sociedade” entre aqueles que se sentiam vitoriosos e bem-sucedidos por não fazerem parte dessa parcela social, criando uma noção de superioridade. Segundo Souza:

O sentimento de superioridade social relativa, a distinção e o reconhecimento social que a existência de marginalizados provoca nos indivíduos, aumentando sua autoestima, contribuem decisivamente para a aceitação da sociedade desigual como um todo por parte de todos os estratos ascendentes e intermediários. Para que esse modelo de sociedade funcione é necessário que se construa uma classe de condenados à exploração e à humilhação por todas as outras classes: uma classe de condenados à barbárie. Uma classe social percebida por todas as outras como inferior, que todos podem humilhar, abusar, explorar e matar sem consequências (Souza, 2021, p. 224).

Dessa maneira, o estabelecimento da ideia de uma raça inferior – e que torna todas as outras bem vistas socialmente, despertando nelas o sentimento de sucesso pessoal – somado à desumanização desses indivíduos, vistos como inimigos da sociedade regida pelas “normas” da branquitude, são elementos que podem dar pistas para a compreensão de como chegamos até aqui, vivenciando altos índices de assassinato de negros no país, tendo a alocação desse grupo social nas áreas periféricas das cidades, onde a garantia de direitos se mantém aquém do

⁶ Trecho da música “Livre” de Akira Presidente e Baco Exu dos Blues. Letra completa: <https://www.lettras.mus.br/akirapresidente/livre-part-baco-exu-do-blues/>.

necessário para uma vida digna, além da lógica militarizada a qual estão submetidos cotidianamente nesses territórios, elemento que se intensifica substancialmente no Rio de Janeiro ao passo em que a “metáfora da guerra” se encontra longe de ser superada.

A naturalização de uma condição em que parte da cidade vive sob operações policiais com armamento pesado, onde muitas delas se encerram com corpos derrubados – sendo o sangue derramado majoritariamente oriundo da pele negra, é um componente importante da construção da ideia de uma cidade em guerra, onde não apenas as elites, mas também trabalhadores (Souza, 2021) fazem coro ao clamor de que “bandido bom é bandido morto” e que “se morreu na favela é porque não era inocente”.

A criação de um ambiente onde corpos são considerados descartáveis, muitas vezes alimentada pela sede de vingança cultivada socialmente através de conceitos de moralidade, normas sociais, cultura de valorização de bens materiais exacerbada e marginalização dos grupos sociais periféricos, pode fortalecer uma mentalidade militarizada que se estende por todas as esferas da vida, alimentando assim a violência e a contínua perpetuação do racismo na sociedade.

O Rio de Janeiro é o segundo estado mais negro do país, atrás apenas da Bahia, segundo dados do Censo de 2022 (Vieira e Inácio, 2023). A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, conta com uma população de pretos e pardos que chega a 54%. Com um histórico marcado pela desigualdade racial que ainda assola o Brasil, a questão racial no Rio de Janeiro também é muito marcada pela incidência de uma discriminação que remonta períodos sombrios da nossa história.

Não faz muito tempo que a cidade viveu o processo dos arrastões nas praias da Zona Sul, episódio que marcou os anos 1990 durante a crise de violência urbana que assolava a cidade (Telles, 2003). O fato gerou comoção entre os moradores dos bairros da área e externou todo o preconceito contra jovens negros e favelados que essa parte da população cultivava, sendo, inclusive, segundo Telles (2003), um sentimento inflado pela mídia. A ideia de que negros eram “possíveis inimigos” e que as praias eram espaços de sociabilidade apenas para os moradores da Zona Sul e para pessoas que esteticamente se enquadravam no perfil aceitável – ou seja, a branquitude – era propagada.

Ainda em 2023 esse cenário se repete com os choques de ordem das chamadas operações de verão, que buscam controlar a violência urbana e, principalmente, o número de furtos e roubos nas praias da cidade. Novamente fazendo coro a um processo de “segregação” do lazer e dos espaços da cidade, parte da mídia e do Poder Público, aqui representado pelo governador

Cláudio Castro e pelo prefeito Eduardo Paes (Alves, 2023), endossam uma narrativa de que jovens negros são potenciais criminosos, saindo em defesa da apreensão sem flagrante, prática que carrega consigo a estigmatização do sujeito que é tido como um “corpo estranho” nas praias da cidade, fenotipicamente diferente de quem possui o direito de usufruir daquele local sem sofrer com estigmas.

A comoção em torno dos episódios de arrastão e roubos durante o verão fez com que surgissem alguns casos de homens negros agredidos ao serem confundidos com ladrões (Bassan, 2023), mais uma marca de um Rio que, apesar de majoritariamente negro, não se apresenta como espaço seguro para a população preta e parda exercer seu direito à cidade, como aponta Leite (2000, p. 83): “Em face das dinâmicas de violência, conflito, insegurança e privação que se configuraram na cidade, os direitos civis foram tematizados a partir de uma leitura privatizadora que os compreendia como patrimônio exclusivo dos “cidadãos de bem””. O diagnóstico feito pela autora permite compreender que narrativas que buscam estigmatizar os corpos negros contribuem para massificar a ideia de que não são sujeitos de direitos por não estarem entre aqueles considerados “cidadãos de bem”, os quais possuem raça e CEP definidos por uma sociedade que ainda reproduz racismo em suas práticas.

Davis (2023) constrói uma reflexão sobre o direito de usufruir da liberdade na democracia capitalista, sendo um elemento que corrobora com a desigualdade racial no Brasil e no mundo. Ela aponta que o mecanismo de punição, através das prisões, produz encarceramento em massa e atinge majoritariamente a parcela racializada da população. O debate de Davis sobre as prisões é fundamental para compreender também o processo de exclusão da sociedade daqueles que não se encaixam no padrão de um cidadão merecedor de direitos. Segundo Davis (2023, p. 48) “a razão pela qual a população carcerária tem crescido tanto nas últimas décadas, desde 1980, é precisamente a falência das instituições anteriormente projetadas para atender às necessidades do povo. É o caso das escolas, hospitais, outras instalações de saúde pública e recreação”.

A “caça” aos jovens negros nas operações de verão ou as próprias incursões policiais que se utilizam muitas vezes do “auto de resistência” justificando o assassinato de “suspeitos”, são mecanismos de um Estado que busca punir aqueles que não se enquadram na lógica de controle estabelecida por ele: “Se não podemos lidar com as necessidades das pessoas, vamos nos livrar das pessoas que têm essas necessidades” (Davis, 2023, p. 50). Nesse cenário, a falência das instituições citada por Davis é crucial para a construção de uma realidade de

desigualdade de oportunidades entre os cidadãos, jogando à margem e à própria sorte aqueles que buscam uma saída para realidade que lhes foi imposta.

E o Rio de Janeiro é capaz de demonstrar de forma nítida as diferentes realidades as quais seus moradores são submetidos. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado (2024), em 2023 a Região Metropolitana do Rio registrou 2.963 tiroteios (só na capital foram 1.980) com 962 mortos. Do total de baleados, 52.9% ocorreram em ações da polícia, que é responsável pela soma de 33.8% das ações que culminaram em tiroteios registrados. Ainda em 2023, vinte e cinco crianças foram baleadas e dez delas foram vítimas fatais, números que caracterizam uma expressiva letalidade entre uma parcela da população que não cabe nas justificativas que frequentemente tentam emplacar de criminalização dos mortos nas favelas e periferias, induzindo a crer que possuem envolvimento com o crime.

2.3 O avanço da militarização no Rio de Janeiro

A cultura do medo e da vigilância no Rio de Janeiro se expandiu ao passo em que a ideia de “cidade partida” foi construída. A quase naturalização de uma cidade onde o Estado não consegue administrar determinados territórios, disputando o “domínio” dessas áreas com facções e milícias; a presença constante de armamento ostensivo nas ruas e as operações policiais que vitimam moradores de favelas, fecham escolas e prejudicam o funcionamento das unidades de saúde se tornaram “hábitos da cidade”. Essas características delineiam uma urbe onde a exceção se apresenta como regra. No rap “Favela vive 3”, os artistas buscam relatar através das rimas o que se passa no cotidiano dos favelados no Rio de Janeiro. Na canção, eles vociferam:

Parei pra respirar por um instante
Mas quando olhei pro céu só vi os tiros de traçante
Pensei: Meu Deus, quem dera fossem as estrelas cadentes
Que o sangue que escorresse não fosse de um inocente
(ADL, Choice, Djonga, Menor do Chapa e Negra Li).⁷

A resposta para o imaginário de uma cidade em guerra contra a “desordem pública” (centrada fundamentalmente no combate ao tráfico de drogas e na dominação de territórios por grupos paramilitares) vem abrindo cada vez mais espaço para a expansão de uma lógica

⁷ Trecho da música “Favela vive 3”. Letra completa: <https://www.lettras.mus.br/adl-mcs/favela-vive-3-part-choice-djonga-menor-do-chapa-e-negra-li/>.

militarizada de combate às mazelas sociais no Rio de Janeiro. A partir dos estudos realizados por Leite et al., podemos compreender a militarização como:

Uma forma de governo, o que significa que o poder não emana apenas das instituições estatais – ainda que seus operadores sejam atores centrais de vários dos processos e situações aqui analisados –, mas pode ser observado circulando em diversos contextos a partir de seus diferentes agentes e funcionários (aqui, o Exército, a Polícia Militar, a Polícia Civil; ali, seus agentes e a burocracia de suas diversas instituições), das igrejas, das ONGs, dos trabalhadores dos programas sociais, do mercado, e muitas vezes do crime. Todos estes personagens também governam (Leite *et al.*, 2018, p. 11).

A concepção de militarização como um modelo de governança nos permite percebê-la não apenas como algo restrito à segurança pública – embora essa dimensão já seja suficiente para gerar debates e questionamentos por si só. A segregação urbana e social, o controle, a repressão, a disciplinarização, a educação e até mesmo a utilização da tecnologia como mecanismo de vigilância, são elementos incorporados no quadro de submissão da vida a uma lógica que evoca a prática militar.

Mendonça (2021) nos apresenta a ideia de “urbicídio” para caracterizar a gestão militarizada no Brasil e, especialmente, no estado do Rio de Janeiro. Ele conceitua urbicídio como uma “política de negação da cidade através da destruição urbana, colocada em marcha por regimes violentos, como o regime de nacionalismo étnico, que buscam a transformação da pluralidade em enclaves homogêneos” (Mendonça, 2021, p. 3). Segundo o autor:

Processos de reestruturação urbana excludentes, associados à questão da militarização do espaço urbano, apoiados por violência policial ou ação predatória do espaço urbano, têm produzido novos arranjos espaciais para satisfazer interesses os mais variados; entre eles, interesses imobiliários em que o emprego da violência política, de natureza urbicida, para remover contingentes populacionais, são notórios. Também faz parte da estratégia colocada em prática para expulsar as classes sociais dominadas, de áreas visadas por interesses econômicos, usar do artifício de negar ou precarizar o acesso a certos serviços e recursos fundamentais, como moradia, esgoto, água, eletricidade e transporte. Ao negar ou dificultar o acesso ao espaço urbanizado e toda sua infraestrutura pelo uso de violência direta ou indireta, como política de supressão da vida, constata-se, ao modo brasileiro, o urbicídio (Mendonça, 2021, p. 8).

Nesse contexto, o autor estabelece uma conexão entre o processo de urbicídio no Brasil e a defesa dos interesses das elites, apresentando como um conflito de classes que orienta a gestão do espaço urbano e a marginalização de grupos sociais vulneráveis. Ele afirma que:

A tendência urbicida deve ser vista como parte da inserção de lógicas sociais de reprodução da sociedade, que refletem, na paisagem da cidade, o processo de urbanização desigual, caracterizado pela segregação da população urbana pobre. Sob o prisma da repressão e da luta de classes, a instrumentalização de estratégias de

guerra urbana contra as favelas, ocorre ao conceber esses lugares como territórios inimigos, que podem se rebelar contra a ordem hegemônica vigente (Mendonça, 2021, p. 9).

Nessa perspectiva, a parcela da população que habita os territórios considerados “incivilizados” é tratada no âmbito do controle, da vigilância e, em última instância, sujeita a encarceramento e até a morte. Em um contexto de militarização da vida, a resposta para o conflito social, para a pobreza e para o racismo de classe é a disciplinarização e o emprego da violência a partir do Estado (Leite *et al.*, 2018), criando um ciclo de violações que se perpetua e mantém os moradores de áreas marginalizadas ainda mais distantes de uma cidadania plena, caracterizando-os como possíveis ameaças para a “ordem”, seja do ponto de vista da compreensão de um comportamento que se distingue do imaginário do “cidadão de bem”, seja através da ótica da ordem hegemônica em um contexto de luta de classes.

Dessa forma, a ideia de urbicídio também compreende a segregação espacial dos grupos vulneráveis, perpetuando uma lógica de diferenciação nos investimentos em bens e serviços com base no poder aquisitivo do território e dos indivíduos que compõem aquele espaço urbano. Nesse contexto:

A baixa oferta de serviços de água potável e esgoto, a dificuldade, imposta pelo sistema, de acesso ao transporte público, à eletricidade, ou mesmo, à moradia, com fins políticos, expressos na gestão urbana que incorre no desfavorecimento político de certos grupos em detrimento de outros, podem significar o desenvolvimento de nuances urbicidas no aparelho de Estado e/ou na esfera social (Mendonça, 2021, p. 10).

Mendonça nos ajuda a identificar elementos urbicidas no processo de gestão do espaço urbano no Rio de Janeiro. A decisão de não investir em políticas contínuas de desenvolvimento urbano nos territórios estigmatizados e optar por uma abordagem focada no controle através do policiamento ostensivo, submetendo os demais investimentos a um processo de disciplinarização e controle desses espaços, perpetua as desigualdades e promove um estado de exceção permanente, justificado pela “metáfora da guerra”.

Num contexto em que a forma de governar se dá através da militarização da vida, os governados são “os pobres urbanos, os moradores de favelas e periferias, os considerados insuficientemente civilizados (...) todos e todas que experimentam as transformações na forma de existir, ocupar, produzir e habitar a/na cidade” (Leite *et al.*, 2018, p. 11). De acordo com as autoras, aqueles que implementam esse tipo de governança são os agentes de segurança, bem como outros representantes do governo encarregados da execução de políticas públicas.

Um exemplo de como a militarização pode impactar aqueles sob a gestão desse modelo de governo de diversas maneiras – ainda que o horizonte seja o controle, a disciplinarização e a defesa dos interesses das classes dominantes – é o projeto apresentado pelo governo Bolsonaro em 2019, que transformava escolas públicas em instituições cívico-militares. Em 2023, o Rio de Janeiro contava com 16 escolas nesse formato sendo uma delas na capital, no bairro do Rocha (O Globo, 2023). Segundo as diretrizes das escolas cívico-militares (Brasil, 2021), um dos objetivos do programa era o combate à violência escolar. Para Carneiro e Sant’anna:

A modalidade de gestão proposta para as escolas militarizadas segue a lógica de securitização do cotidiano da vida dos alunos e acaba por imprimir no meio escolar um regime autoritário, hierárquico e disciplinar muito distante do ideal democrático que foi a principal bandeira dos educadores na elaboração da Constituição de 1988 (Carneiro; Sant’anna, 2018, p. 205).

A disputa sobre concepções de práticas educacionais desempenha um papel crucial na persuasão da sociedade em relação a diferentes ideologias. A lógica militar implementada nas escolas como política de governo denota também a necessidade de expandir conceitos de disciplinarização e, em algum grau, patriotismo para uma parcela social que está em formação e que tem a escola como um dos principais fios condutores de instrução do indivíduo. Durante a inauguração da escola cívico-militar do Rocha, na cidade do Rio, ao tratar sobre a questão das dificuldades da educação no país, o então Presidente da República Jair Bolsonaro declarou:

Isso não se muda de uma hora para outra, mas onde é quem tem que começar a mudar? Na escola, já que temos bons professores, precisamos dar-lhes meios e autoridade para exercer seu trabalho. É quase como quartel, se não tiver hierarquia e disciplina, ele [estudante] não cumpre a sua missão (Verdêlio, 2020, n.p).

A concepção de que a disciplina militar é a solução para melhorar os indicadores de aprendizado e reduzir casos de violência nas escolas também implica em uma abordagem que negligencia uma análise interdisciplinar das questões, deixando de considerar a origem e as circunstâncias de vida dos estudantes envolvidos em nome da aposta na domesticação desses atores.

Um componente adicional crucial no processo de militarização urbana como estratégia governamental é a utilização da tecnologia como instrumento de vigilância e controle. No Brasil, tem-se observado avanços significativos na implementação de procedimentos tecnológicos de vigilância, os quais são empregados como recursos auxiliares pelas forças policiais no enfrentamento ao crime.

No Rio de Janeiro, em 2019, o projeto-piloto de utilização de câmeras de reconhecimento facial com o objetivo de identificar criminosos, inclusive aqueles que se encontram foragidos, foi implementado em Copacabana, no Maracanã e no entorno do aeroporto Santos Dumont durante o governo Wilson Witzel. O então governador, antes mesmo de assumir o cargo, já tinha acenado para o uso de novas tecnologias no âmbito da “guerra contra os criminosos” quando viajou para Israel em 2018 (Metrópoles, 2018) com o objetivo de conhecer o funcionamento de “drones assassinos” – os quais conseguem atirar enquanto sobrevoam territórios – tecnologia utilizada pelo país em ações nas fronteiras com a Palestina. A finalidade era compreender as possibilidades de utilização dos drones nas operações de segurança pública no estado do Rio, evocando mais uma vez a utilização de práticas de exceção como justificativa para a derrota do “inimigo”.

A relação entre a militarização e o estabelecimento de uma política de morte no contexto palestino e nas favelas do Rio de Janeiro foi apresentada por Gizele Martins após uma viagem feita ao país em 2017. Em entrevista publicada pelo site jornalístico “Nós, mulheres da periferia”, Martins afirmou que:

Indo à Palestina, eu descobri que a gente tem muita coisa em comum. Que lá é um laboratório da política da morte, de uma política racista, sionista e uma política de apartheid. Os territórios palestinos e a população palestina são feitas de laboratório de uma política de militarização. Ali há inúmeras empresas que fabricam o caveirão, que fabricam helicópteros, câmeras de vigilância e fabricam técnicas militares de matar. Após essas técnicas serem experimentadas no território e na população palestina, elas são vendidas para o mundo (Moreira, 2021, n.p).

Em um paralelo sobre os mecanismos de controle e perpetuação da violência no Brasil, Martins destaca a conexão direta entre a comercialização de armamentos no país e seu uso inicialmente em testes contra o povo palestino. Segundo Martins:

Não por acaso, o Brasil faz há 10 anos a realização de uma feira de armas, o que chamamos de feira da morte. Nessas feiras, realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, são apresentadas as armas mais vendidas e aquelas armas experimentadas contra o povo palestino. Foi na Palestina também que aprendi que não existe guerra ali, pois na verdade o que eles vivenciam é um massacre, assim como o que a gente vivencia nas favelas do Rio de Janeiro (Moreira, 2021, n.p).

Martins compreende que “as técnicas militares utilizadas pelo exército israelense na Palestina são vendidas para todo mundo. Não por acaso a polícia militar brasileira, a carioca, durante os mega eventos no Brasil foi até a Palestina fazer treinamento” (Moreira, 2021, n.p). O contexto apresentado por ela se torna ainda mais tangível quando nos deparamos com um

chefe do executivo viajando para construir relações comerciais – e militares – com Israel, que produz um massacre contra a Palestina (Moreira, 2021), a fim de reproduzir algumas dessas táticas e utilizar armamentos e tecnologias em solo fluminense, demonstrando também que a “indústria da guerra” em grande escala ou em contextos domésticos, são também rentáveis e estimulam o comércio internacional.

O uso do sistema de reconhecimento facial como mecanismo de combate ao crime no Rio, que começou com o projeto-piloto de Witzel, foi colocado em prática no governo Cláudio Castro em dezembro de 2023 durante o Réveillon. Em abril de 2024, havia 120 câmeras de videomonitoramento funcionando na cidade do Rio (Bassan; Leitão, 2024) com expectativa de expansão da política para outros municípios do estado. O procedimento de reconhecimento facial a partir do videomonitoramento, no entanto, já apresentou alguns erros no processo de identificação de fisionomias. Segundo o projeto O Panóptico vinculado ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), durante a implementação do projeto no Maracanã, em 2019, sete pessoas de um total de onze foram detidas por um erro no procedimento, caracterizando falsos positivos (Nunes; Silva; Oliveira, 2022).

Além do constrangimento causado pelos falsos positivos para aqueles que são detidos – muitas vezes arbitrariamente – e precisam provar sua inocência, os erros no sistema de reconhecimento facial também podem perpetuar estigmas e promover uma lógica racista com base nas características dos indivíduos e na marginalização de grupos sociais, como demonstram Silva e Silva:

Amplamente baseado na busca por um determinado tipo criminoso e ainda com grande carga de preconceito racial deixada como marca dos tempos de escravidão, o sistema penal no Brasil atualmente afeta consideravelmente mais pessoas negras do que brancas. Desse modo, a adoção de qualquer tipo de instrumento ou aparato tecnológico hábil a colaborar com esse sistema poderá implicar, direta ou indiretamente, na reprodução e ampliação dessas formas de discriminação. Ainda que o foco das novas tecnologias sejam as plataformas digitais e todo o aparato tecnológico que possibilita a existência dessas criações, não se pode esquecer que quem ainda administra e participa ou se utiliza dessas ferramentas são pessoas humanas que, assim como no mundo real, estão inseridas dentro de um contexto histórico e que possuem suas próprias crenças e preconceitos (Silva; Silva, 2019, p. 2).

O caso emblemático ocorrido em abril de 2024 no Sergipe (Uol, 2024) demonstra a potencialidade da utilização do sistema de reconhecimento facial como instrumento de perpetuação de preconceitos. No episódio, um torcedor negro que acompanhava a final do campeonato sergipano no estádio foi abordado pela polícia e removido do local em meio à multidão presente que observava a ação dos policiais. O torcedor, no entanto, foi confundido

com outra pessoa e relatou ter passado por momentos de constrangimento ao tentar provar que não era o indivíduo que estava sendo procurado. O caso tomou repercussão e o uso do sistema de reconhecimento facial no estado foi interrompido.

O episódio de Sergipe e os erros que também já foram detectados no Rio de Janeiro e em outras partes do país (Carmo, 2024), apontam para as falhas de um sistema que apresenta dificuldades de diferenciar rostos não-brancos ainda que suas características físicas sejam diferentes, perpetuando a lógica de que pessoas negras são potenciais criminosos. De acordo com a rede de Observatórios da Segurança Pública (Nunes, 2019), entre março e outubro de 2019, 90,5% das abordagens policiais em cinco estados, que já estavam sob o sistema de monitoramento, foram direcionadas a pessoas negras.

O número alarmante revela a persistência de uma "caça" direcionada a pessoas negras, agora amplificada pelo uso da tecnologia, a qual, pelos indícios apresentados nos últimos anos de sua implementação no país, demonstra dificuldades em alcançar a eficácia necessária em uma nação onde a maioria da população é negra, ao contrário dos países que desenvolvem essa tecnologia, os quais são predominantemente brancos (Silva; Silva, 2019). Os algoritmos analisam predominantemente rostos que se conformam ao padrão europeu, o que aumenta o risco de erros ao lidar com características faciais que não se enquadram nesse padrão, podendo reforçar estereótipos e preconceitos.

A integração do uso da tecnologia em práticas de vigilância e controle na esfera da segurança pública, também é objeto de investigação nos estudos de Stephen Graham sobre urbanismo militar. Ao reconhecer a presença desse modelo de urbanismo, ele identifica um conjunto de práticas que definem essa abordagem urbana, as quais estão se tornando cada vez mais proeminentes na atualidade. Olhando para o Sul global e para experiências brasileiras, podemos identificar elementos descritos pelo autor em nosso cotidiano. Segundo ele:

O novo urbanismo militar vai muito além de uma preocupação com as tecnologias, doutrinas e táticas militares/de segurança necessárias para uma tentativa de controlar, pacificar ou se aproveitar das populações ou dos espaços demonizados. Vai além das complexas intersecções de cultura visual e tecnologias de controle militar, além das tensões entre ideias de comunidade urbanas e nacionais. Ele faz uso dos poderes do Estado para reconfigurar violentamente ou apagar o espaço urbano, como um meio de aliviar supostas ameaças, de abrir espaço para exigências da formação da cidade global, da produção neoliberal ou da criação de uma *tabula rasa* urbana capaz de gerar bolhas extremamente lucrativas de especulação imobiliária. Para justificar ataques tão violentos, muitas vezes contra um inimigo urbano, racial ou de classe (demonizado e ficcionalizado), ele recorre com regularidade a invocações de exceção e emergência (Graham, 2016, p. 149-150).

O conceito de novo urbanismo militar desenvolvido por Graham centra-se fundamentalmente numa análise sobre a realidade estadunidense, mas é capaz de nos dar pistas para compreender a produção de um modo de governar cada vez mais militarizado no Brasil. Analisar a militarização e a concepção de um urbanismo militar e de um urbicídio em curso (Mendonça, 2021) implica também investigar como a “metáfora da guerra” é empregada para justificar uma série de violações nos territórios vulneráveis e compostos majoritariamente por pessoas negras e pobres, especialmente na realidade brasileira e, mais especificamente, no contexto da pesquisa voltada para o Rio de Janeiro, aparecendo também como uma forma de destruição de determinados territórios orientada pelos interesses das classes dominantes.

2.4 Do projeto de pacificação à intervenção

Desde que foi escolhido para sediar o Pan-Americano de 2007 e que o Brasil foi indicado como sede da Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro passou por grandes transformações. As Olimpíadas de 2016 se tornaram a cereja do bolo de um conjunto de iniciativas que visava acentuar o caráter mercadológico da cidade, entrando na disputa com as demais cidades estrangeiras por investimentos e atraindo o foco do capital internacional. A Cidade Olímpica se constituiu como mais uma versão do Rio que buscou concentrar as intervenções a partir do estabelecimento de uma cidade orientada para a valorização de determinadas áreas vistas com bons olhos pelos investidores.

Esteve na ordem do dia a concentração de obras em localidades que precisavam ser revitalizadas para terem seu valor de mercado e capacidade de captação de investimento do setor privado elevados, como no caso da Parceria Público-Privada (PPP) que deu origem a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, o projeto Porto Maravilha, maior PPP que já existiu no Brasil, envolvendo uma área de cinco milhões de metros quadrados (Freitas; Mello; Elias, 2020).

A região, que era “ocupada majoritariamente por estratos de baixa renda, que sempre estiveram presentes na área” (Santos Junior; Werneck; Novaes, 2020, p. 4) era vista como um território vazio, sem vida e desvalorizado. Como consequência, a operação culminou na “remoção de famílias residentes em imóveis informais situados nas áreas de maior potencial construtivo, de grande interesse do mercado imobiliário, e das favelas, de forma a promover uma nova representação simbólica da região” (Santos Junior; Werneck; Novaes, 2020, p. 12) caracterizando o cenário apontado por Freitas, Mello e Elias:

Observamos que o padrão de intervenções no espaço urbano que enfatiza o projeto, sempre realizado de forma pontual e buscando a consolidação de um novo ethos urbano, repete-se ao longo da história do Rio de Janeiro, primeiramente, vislumbrando sua inserção no mundo moderno e, posteriormente, em um contexto capitalista global. Nesse modelo de urbanização, não há espaço para a preocupação com a continuidade, as intervenções urbanas não se dão com o objetivo de atender às questões sociais da população local (Freitas; Mello; Elias, 2020, p. 157)

Para os autores (2020, p. 147) os interesses do capital “sobrepõem-se aos da população local e o desenvolvimento do potencial turístico, bem como a inserção da cidade na agenda dos megaeventos internacionais (notadamente esportivos), representa forte argumento para que grandes intervenções urbanas sejam realizadas”. Em regra, essas intervenções possuem grande potencial para tornarem-se objeto de gentrificação do território, delimitando os espaços em que o conjunto da população mais pobre pode morar e dispor do que a cidade tem a oferecer a partir do seu poder aquisitivo.

Inclui-se no pacote, também, a repressão à população que se coloca contra a retirada de seus direitos como contraponto a manutenção de um processo de especulação imobiliária e valorização do solo. A repressão também se debruça sobre aqueles que representam um “perigo” à imagem de cidade segura, limpa e que possui sua pobreza “maquiada”, surgindo a exigência da vigilância e controle por parte do poder público (Vazquez, 2017).

À época o debate sobre os investimentos do processo de construção da Cidade Olímpica foi bastante pautado pelos movimentos organizados que questionavam a viabilidade desses eventos em uma cidade que apresentava muitos problemas de ordem urbana e social. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio enfatizava como os pobres eram tirados do cenário do Rio de Janeiro pelas campanhas publicitárias (Cosentino, 2013), numa nova tentativa de embelezamento da cidade que buscava esconder suas desigualdades, ainda que elas fossem escancaradas para seus moradores.

Esse contexto retoma a crítica construída por Harvey (2016) acerca da forma como o capital intervém no espaço com o intuito de maximizar seu lucro e escoar seu excedente na exploração de novas áreas, gerando desenvolvimento geográfico desigual e uma modificação territorial que, muitas vezes, gera um contraste na paisagem: de um lado, a padronização das cidades capitalistas com grandes condomínios, arranha-céus e polos econômicos e, de outro, as áreas ocupadas pelos trabalhadores e pela população mais pobre compostas por cortiços, favelas e subúrbios.

O cenário relatado contribui para uma territorialização das desigualdades, tornando as cidades cada vez mais produzidas a partir da lógica capitalista e da coisificação das relações. Todavia, como nas campanhas que invisibilizavam as áreas pobres da cidade no ciclo dos Megaeventos ou durante o levantamento de uma espécie de muro em parte da Linha Vermelha (Ferreira, 2016) para isolar o Complexo da Maré de quem ali passava, a escolha por vezes é a de “esconder” a pobreza e não a de construir mecanismos para solucioná-la.

A preparação do Rio de Janeiro para sediar os Megaeventos, incluindo a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, desempenhou, ainda, um papel crucial no desenvolvimento de uma prática militarizada de governo dos pobres, especialmente por meio da política de pacificação das favelas, representada pelas Unidades de Polícia Pacificadora (Leite *et al.*, 2018).

Instaladas a partir de dezembro de 2008, as UPPs foram apresentadas como a principal política para incidir sobre a segurança pública no Rio de Janeiro, elemento fundamental na construção da imagem de uma cidade que receberia os eventos esportivos mais importantes do mundo. O objetivo principal do programa era recuperar as favelas dominados por facções criminosas e acabar com a violência “produzida” nesses territórios a partir do tráfico de drogas (Da Cunha; Da Silva Mello, 2011), abrindo espaço para o investimento em serviços públicos nessas áreas.

As UPPs foram implementadas em 38 favelas durante o governo de Sérgio Cabral (2007-2014) e contaram com uma grande mobilização em torno do seu funcionamento, conquistando nos primeiros anos a opinião pública e a mídia, que enxergava a UPP como uma saída positiva para o “problema-favela”, como descreve Machado da Silva:

Nos primeiros anos de implantação das UPPs, constituiu-se uma delicada balança entre, de um lado, uma forte aprovação, justificada pela eficácia de um policiamento repressivo que reduziu a letalidade dos confrontos nas favelas sem deixar de manter o afastamento dos atores que poriam em risco a continuidade das rotinas cotidianas; e, de outro, uma ampla desconfiança quanto à continuidade e à consolidação dessa experiência (Machado da Silva, 2015, p. 16-17).

A mídia tinha um papel importante no processo de aceitação pública das UPPs, repercutindo e dando grande destaque para as ações das forças policiais, como na matéria feita pelo Extra em 2008 que defendia a atuação policial na UPP do Batam (Vasconcellos, 2009), frisando que a polícia atuava enquanto representante do Estado no atendimento às diversas demandas locais, além da reportagem de 2011 do Jornal do Brasil sobre a UPP da Mangueira, a qual afirmava que “a chegada das UPPs marca também o resgate dos direitos dos cidadãos e

o início de um futuro mais digno para milhares de famílias (...)” (Jornal do Brasil, 2011). Observamos, ainda, o grande espetáculo midiático construído em torno da ocupação do Complexo do Alemão pelas forças policiais e militares em 2010 (BBC News Brasil, 2010), também bastante repercutido pela mídia.

O Projeto das UPPs apontava fundamentalmente para a retomada pelo Estado da gestão nas favelas que estavam sob o poder das facções e milícias. No entanto, para Mendonça (2021), as UPPs representam uma forma de “controle espacial” (Mendonça, 2021, p. 8) a partir da ocupação desses territórios pelas forças policiais. A partir da ideia de “pacificação”, o autor compreende que:

Em tese, a estratégia de “pacificação” dos territórios controlados pelo tráfico de drogas envolve, dentro dessa lógica, primeiro a ocupação militar, seguida da instalação de uma unidade de polícia permanente, e uma terceira etapa que trataria de estabelecer um diálogo entre os atores sociais e canalizar suas demandas. Contudo, a última etapa nunca é colocada em órbita, escolhendo-se, como única opção, o patrulhamento ostensivo e o estabelecimento de uma nova ordem coercitiva. Esse modelo confronta-se, nesse aspecto, com a construção de uma esfera pública ampliada por meio da expansão da oferta de serviços aos moradores desses territórios e sua integração à cidade. Assim, que se verifica é a negação do estatuto de direito pleno dos cidadãos das favelas (Mendonça, 2021, p. 11).

Ainda que a instalação das Unidades tenha sido concluída em parte das favelas, observou-se que desde os primeiros anos o que se apresentava era a coexistência no território entre policiais e as pessoas do “movimento” – membros dos grupos armados – como aponta Menezes:

É preciso lembrar que a chegada da UPP não significou o início da presença de agentes do Estado, nem a saída de todos os traficantes das favelas “pacificadas” – como as análises apresentadas pela mídia costumam apontar –, mas sim uma transformação nas modalidades de presença desses atores nos territórios favelados. Se antes da “pacificação” as relações entre traficantes e policiais eram pautadas basicamente pela alternância entre confrontos armados e negociações envolvendo “arregos”, nos primeiros anos após a inauguração da UPP, houve uma redução dos confrontos armados e a relação entre traficantes e policiais passou a repousar, sobretudo, na lógica da vigilância e do monitoramento mútuos (Menezes, 2018, p. 80-81).

Esse cenário propiciou o que a autora chama de “campo minado” nas favelas “pacificadas”. A adaptação à nova gestão das favelas também fez com que os moradores tivessem que se adaptar ao novo cotidiano. Com a implantação da UPP e a presença contínua dos policiais na área, persistia o temor por parte dos moradores de serem associados aos traficantes que ainda residiam ali, mesmo por meio de gestos simples como cumprimentar ou trocar breves diálogos.

Da mesma forma, havia o receio de ser rotulado de "x-9"⁸ pelos integrantes do "movimento" ao demonstrar simpatia pelo trabalho dos policiais, o que era uma preocupação constante pela possibilidade de retaliação e pelo monitoramento contínuo estabelecido pelos dois lados. A autora descreve esse contexto como "contaminação", referindo-se ao potencial de ser rotulado e associado a qualquer um dos dois lados – seja como defensor da polícia ou dos membros das facções – pela possível proximidade, o que acabou gerando cerceamento da liberdade dos moradores (Menezes, 2018).

Nesse contexto, a concepção de um "campo minado" surge com a percepção de que o estágio de pacificação, que deveria pôr fim à “guerra”, é marcado pelos vestígios deixados no território, comparáveis às "minas", metáfora aqui utilizada para caracterizar os rastros do medo e da vigilância impetrados no território. Conforme a autora menciona:

Quando cessa o “fogo cruzado”, os campos minados permanecem como um problema a ser administrado e as bombas enterradas continuam sendo objeto de preocupação cotidiana, já que apresentam um alto potencial de letalidade e uma permanente fonte de indeterminação para aqueles que habitam as áreas onde guerras (reais ou metafóricas) ocorreram (Menezes, 2018, p. 86).

Esse cenário reflete a implementação, junto a UPP, de uma lógica de monitoramento do cotidiano nas favelas, prática que se ancorava também na instalação de câmeras nesses locais a partir da ocupação da polícia, como no caso da Rocinha, que contou com 100 câmeras e um centro de controle para operá-las (Terra, [s.d.]). Segundo Menezes (2018, p. 89), “um dos principais “legados” que o projeto das UPPs deixou foi o incremento da vigilância e controle nas favelas”.

Em sua dissertação de mestrado, Marielle Franco, então assessora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, apresentou uma reflexão sobre o projeto das UPPs no Rio de Janeiro. Intitulado “UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”, o trabalho de Marielle buscou compreender como as UPPs fortaleciam o modelo de Estado penal. Segundo a autora:

Medidas de retomada dos territórios demandam, portanto, um conjunto de serviços públicos essenciais, que acabaram excluídos de tais espaços com a justificativa do "terror armado do tráfico". Isto é o que diz o governo, mas é sabido que a permissão para que os territórios fossem apropriados pelas mãos do tráfico adveio da negligência do Estado ou da exclusão dos moradores. As favelas são espaços de exclusão desde o início da sua formação, bem anterior ao domínio do tráfico. São desculpas que corroboram uma atuação de estado penal capitalista, que não contempla a totalidade da sociedade (Franco, 2014, p 74-75).

⁸ Popularmente conhecido como “delator”.

Ainda que nos primeiros anos as UPPs tenham apresentado resultados intrigantes, como a redução significativa de mortes violentas e por intervenção policial nas favelas “pacificadas” (Cano; Borges; Ribeiro, 2012), pouco se avançou na parte social do projeto, a qual compreendia a execução da UPP Social, que ficou bastante restrita ao atendimento de demandas pontuais dos moradores e não conseguiu atingir níveis de participação que pudessem incluir os favelados na formulação de políticas para as favelas, tampouco conseguiu ter continuidade, entrando em declínio pouco tempo após ser colocada em prática, passando a ter seu eixo de atuação voltado para a capacitação dos moradores na lógica do “empreendedorismo” (Rocha, 2018).

No entanto, a presença do Estado por meio das forças policiais e do controle territorial sobrepujou-se, resultando na subordinação das políticas públicas urbanas e sociais à abordagem da pacificação e aos seus executores. Um desses exemplos era o papel de intermediação entre o poder público e os moradores que os comandantes da UPP cumpriam, muitas vezes assumindo a responsabilidade que originalmente deveria ser das associações de moradores (Rocha, 2018).

Este fenômeno é crucial para compreender como as políticas públicas foram submetidas à lente da segurança e da disciplinarização do território. Para Rocha (2018, p. 234): “os investimentos sociais, especialmente em favelas, só têm legitimidade pública quando pretendem resolver o “problema-favela”, colocado em termos do risco que esses territórios e seus moradores representam para a paz da cidade e dos “cidadãos de bem”. Segundo a autora, esse aspecto é essencial para entender a lógica da militarização como método de governança, bem como o papel fundamental que o projeto de “pacificação” desempenhou nesse contexto. Machado da Silva (2015) acrescenta que a própria nomenclatura da UPP e o fato de ser um projeto direcionado exclusivamente às favelas, e não aos demais espaços da cidade, é capaz de transmitir uma mensagem ao cidadão. Segundo o autor:

A retórica bélica constante do próprio título das unidades – “Polícia Pacificadora” – é uma demonstração cabal de que elas permanecem como repertórios da linguagem da violência urbana e sua metáfora da guerra. De fato, a logística a preceder a implantação das UPPs lembra uma atuação desse tipo: seja na realização efetiva de grandes operações para “limpar o terreno”, seja nos avisos, amplamente divulgados na mídia e tidos como forma de evitar o confronto armado com os criminosos locais (avisados, eles fugiriam antes do enfrentamento e derrota inescapável), de que em tal data as “forças da ordem” ocuparão a localidade (Machado da Silva, 2015, p. 13-14).

Para Marielle Franco, a defesa do projeto por trás da UPP centrava-se na questão do combate ao tráfico de drogas a partir da dominação das favelas e de sua “pacificação”. No entanto, ela afirma que “nem as drogas ilícitas, nem os armamentos de pequeno ou grande porte

são produzidos nos territórios, aos quais é declarada uma guerra em que os inimigos são os que vivem nas favelas” (Franco, 2014, p. 74). Partindo do ponto de vista apresentado por Marielle, ainda que a UPP tivesse sido implementada em todas as favelas dominadas por grupos armados, não existiria garantias de que isso pudesse significar “uma efetiva desmobilização do comércio de drogas” (Franco, 2014, p. 74).

Ao examinar o processo de declínio do projeto de UPP, Rocha destaca uma série de eventos que indicaram o início do colapso do plano de pacificação e da eficácia das Unidades nas favelas a partir dos objetivos traçados inicialmente. Nas palavras da autora:

Ainda que o projeto das UPPs tenha sido ponto central na reeleição em primeiro turno de Sérgio Cabral (2010), diversos eventos nos anos seguintes desmontaram a imagem de sucesso do programa. As manifestações de 2013 no Rio de Janeiro questionaram diretamente a Polícia Militar e pediram seu fim. Mortes cada vez mais publicizadas na mídia foram se acumulando: a chacina da Maré (em que dez pessoas morreram no meio dos protestos de junho de 2013), o pedreiro Amarildo (desaparecido na Rocinha em julho de 2013), Claudia Silva Ferreira (cujo corpo arrastado por um camburão chocou a opinião pública em 2014), os cinco jovens assassinados em Costa Barros com 111 tiros (em 2015), entre tantos outros casos (Rocha, 2018, p. 234).

Dessa maneira, a caracterização feita por Marielle Franco em 2014 pode ser considerada um caminho para a compreensão do que foi o modelo de segurança pública adotado nas favelas a partir da implementação das UPPs durante a construção da Cidade Olímpica: “um projeto do capital para viabilizar uma cidade de negócios, e não para a resolução dos problemas com a criminalidade” (Franco, 2014, p. 75).

Após a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, um novo capítulo na esfera da segurança pública ganha destaque e agrava o declínio do projeto das UPPs, que já apresentava sinais de fragilidade desde os acontecimentos mencionados por Rocha (2018): a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, implementada a partir do decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018 e assinado pelo então Presidente da República Michel Temer.

O objetivo da intervenção mencionado no artigo 1º do decreto era “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro” (Brasil, 2018). O cargo de interventor foi ocupado pelo General de Exército Walter Souza Braga Netto que, como descrito no artigo 3º do decreto, tinha a liberdade de “requisitar, se necessário, os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção” (Brasil, 2018). Além disso, o interventor estava subordinado ao Presidente da República, não precisando se sujeitar às normas estaduais.

Com a designação de um General do Exército como Interventor na segurança pública no Rio, o governo federal enfatizou ainda mais o que já vinha se delineando nos anos anteriores, especialmente com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora enquanto representantes do Estado nas áreas de maior vulnerabilidade social. Estas Unidades aprofundaram o controle e a vigilância nas favelas, enquanto o investimento em políticas públicas para essas áreas foi subordinado à pasta da segurança pública e aos desdobramentos de seus projetos (Rocha, 2018), que colocava em primeiro plano a ideia de “pacificação” desses territórios, evocando a lógica de que existe um grupo social e uma parte da cidade que precisa do crivo das autoridades para merecer o acesso a uma série de direitos e garantias a partir da conquista da paz no ambiente que “produz guerra”.

A partir da intervenção, o controle da "ordem" no estado foi transferido para as mãos de um militar, desautorizando até mesmo a participação da sociedade civil no processo eleitoral que elegeu seus representantes para o governo do estado, apesar das críticas que a gestão pudesse receber e dos questionamentos que apresentamos inclusive nesse texto sobre a gestão da segurança pública no Rio. Esse contexto contribuiu para o aprofundando da ideia de militarização da vida no estado, com a propagação da máxima de que apenas as forças militares poderiam resolver a crise da “ordem”, evocando mais uma vez a lógica da guerra e optando por soluções que remontavam ao passado.

A intervenção federal durou até 31 de dezembro de 2018 e seus impactos foram bastante discutidos entre pesquisadores e representantes da sociedade civil. O Observatório da Intervenção, formado para acompanhar o processo de condução do decreto no Rio de Janeiro, produziu relatórios durante o período de sua implementação e destacou uma série de questões problemáticas no decorrer do processo. Segundo o Observatório, as mortes por intervenção de agentes do Estado no período de vigência do decreto da intervenção (fevereiro a dezembro de 2018) aumentaram 33,6% em relação ao mesmo período no ano anterior. Ainda durante a intervenção, registrou-se um aumento de 56,6% de tiroteios e disparos por arma de fogo em relação a 2017. As chacinas também aumentaram: segundos os dados sistematizados pelos Observatório, houve um aumento de 63,6% em comparação com o ano anterior (Ramos, 2019).

Apesar de ter apresentado um impacto positivo nos dados sobre crimes contra o patrimônio e, de forma mais tímida, na apreensão de armas e munições (Ramos, 2019), a intervenção não conseguiu lograr êxito no que se refere a insegurança produzida pelos altos índices de letalidade, como as chacinas, e pelas mortes que passam pelas mãos de agentes do Estado – aqui também marcadas pelos territórios onde a “exceção” vira regra.

Como descrevem Leite e Farias (2018, p. 258) “o sentido da política de segurança pública no Rio de Janeiro parece não mais ser controlar a “violência urbana”, mas crescentemente gerir a “guerra” como um negócio”, dialogando com a hipótese levantada por Grillo e Hirata (2018) de que a intervenção federal no Rio de Janeiro possivelmente foi motivada pela tentativa de proteção do patrimônio – a partir dos índices de roubo e furto no estado, principalmente de cargas.

Dessa perspectiva, pode-se inferir que a redução da letalidade não estava entre as principais prioridades de uma intervenção em que o estabelecimento da "ordem" possivelmente era disfarçado como proteção do patrimônio privado, em detrimento da melhoria das condições de vida da população em geral. Isso é evidenciado pelo aumento nos índices de tiroteios e chacinas, que não “só” resultam em derramamento de sangue, mas também impactam significativamente o dia a dia das pessoas e a forma como vivenciam a cidade.

Ressaltamos aqui que o assassinato brutal da então vereadora do Rio Marielle Franco (PSOL), grande defensora de direitos humanos e “cria” da Maré, ocorreu durante a intervenção federal na segurança pública do Rio. Ao exercer seu curto mandato, Marielle se colocou à disposição dos territórios favelados, seja na denúncia de violações que ocorriam nessas regiões, seja na divulgação das ações potentes que seus moradores construía. Em 2017, por exemplo, seu mandato esteve presente⁹ na manifestação ocorrida no Jacarezinho após operação policial na favela que vitimou 5 pessoas e durou cerca de 10 dias (Bianchi, 2017).

As mortes ocorridas no Jacarezinho e a de Marielle Franco, no ano seguinte, possuem em comum o pertencimento ao território favelado, a cor da pele e a exacerbação da violência nas suas mais diversas faces contra um grupo específico da sociedade, inclusive na política, fruto de uma forma de governança que reforça a vulnerabilidade de grupos sociais marcados pela exclusão e pela “desumanização”, ainda que consigam chegar ao topo.

Seis anos após a intervenção, o quadro que presenciamos no Rio de Janeiro segue alarmante. Nem as UPPs e tampouco a intervenção federal conseguiram o “domínio” contínuo dos territórios controlados por facções e milícias, demonstrando a fragilidade da proposta de solução militarizada ancorada na “metáfora da guerra”. Olhando para a capital carioca, o que percebemos é o avanço da lógica da perpetuação de conquista das zonas periféricas por grupos paramilitares e, diferente do que se apresentava nos anos 1970 e 1980 com a formação das “quadrilhas” que viriam a ser chamadas de facções, as milícias também se tornaram a partir dos

⁹ Vide post feito na página oficial de Marielle no Facebook em 2017:
<https://web.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=456478824737715>.

anos 2000 setor importante para a discussão da segurança pública no estado do Rio de Janeiro e, de certa forma, ainda mais relevante do ponto de vista da relação direta com o poder público que caracteriza esses grupos criminosos (Manso, 2020).

Segundo o Mapa dos Grupos Armados produzido pelo Instituto Fogo Cruzado em parceria com o GENI da UFF, nos últimos 16 anos a área controlada por grupos armados no estado do Rio dobrou (Instituto Fogo Cruzado, 2024). No período, as milícias cresceram 204,6%, o Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando Puro (TCP) cresceram, respectivamente, 89,2% e 79,1%. O Amigos dos Amigos (ADA) foi o único grupo que apresentou redução (reduziu em 75,8%).

Em relação a capital fluminense, as milícias apresentam amplo domínio do território que está sob controle de grupos armados: 66,2% dele. O CV controla 20,7% desse território, o TCP 9,3% e o ADA 2,4%. Os dados apresentados escancaram a realidade: os mecanismos de combate à violência no Rio de Janeiro não produzem impactos significativos nos territórios dominados por grupos paramilitares.

O avanço da conquista territorial desses grupos nos últimos 16 anos, incluindo o período de formulação da Cidade Olímpica, nos fornece pistas para questionar o “governo dos pobres” que se estabeleceu no Rio de Janeiro a partir da militarização e da busca pela estigmatização desses territórios enquanto “produtores de violência” onde só a “pacificação” poderia resolver. Ao que parece, o impacto nas facções e principalmente nas milícias – grupos que mais cresceram na cidade do Rio nos últimos anos – é menor do que a força do discurso e os esforços em torno da manutenção do status de “guerra” – onde os moradores de favelas seguem perdendo para a militarização do Estado e para a violência armada dos grupos criminosos.

Em 2022 (ano de eleição para o governo do estado), a nova tentativa de pacificação das favelas foi implementada pelo governo Cláudio Castro através do projeto “Cidade Integrada”, que já no seu início apresentou uma série de incongruências que haviam sido experimentadas pela aposta das UPPs. Ao escolher o Jacarezinho como o primeiro alvo de implementação do projeto, o governo reiterou seu objetivo de manter a lógica de governança através do controle militarizado da localidade. O Jacarezinho é uma área que abriga uma parte importante da população carioca, cuja contribuição é fundamental para o funcionamento das engrenagens da cidade, como veremos a seguir.

3 JACAREZINHO: O RIO, O BAIRRO, A FAVELA

Esta pesquisa se encontra com o Jacarezinho a partir de dois elementos essenciais para compreender a militarização da vida no Rio de Janeiro, ambos compartilhando o território comum desta favela: a operação mais letal da história democrática do Rio, em 2021, e o projeto Cidade Integrada, concebido também como uma resposta do poder público a esse evento, em 2022. Anteriormente, o Jacarezinho já havia sido alvo do projeto de pacificação da Cidade Olímpica, por meio da Unidade de Polícia Pacificadora que, como em outros territórios, não conseguiu lidar com as questões subjacentes à produção das desigualdades nas favelas de forma contínua e acabou por cair em decadência.

A hipótese abordada aqui sugere que o Jacarezinho desempenha um papel crucial na análise de como a governança dos pobres, por meio da militarização, influencia profundamente a vida cotidiana dos residentes das favelas no Rio de Janeiro. Considera-se a favela como o epicentro da perpetuação da desigualdade social na Cidade Maravilhosa, resultado da marginalização histórica imposta a esses territórios, seja através da ideia de “classes perigosas”, seja através da “metáfora da guerra” que evoca condições extremas para o combate à desordem pública e a criminalidade, submetendo a população às práticas de exceção.

A partir do cenário descrito, discutiremos o fluxo que nos trouxe até aqui, visando compreender como o Jacarezinho emergiu como um dos principais alvos da militarização no Rio de Janeiro e quais foram os impactos práticos desse contexto na vida dos habitantes da favela.

3.1 Jacarezinho é o pulsar da vida urbana: uma reflexão sobre a jornada até aqui

O Jacarezinho viu sua trajetória entrelaçada com o crescimento da favelização no Rio de Janeiro, especialmente ao longo da linha férrea que cortava os subúrbios – e permitiu sua expansão – e com a chegada de fábricas à região. Segundo Abreu (2020, p. 274), “o surgimento dos subúrbios e a expansão das favelas devem ser analisados como um fenômeno entrelaçado, ou melhor, composto de duas faces de uma mesma moeda”. A Zona Norte se tornou uma área da cidade fortemente influenciada pela presença dos trabalhadores industriais, e o Jacarezinho absorveu parte dessa dinâmica também.

Mas antes de ser ocupada por trabalhadores industriais, a área que engloba o Jacarezinho era um “quilombo urbano para onde se dirigiam escravos fugidos dos Engenhos da Rainha,

Engenho de Dentro e Engenho Novo” (Lyra *et al.*, 2021, p. 3). A disputa pela memória do Jacarezinho enquanto um espaço de acolhimento de negros escravizados é apresentada por Rumba Gabriel em entrevista a João da Mata para a BBC News Brasil. Segundo Rumba, “já havia negros ali antes dos anos 1920, fugitivos da Serra do Mateus, lá na Boca do Mato. Quando o padre Alexandre Língua foi construir o santuário Nossa Senhora da Conceição no Engenho Novo, anos depois, muitas ossadas de escravos foram encontradas” (Mata, 2021).

Compreender o Jacarezinho como uma favela que surgiu a partir de uma forte presença negra é crucial para reconhecer a herança do povo negro na região. No entanto, também é necessário observar como a estigmatização e as consequências da militarização da segurança pública e da vida local, acabam sobrepondo a importância histórica desse território para a resistência negra no Rio de Janeiro. Assim, em vez de ser valorizado por sua relevância histórica, o Jacarezinho é amplamente conhecido pelos episódios de violência, como ocorre com muitas outras favelas.

Na ânsia por analisar as dinâmicas de uma favela carioca, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos construiu sua pesquisa de doutorado a partir do trabalho de campo no Jacarezinho, em 1970. A pesquisa deu origem ao trabalho intitulado “Direito dos oprimidos” que utilizava a alcunha de “Pasárgada” para se referir a favela. Ao descrever o Jacarezinho, ele aponta:

Fisicamente, Pasárgada divide-se em duas grandes zonas: o morro e a parte plana, nas duas margens do rio que a atravessa. Esta última zona é muito pequena, bastante pantanosa e sujeita a cheias, o que obriga a que muitas das barracas sejam construídas sobre estacas. É precisamente aqui que se situam as habitações mais precárias. As ruas - muitas vezes pouco mais do que simples aberturas entre as barracas - são estreitas e lamacentas. Meia dúzia de pontes pouco sólidas unem as margens do rio, extremamente poluído, para onde convergem os esgotos que vão escorrendo a céu aberto por baixo das barracas (Santos, 2014, p. 166).

Durante a pesquisa do autor nos anos 1970, o Jacarezinho já era considerado uma das favelas mais relevantes do cenário carioca. Conhecida como a “favela operária”, o Jacarezinho, como passou a ser chamado a partir da década de 1940, acolheu muitos trabalhadores das indústrias que se fincaram a partir da Avenida Brasil, como a Fábrica de fósforos Cruzeiro, a empresa estadunidense General Electric e a Cispor, especializada em vidros (Abreu, 2020). O Jacarezinho adquiriu um papel de destaque devido à sua localização próxima ao centro, à sua população operária e por se transformar em lar para as classes menos favorecidas da região naquela época. Como reitera Souza, Barbosa e Simão:

É neste período que se ampliam as favelas do Jacarezinho, da Penha, do Alemão e da Maré, tendo na abertura da Avenida Brasil, na localização de indústrias na região da Leopoldina e na migração nordestina os principais elementos definidores para a produção das moradas populares na Zona Norte da cidade (Souza; Barbosa; Simão, 2020, p. 39).

A partir dos anos 1960, um outro evento ganha relevância para os moradores do Jacarezinho: a criação, durante o governo de Carlos Lacerda, do Complexo Industrial do Jacaré, bairro que até então incorporava o Jacarezinho até a favela mudar de status nos anos 1990 sendo reconhecida enquanto um novo bairro da cidade. Segundo Abreu (2020, p. 282), “no final da década o Jacaré já tinha se transformado no segundo maior parque industrial do município, ficando atrás apenas de São Cristóvão”. Ao descrever a vida econômica do Jacarezinho em sua pesquisa, Boaventura de Sousa Santos apresenta:

A vida económica interna de Pasárgada é muito intensa, com as suas lojas tradicionais ao lado de modernas mercearias e bares. Existem, à sua volta, numerosas fábricas, uma boa dúzia das quais apenas a cinco minutos de caminho. O grosso da população activa é composto por operários fabris que trabalham nas fábricas mais próximas (Santos, 2014, p. 168).

O impacto da geração de empregos para os moradores da área, combinado com a concentração de poder que as fábricas possuíam em relação a esses trabalhadores, investindo em iniciativas sociais e fornecendo bolsas de estudo para os filhos de alguns funcionários em escolas particulares (Abreu, 2020), como exemplo, influenciava diretamente nas dinâmicas familiares. Em alguns casos, isso resultava em uma realidade onde toda a família se via subordinada às empresas, desde o trabalho até a educação dos filhos. Esse contexto, somado ao avanço da organização da esquerda no Rio de Janeiro, produziu questionamentos sobre a relação de dependência que esses moradores estavam submetidos, conforme explica Abreu:

Surgiu paralelamente um sentimento de consciência crítica quanto ao grau de imobilidade social que a dependência de emprego, renda e educação causava nas famílias em relação a estas corporações. Este posicionamento ganhava em amplitude à medida que um movimento político de esquerda começa a crescer no Jacarezinho, estimulando lideranças comunitárias a se lançar no jogo político em defesa de seus próprios direitos, criando uma espécie de desintermediação entre a comunidade e o poder público desde a criação do Estado da Guanabara, em 1960 (Abreu, 2020, p. 284).

Segundo relatos da entrevista produzida por João da Mata com Rumba Gabriel – líder comunitário do Jacarezinho – e publicada na BBC News Brasil em 2021, a favela teve papel substancial na organização política dos trabalhadores que residiam no território e,

posteriormente, no enfrentamento à Ditadura Civil-Militar como espaço de acolhimento aos revolucionários opositores ao Regime. Como aponta Rumba:

No período que antecedeu a redemocratização, tínhamos uma presença intensa de ativistas políticos e trabalhadores sindicalizados. Durante a ditadura, havia aqui um aparelho que abrigava revolucionários e uma presença muito intensa de sindicatos. Nessa época, o território cresceu muito e ficou rico na politização, gente que saía para o enfrentamento com o objetivo de trazer projetos pra cá (Mata, 2021, n.p).

Nessa toada, Abreu (2020) aponta que o Jacarezinho era um território onde a luta política pulsava e, complementando os elementos descritos por Rumba, ele acrescenta:

Em meio à ditadura, a Associação de Moradores engajou-se na luta política, concentrando as disputas entre dois grupos do MDB: os chaguistas (ligados ao governador Chagas Freitas) e os autênticos (formado por extremistas comunistas, membros do MR-8 ou apoiadores de D. Hélder). As contendas entre estes grupos políticos perduraram até o brizolismo surgir nos anos 1980, mas giravam não somente em torno dos temas operários, mas também das demandas mais imediatas como manilhamento e iluminação. Mais tarde cerraram fileiras em torno de empenhos para o asfaltamento das ruas, saneamento e a canalização do Rio Jacaré (Abreu, 2020, p 289).

As contribuições de Rumba e Abreu sobre o cotidiano do Jacarezinho revelam uma história intrinsecamente ligada ao crescimento industrial em seus arredores, o que resultou também em uma maior consciência por parte dos trabalhadores sobre a dinâmica de poder na relação de trabalho, assim como sobre a influência que essas fábricas exerciam a partir do próprio território, aprofundando a dependência dos moradores em relação a elas. Mesmo que esses moradores estivessem empregados – o que é considerado um elemento positivo para as necessidades ligadas à reprodução social – isso resultou em uma submissão das famílias do Jacarezinho à essas indústrias, que dependiam delas para viver.

Adicionalmente, os relatos indicam a evocação de uma intensa organização política dentro da favela, se apresentando como um território importante de combate e resistência à Ditadura, mas também desempenhando um papel na construção de sindicatos, refletindo um contexto de perpetuação das lutas que emergiam em outras partes da cidade. Essa dinâmica não era diferente no Jacarezinho. Segundo Fábio Tavares (2019), autor do blog “Jacarezinho-RJ”:

Durante a ditadura, tanques e soldados armados cercavam a imensa favela, devido a muitos moradores serem filiados ao partido comunista (PCB) que estava na clandestinidade e grupos de resistências. Do interior da favela surgiram, professores, jogadores de futebol, empresários, parlamentares, músicos, atores, advogados, médicos, engenheiros e inúmeros outros profissionais (Tavares, 2019, n.p).

Descrevendo o cotidiano associativo dentro do Jacarezinho na década de 1970, Santos (2014) aponta que existiam equipes de futebol, igrejas e associação de moradores dentro da favela. Essa última tinha um papel importante de mediar conflitos entre os habitantes no território, servindo como espaço de acolhimento das demandas, como aponta o autor: “apesar das suas funções estatutárias, a AM é identificada, na comunidade, com "melhoramentos, um lugar onde ir quando se tem um problema com a barraca ou com a casa"” (Santos, 2014, p. 172).

O relato de Santos (2014) revela que a associação, de certa maneira, assumia o papel do poder público na manutenção da “ordem” na favela e na orientação sobre o cotidiano dos moradores. Isso incluía aspectos como a construção e manutenção de imóveis, a compra e venda de casas, entre outras questões.

Entretanto, no que diz respeito aos assuntos ligados à criminalidade, a associação reconhecia sua falta de competência nessa área e não se posicionava como uma entidade capaz de lidar com tais questões, defendendo que seu foco estava exclusivamente voltado para o desenvolvimento da favela, sem intenção de exercer controle social (Santos, 2014). Na esfera da criminalidade, o autor destaca os elementos de estigmatização associados à favela, uma realidade que tem sido evidenciada ao longo da história desde o surgimento desse modelo específico de assentamento urbano. Como afirma Santos:

Os funcionários oficiais, e a sociedade "oficial" em geral, consideram as favelas e o crime como quase sinónimos. A acção repressiva contra as favelas, desde as rusgas, praticamente diárias, da polícia até ao desalojamento de populações inteiras e à demolição de barracas, é frequentemente justificada em nome da luta contra o crime. Se a AM se envolvesse em questões criminais, ficaria exposta às acções estatais arbitrarias e correria o risco de ser ilegalizada (Santos, 2014, p. 176).

Com o golpe militar de 1964, um longo período de implementação de políticas populistas se encerrou, iniciando-se um extenso caminho marcado “pelo autoritarismo e pelos interesses dos setores econômicos dominantes, capitaneados pelas ações do Estado” (Silva; Barbosa, 2005, p. 45). Com o endurecimento da Ditadura a partir de 1968, sucedeu-se “o fechamento total dos canais de expressão e organização da sociedade civil, com as organizações comunitárias de favelas entre elas” (Brum, 2013, p. 181).

Aprofundou-se, então, a aspiração pelas remoções de favelas impulsionada por Carlos Lacerda – principalmente aquelas que faziam parte das paisagens valorizadas da cidade. As associações de favelas, que alcançaram uma maior organização nos anos 1960 culminando na criação da Federação de Favelas do Estado da Guanabara em 1963, também foram alvo de perseguição durante o período da Ditadura. Mesmo em condições adversas conseguiram, em

1968, através do Congresso da FAFEG, aprovar a defesa da urbanização de favelas para resolver o problema da habitação nesses espaços (Silva; Barbosa, 2005).

Com o aprofundamento do autoritarismo e a perseguição daqueles que dirigiam as associações, a capacidade de intervenção dessas organizações no debate sobre os rumos das favelas se diluiu, o que fica evidente no relato de Santos (2014), ao apontar que as associações permaneciam com o temor de se debruçar sobre algumas questões – como a da criminalidade – por receio de entrar na ilegalidade caso desagradassem o Regime.

Assim como a história do Rio de Janeiro se encontra com a história do samba, o Jacarezinho como parte fundamental da cidade não se perderia nesse caminho. Em 1966 foi fundada a Unidos de Jacarezinho, escola de samba da favela, representando um importante marco cultural para o território (Abreu, 2020), que encontrava na quadra da escola um espaço de socialização, lazer e oportunidade para desafogar a exaustão dos dias de labuta. Em 1970, a Unidos do Jacarezinho conseguiu participar do desfile do Grupo Especial, alçando a escola para um patamar importante já nos seus primeiros anos. Para Abreu:

O imaginário de grande parte dos moradores do Jacarezinho captava as rodas de samba nos “botecos” da esquina, os ensaios e eventos na quadra da escola e os possíveis desfiles no grupo principal como dinâmicas cotidianas, nas quais a vida social e intelectual dava conta de um sentido de pertencimento poderoso e arrebatador (Abreu, 2020, p. 285).

Abreu (2020) destaca que a necessidade de uma maior identidade dos moradores do Jacarezinho em relação a favela também estava associada à sobreposição da ideia de “favela operária”, que de certa forma buscava reduzir esse espaço à mera habitação dos trabalhadores das fábricas. Ele aponta que a fundação de uma escola de samba desempenhou um papel crucial nesse processo, servindo não apenas como um espaço de celebração e de festejo da ancestralidade negra – presente no carnaval do Rio de Janeiro e na própria história do Jacarezinho – mas também como um elo que unia a comunidade em torno de uma instituição territorial, contribuindo assim para a construção do sentido de pertencimento.

No âmbito da segurança pública, as relações entre habitantes da favela e representantes das forças policiais era caracterizada por uma “hostilidade recíproca entre a polícia e a comunidade” (Santos, 2014, p. 178). A hostilidade descrita por Santos, nos anos 1970, tenderia a se intensificar, agora não mais com a sombra da remoção que pairava durante o Regime Militar, mas a partir do quadro de dominação do território pelos grupos armados e o comércio varejista de drogas que se expandiu durante a década e nos anos 1980. No Jacarezinho, a facção que conseguiu controlar a favela foi o Comando Vermelho, que além de conduzir o comércio

de drogas, também dava as “ordens” no território, “desafiando abertamente a polícia e o Estado” (Mata, 2021).

Com a ascensão do controle das favelas por organizações de grupos armados, a “metáfora da guerra” se tornou o princípio orientador da segurança pública no enfrentamento ao crime organizado no Rio de Janeiro. As favelas, sob domínio desses grupos, foram rotuladas como territórios habitados por “criminosos”, marginalizando toda uma comunidade que reside ali e é alvo tanto da violência estatal – justificada como combate ao crime – quanto dos grupos paramilitares.

Em 1983, como descreve o artigo de Lyra *et al.* (2021), os moradores do Jacarezinho se organizaram para produzir um código de ética sobre a atuação policial com uma série de reivindicações apresentado ao Secretário de Segurança Pública do governo Leonel Brizola, primeiro governador eleito desde o início do Regime Militar. No documento, os moradores listavam algumas orientações sobre a conduta dos policiais, entre elas “proteger vidas e bens”, “defender o inocente e o fraco contra o engano e a opressão”, “preservar a ordem repelindo a violência”, “respeitar os direitos e as garantias individuais”, “não permitir que sentimentos e animosidades possam influir em suas decisões” e “ser inflexível, porém justo, com os delinquentes” (Lyra *et al.*, 2021, p. 2).

Já na década de 1980, a tentativa era de construir um diálogo com o poder público que tornasse a ação policial nas favelas mais humana e menos violenta. A luta pela integração das favelas à cidade – no discurso e no investimento em políticas públicas, por óbvio, já que formalmente as favelas sempre foram parte integrante da cidade – girava em torno também da produção de uma lógica de segurança pública que não tornasse esses espaços territórios a parte, onde todo tipo de ação poderia ser justificado em nome da manutenção da “ordem”, o que não acontecia em bairros ocupados por famílias de maior poder aquisitivo.

Em paralelo a isso, com a chegada no novo milênio, um novo contexto se insere no cotidiano dos moradores da favela: o processo de fechamento das indústrias que se instauraram no bairro do Jacaré e empregavam parte considerável dos moradores da região. Segundo Abreu:

A consolidação da saída das indústrias do Jacaré acarreta aumento das taxas de desemprego no local, até então mantidas em nível acima da média dos bairros do Rio. A despeito da situação econômica do Brasil nos anos 1990 e das exigências de modernização face às novas técnicas de fabricação e instalação exigidas para os complexos industriais, os índices de violência identificados em toda a região do Jacarezinho, Manguinhos e Benfica ao longo dos anos 1990 e 2000 pode ter sido o fator decisivo para a saída da maior parte das indústrias da região (Abreu, 2020, p. 291).

A saída das fábricas implicou no aumento do desemprego no Jacarezinho e nos bairros do entorno. O fechamento da General Motors em 2008 foi o caso mais emblemático (Abreu, 2020) pois empregava a maior parte dos moradores do Jacarezinho que tinham trabalho formal. Rumba Gabriel descreve o período de declínio do investimento industrial na região e aponta que “os trabalhadores começaram a ficar sem emprego, as suas profissões ficaram obsoletas. O avanço tecnológico estava chegando, e eles não suportaram. O que já era muito ruim para a comunidade ficou pior” (Mata, 2021). Com o aumento do desemprego e da violência, pode-se presumir que a favela se tornou também mais vulnerável. E no âmbito da segurança pública, os anos que se sucederam não trouxeram horizontes de esperança.

O Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da UFF produziu uma análise sobre a atuação policial no Jacarezinho entre os anos de 2007 e 2021. Segundo o estudo, durante o período, “290 operações da polícia no Jacarezinho vitimaram fatalmente 186 pessoas e feriram 139. Também foram realizadas 167 apreensões (armas, drogas, cargas e veículos) e 576 prisões” (Lyra *et al.*, 2021, p. 4). Ainda segundo o estudo, entre os bairros com maior número de mortes em operações policiais, o Jacarezinho ocupava, à época, a primeira posição entre os locais onde existia maior probabilidade¹⁰ de alguém perder a vida em decorrência da ação policial durante uma operação (Lyra *et al.*, 2021). O Jacarezinho ocupava, ainda, o primeiro lugar na razão entre chacinas por operações policiais: “em 21 ocasiões no período houve três ou mais mortos” (Lyra *et al.*, 2021, p. 5).

Uma dessas chacinas foi a de 2021 que resultou em 28 mortos na favela. Lyra *et al.* (2021) analisam o episódio como uma operação política dotada de elementos que apontam para a possibilidade de consistir também em uma ação de vingança, visto que durante a operação um policial civil foi morto. Os autores apontam que:

No caso específico da chacina do Jacarezinho, não só o número de mortos influencia a hipótese da vingança, mas, sobretudo, a velocidade de sua produção. Segundo relatado, 17 das 28 vítimas foram mortas apenas nas primeiras duas horas de operação. Entre as denúncias feitas por moradores, está a alegação de que, em diversas ocasiões, a rendição foi negada aos envolvidos no confronto pelos policiais, resultando em execuções (Lyra *et al.*, 2021, p. 7).

Outro elemento importante que, para os autores, caracteriza a ação política da chacina, é a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como ADPF das Favelas. Durante a Pandemia de Covid-19 a ação foi movida no judiciário para impedir as

¹⁰ Para chegar a essa conclusão, o estudo realizou um cálculo que consistia na razão do número de mortos por operações policiais.

operações policiais durante a crise sanitária como elemento fundamental para garantia da segurança e da redução da letalidade dos moradores de favelas e periferias. Com a aprovação da ADPF, as operações só poderiam acontecer em casos de absoluta excepcionalidade. A chacina do Jacarezinho, no entanto, aconteceu mesmo com a ADPF das Favelas estando em vigor. À época, o poder público encarava a ADPF 635 como uma intervenção do judiciário na condução da política de segurança pública do estado. Segundo Lyra *et al.*:

Outro ponto fundamental que interpela o caráter político dessa chacina policial foi o tom do discurso adotado pelo subsecretário da Polícia Civil, Rodrigo Oliveira. Em entrevista coletiva concedida ainda no dia da chacina, o subsecretário criticou o “ativismo judicial”, que, segundo o mesmo, estaria “impedindo o trabalho da polícia”. Notável como esta fala, entre outras proferidas neste mesmo dia, ecoou um discurso que costuma ser encampado, com similaridade de expressões, pelo atual presidente da República, Jair Bolsonaro, acerca do STF (Lyra *et al.*, 2021, p. 9).

Em 1983 os moradores do Jacarezinho, encampando uma luta contra a violência estatal nas favelas, apresentaram um documento para o então Secretário de Segurança Pública, como já apresentado nesse capítulo. Entre as orientações do código de ética elaborado, encontrava-se a orientação para que não fosse permitido que “sentimentos e animosidades” orientassem as ações policiais. Desde então, pode-se afirmar que as questões levantadas pelos moradores permanecem sem solução.

O massacre no Jacarezinho pode ser considerado uma medida que coloca as emoções, as animosidades e até mesmo as disputas políticas sobre quais vidas são descartáveis no centro da ação, liderada também pela disputa entre os poderes executivo e judiciário. Em um contexto de militarização da forma de governar, o então Presidente da República Jair Bolsonaro (um militar) foi às redes sociais para elogiar a ação policial no Jacarezinho – que se tornou a mais letal da história do Rio de Janeiro (O Globo, 2021). O posicionamento do então Presidente e do Subsecretário da Polícia Civil apontam para um consenso na condução da política de intervenção policial nas favelas – letal, desumana e muitas vezes motivadas pela vingança, como a hipótese apresentada por Lyra *et al.* (2021) no caso do Jacarezinho.

Alguns meses após a chacina, em 2022, o governo do estado lançou a nova aposta para a “pacificação” das favelas do Rio de Janeiro: o Programa Cidade Integrada. A ocupação das forças policiais no Jacarezinho – que serviu de laboratório do programa – soma mais um episódio na trajetória de insegurança, vigilância e terror implementados em um território que tem sua história marcada por uma forte herança negra e operária, mas luta cotidianamente para que seu povo consiga viver com dignidade e sem medo de reivindicar as raízes faveladas.

3.2 Reflexos da militarização no cotidiano dos moradores do Jacarezinho

No final de 2012, as forças policiais realizaram uma operação de ocupação no Jacarezinho, com o objetivo de estabelecer uma Unidade de Polícia Pacificadora na favela. Em janeiro de 2013, essa iniciativa se concretizou e o Jacarezinho se tornou parte dos territórios abrangidos pelo programa. No entanto, já naquele ano, as UPPs mostravam sinais de declínio em relação ao seu potencial inicialmente promovido pelo governo estadual. Segundo Pereira (2023, p. 32) “ainda em 2013, em apenas cinco meses da sua instalação, os moradores do Jacarezinho realizaram um levante pleiteando a retirada da UPP após policiais da unidade assassinarem um catador de materiais recicláveis morador da região”.

A experiência de pacificação no Jacarezinho foi reprovada por parte dos moradores já no seu início, como aponta Pereira. Nos anos em que esteve presente na favela, a UPP não conseguiu avançar com o estabelecimento de um ambiente seguro para os moradores e nem com a implementação de projetos sociais e investimentos em políticas públicas, objetivos do programa. A reportagem do jornal O Globo sobre o balanço da atuação da UPP no Jacarezinho caracteriza esse cenário:

Em janeiro de 2018, cinco anos depois de sua chegada, a UPP local era o retrato da decadência do projeto, assim como acontecia em outras localidades. Àquela altura a unidade já era o retrato do abandono. Cercados de lixo, os contêineres onde o local deveria funcionar encontravam-se em péssimo estado. Dois deles estavam fechados. Até mesmo os policiais eram alvos constantes da bandidagem e eram obrigados a buscar abrigo no local onde os carros estacionam. As caixas d'água que deveriam servir a UPP continham várias marcas de tiros (O Globo, 2022b).

Em 2014, pouco tempo depois da instalação da Unidade, o retrato da insegurança já se apresentava no cotidiano dos moradores. Naquele ano, três policiais da UPP foram acusados de arrastar três jovens para um barraco na favela e estuprá-las. Em 2017, veio a condenação com uma pena de 56 anos (Mendonça, 2017). Esse é um dos episódios de violência que o território presenciou em um contexto de tentativa de pacificação que não conseguiu alcançar seus objetivos. Como acrescenta Pereira, nos anos que se seguiram, o Jacarezinho continuou sendo espaço de “batalhas” e operações que resultavam em mortes e impediam que os moradores tivessem condições de seguir a vida com normalidade:

Em 2017, após a morte de um policial nas imediações da favela, a Polícia Civil realizou uma operação no Jacarezinho que durou cerca de duas semanas, tendo assassinado mais de quinze moradores. Já em 2018, outra operação da Polícia Civil durou catorze dias, com incursões diárias pelas ruas da favela (Pereira, 2023, p. 33).

O legado de quase uma década de grandes eventos no Brasil e no Rio e de todos os projetos que cercaram a construção e viabilização da Cidade Olímpica ainda são objeto de análises constantes. Fato é que a Cidade Maravilhosa, mesmo neste período, esteve longe de ter suas desigualdades minoradas. Já nos três primeiros meses de 2017, ano seguinte aos Jogos Olímpicos, aproximadamente 200 pessoas foram assassinadas por agentes do Estado na cidade, sendo as favelas da zona norte, incluindo o Jacarezinho, as que mais sofreram com operações policiais (Instituto PACS, 2017a). Esse quadro nos apresenta que a experiência das UPPs não conseguiu contribuir, no longo prazo, para o controle da letalidade nas favelas do Rio de Janeiro.

No âmbito do impacto social, o Jacarezinho em 2018 – durante a experiência da UPP no território – fazia parte do grupo de Regiões Administrativas (RA's) com menor IPS (Índice de Progresso Social) da cidade segundo os dados produzidos pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Na dimensão Necessidades Humanas Básicas que engloba nutrição e cuidados médicos básicos, água e saneamento, moradia e segurança pessoal, por exemplo, o Jacarezinho apresentava o pior resultado entre as 32 RA's analisadas (Instituto Pereira Passos, 2018). O estudo apresentou, ainda, a evolução do IPS entre 2016 e 2018. No ano de 2016, o Jacarezinho ocupava a 30ª posição no ranking, passando para a 31ª posição em 2018, evidenciando uma piora nos indicadores do bairro, o que sugere que a UPP não obteve êxito em causar um impacto substancial nos indicadores sociais do Jacarezinho.

Após a conclusão dos Megaeventos sediados pela cidade, o projeto de UPP entrou em declínio gradual, perdendo força progressivamente. Em 2019, na favela do Jacarezinho, os policiais se retiraram da favela e foram realocados para patrulhar as áreas circundantes, visando garantir a segurança das vias na região.

No entanto, em 2022, as forças policiais voltaram a ocupar o Jacarezinho, agora não mais em nome da UPP mas sim do Programa Cidade Integrada, a nova aposta de pacificação do governo estadual que teve sua primeira experiência na favela da zona norte do Rio e na Muzema, na zona oeste.

A ocupação do Jacarezinho foi realizada em janeiro de 2022 com uma operação que contou com um efetivo de 1200 homens, sem prévio conhecimento da população da favela sobre o Programa e sobre a operação que daria início a sua instauração. Ao comentar o início da implementação do Cidade Integrada nas redes sociais, Cláudio Castro, governador do Rio de Janeiro, relatou:

Damos início a um grande processo de transformação das comunidades do Estado do Rio. Foram meses elaborando um programa que mude a vida da população levando dignidade e oportunidade. As operações de hoje são apenas o começo dessa mudança que vai muito além da segurança (Coelho, 2022, n.p).

O Programa Cidade Integrada foi implementado através do Decreto nº 47.928 de 19 de janeiro de 2022. O Decreto indicava como objetivos do Programa a garantia de moradias de qualidade, a garantia de acessibilidade e mobilidade para os moradores, a construção e reforma de aparelhos públicos e a geração de trabalho e renda (Rio de Janeiro, 2022). No entanto, ainda que os objetivos fossem desafiadores e apontassem para a tentativa de impacto positivo nos indicadores sociais das áreas que comportam a população de baixa renda, isso poderia esbarrar no artigo 1º do Decreto, o qual indicava que não haveria aumento de despesas para estabelecer o Programa (Rio de Janeiro, 2022). A saída orçamentária apresentada por Castro seria o remanejamento de 500 milhões de reais que se encontravam alocados em outras secretarias para a execução do Cidade Integrada (Jansen, 2022) ao invés de estabelecer um orçamento próprio para o Programa.

O Decreto previa para o Programa, ainda, a implementação de Conselhos Comunitários Cidade Integrada, com o objetivo de garantir a participação social no processo decisório e o diálogo com o poder público nas comunidades (Rio de Janeiro, 2022). Esse Conselhos seriam compostos por membros natos (representantes do poder público) e eletivos (representantes da sociedade civil).

A escolha do Jacarezinho e da Muzema para dar início à implantação do Programa foi justificada pelo governo estadual devido à expansão do domínio de grupos armados nessas localidades: o Comando Vermelho no Jacarezinho e a milícia na Muzema (Jansen, 2022). A finalidade, então, seria acabar com o controle desses grupos nas favelas ao mesmo tempo em que se investia em políticas públicas para melhorar as condições de vida dos moradores. No entanto, o Observatório Cidade Integrada, que foi formado a partir de organizações e movimentos que estudam e defendem os direitos humanos para fiscalizar a implementação do Programa no Jacarezinho, apresenta uma realidade diferente da que o Decreto informava:

Divergindo bastante do que consta no decreto, o Cidade Integrada teve como seu principal foco a ocupação de favelas pela Polícia Militar, acionando um repertório de justificativas semelhante ao das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), isto é, o argumento de “retomada” pelo Estado de territórios até então controlados por grupos criminais armados, ligados a facções do tráfico de drogas e/ou milícias (Observatório Cidade Integrada, 2022, p. 4).

A retomada do modelo de pacificação, que norteava o projeto das UPPs, aparentava estar presente na implementação do Cidade Integrada, conforme indicado pelo relatório divulgado pelo Observatório do Programa. No entanto, é importante ressaltar que há diferenças significativas, uma vez que o projeto das UPPs contava com uma considerável alocação de recursos próprios para sua execução e estava integrado ao contexto da construção de uma Cidade Olímpica.

A decisão de iniciar a implementação do Programa Cidade Integrada com a ocupação do território pelas forças policiais reflete a priorização do controle do espaço e de seus residentes como um componente fundamental da estratégia de intervenção do Estado naquela região, submetendo os demais investimentos em políticas públicas à nova tentativa de pacificação das favelas. Além disso, a decisão de iniciar pelo Jacarezinho e pela Muzema produziu questionamentos por não possuir nenhuma justificativa técnica sobre a escolha das duas favelas, como apresenta o Observatório Cidade Integrada:

A escolha dos territórios contemplados pelo Cidade Integrada não foi justificada com base em algum critério técnico, mas apenas como resposta midiática às tragédias ocorridas nessas favelas: a chacina policial do Jacarezinho em maio de 2021 e o desabamento em abril de 2019 de prédios construídos irregularmente na Muzema (Observatório Cidade Integrada, 2022, p. 5).

A chacina ocorrida no Jacarezinho em 2021 ganhou repercussão internacional devido à sua natureza sangrenta e chocante, marcando-se como a maior chacina da história do Rio de Janeiro resultante de uma operação policial. De acordo com o Observatório Cidade Integrada, a ocupação do Jacarezinho foi considerada a resposta mais "conveniente" para lidar com a repercussão negativa para o governo do estado, que se recusava a “punir os responsáveis pelo massacre, oferecer reparações aos familiares das vítimas e buscar ampliar os controles democráticos sobre a atividade policial” (Observatório Cidade Integrada, 2022, p. 5).

Da mesma forma que ocorreu durante a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora no Jacarezinho, nos primeiros meses do programa Cidade Integrada e da presença das forças policiais na favela, também surgiram denúncias de abusos cometidos por esses agentes dentro do território, incluindo denúncias de invasão de casas e de roubos realizados pelos policiais (Uol, 2022).

Outro elemento que se assemelha ao processo de implementação das UPPs é o uso da vigilância nas favelas com o incremento do videomonitoramento. Na primeira fase da execução do Cidade Integrada, o governo previa a aquisição de 22 câmeras, incluindo entre elas a tecnologia de reconhecimento facial. Como justificativa, o estudo produzido pelo governo

estadual sobre a implementação do serviço apontava que o uso do videomonitoramento teria como objetivo “conter e evitar atentados contra os agentes e outros cidadãos que “venham a sofrer qualquer tipo de violência”” (Heringer e Amorim, 2022, n.p).

A vigilância como elemento de controle das favelas são elementos que ajudam a caracterizar a militarização como modelo de governo, como apresentamos no capítulo anterior. O Programa Cidade Integrada reproduz o modelo amplificado pela UPP de enxergar os territórios das favelas como espaços separados da “cidade formal”, onde há uma tendência ao uso excessivo da força e de armamentos, além do desrespeito à individualidade, à privacidade e ao direito de não serem monitorados como se fossem uma ameaça iminente.

Além disso, as próprias interações estabelecidas no dia a dia das favelas não deveriam ser usadas como critério discriminatório contra aqueles que cresceram em ambientes onde o comércio de drogas muitas vezes se apresenta como uma alternativa de subsistência. Relações moldadas desde a infância, seja na escola, nos momentos de lazer, nas atividades comerciais ou na convivência com os vizinhos, não devem definir quem é considerado um “cidadão de bem” ou não, episódios que podem ocorrer com a ideia de monitoramento e controle do cotidiano dos moradores desses territórios.

A partir da proposta de utilização de câmeras para videomonitoramento no Jacarezinho no escopo do Cidade Integrada, o CESeC produziu um estudo que indicou que, com o montante de dinheiro que estaria destinado para a implementação do mecanismo, poderiam ser custeados 103 alunos no ensino médio durante um ano e o pagamento do Auxílio Brasil¹¹ a 102 famílias do Jacarezinho (Nunes; Silva; Oliveira, 2022).

De acordo com Nunes, Silva e Oliveira (2022), o direcionamento de recursos para políticas de videomonitoramento e reconhecimento facial carece de resultados que respaldem seu investimento, o qual poderia ser mais proveitosamente alocado em iniciativas de cunho social e na promoção de melhores condições de vida para os residentes. Isso evidencia uma ênfase na priorização do controle da população local em detrimento do impacto nos indicadores sociais já no início da execução do Programa.

O Observatório Cidade Integrada, a partir dos primeiros meses de implementação do Programa no Jacarezinho, produziu um estudo sobre os impactos no cotidiano dos moradores, publicado em agosto de 2022. Na pesquisa envolvendo 387 moradores do Jacarezinho, o Observatório apresentou que 62% dos entrevistados afirmaram que queriam o fim do Cidade

¹¹ Programa social criado em novembro de 2021, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, para substituir o Bolsa Família.

Integrada e 69% afirmaram que se sentiam mais inseguros com a presença policial (Observatório Cidade Integrada, 2022). Os dados indicam uma relação conflituosa dos moradores com a presença dos agentes de segurança no território e uma reprovação já no início da execução do Programa, podendo ser explicada pela recordação da experiência da UPP que não deixava boas lembranças ou pelas violações que ocorreram no processo de ocupação da polícia na favela.

No mesmo estudo realizado pelo Observatório Cidade Integrada, 50% dos moradores afirmaram que os policiais entraram em suas casas sem mandados judiciais e outras 25% relataram ter visto isso acontecer com vizinhos. Sobre roubos e danificação de objetos feitos pelos policiais, 30% dos entrevistados afirmaram que isso já tinha ocorrido com eles e 35% disse ter visto acontecer com outras pessoas. Além disso, 45% dos moradores afirmaram ter presenciado policiais agredindo pessoas na favela. O cenário apresentado pela pesquisa escancara a utilização de mecanismos de abuso policial e da força com habitantes de favelas, práticas de exceção dos agentes do Estado que dificilmente são reproduzidos em partes da cidade que englobam as classes médias e altas.

No âmbito do lazer, 76% dos moradores afirmaram que as opções de lazer foram prejudicadas com o Cidade Integrada. Sobre o investimento em serviços e políticas públicas – elemento presente entre os objetivos do Cidade Integrada – 58% não tomaram conhecimento de serviços novos oferecidos pelo Estado na favela. Os dados indicam que as atividades de lazer na favela foram restringidas devido à presença das forças policiais, afetando não apenas a capacidade dos moradores de se divertirem, mas também a geração de renda que essas atividades podem proporcionar. Além disso, mais da metade dos residentes do Jacarezinho desconheciam qualquer novo projeto do governo no território, o que reforça a percepção de que a ocupação do local priorizava o controle – inclusive das formas de viver a favela produzidas pelos moradores – e pouco se preocupava com os impactos sociais e a redução das desigualdades em um primeiro momento.

Ainda no contexto da pesquisa, 35% dos moradores afirmaram que não houve nenhuma reunião de diálogo do Estado com os residentes sobre o Programa e 45% não sabia informar se alguma reunião já tinha sido realizada. Apenas 2% das pessoas informaram já ter participado de alguma reunião. A participação dos moradores no processo de execução do Programa é estabelecida pelo Decreto a partir da criação do Conselho Comunitário Cidade Integrada no território. No entanto, seis meses após o início do Programa no Jacarezinho, os moradores, em

sua maioria, não tinham acesso a espaços de diálogo e nem de participação no processo de decisão sobre os rumos do Cidade Integrada.

A decisão de estabelecer via Decreto a instituição de um Programa para as favelas veio em um ano de eleição e de forte polarização política entre a extrema direita, representada por Jair Bolsonaro em âmbito nacional e pela esquerda, encabeçada pela candidatura de Lula, que viria a se tornar novamente Presidente naquele ano. No Rio de Janeiro, Cláudio Castro concorria ao cargo após assumir o governo em decorrência do impeachment sofrido por Wilson Witzel, eleito em 2018 com um discurso que evocava a “metáfora da guerra” para o estabelecimento da ordem e propunha abordagens para a segurança pública que suscitavam a reprovação de defensores dos direitos humanos, como a declaração sobre “*mirar na cabecinha e... fogo*” (Pennaft, 2018) bastante repercutida à época.

Não seria correto descartar a função que um Programa como esse teria no impacto da popularidade e aceitação de um candidato que estaria concorrendo pela primeira vez a um cargo público, como no caso de Castro, que continuou o legado de Witzel ao apostar em uma política de segurança pública extremamente letal, tendo em seu governo as duas maiores chacinas do estado: a da Vila Cruzeiro (2022) com 23 mortos e a do Jacarezinho (2021) com 28 mortos.

O impacto do Cidade Integrada no Jacarezinho pode ser analisado através da ideia de campo minado (Menezes, 2018) que também caracterizava os anos iniciais de atuação das UPPs. Como uma experiência em fase de teste no Jacarezinho, os residentes ainda enfrentam a incerteza do que está por vir. Eles se encontram em um ambiente de vigilância contínua, onde até mesmo as iniciativas dos moradores na favela são influenciadas por políticas de gestão do território que não consideram as características específicas da localidade, como a relação dos moradores com o comércio local, que foi afetado pelo ambiente de insegurança provocado pelo trânsito de “caveirões” na favela, deixando a população com medo de manter o funcionamento das atividades comerciais por receio de confrontos e tiroteios (Voz das Comunidades, 2023).

Além do mais, durante o experimento do Programa no Jacarezinho, o crime organizado continuou atuando através do Comando Vermelho que domina o comércio de drogas no local (Cruz; Barreira, 2024), colocando os moradores no meio de uma disputa entre o grupo armado e as forças policiais no mesmo território. A partir do cenário de instabilidade, “a população passou a viver com medo de represálias” (Voz das Comunidades, 2023) em seu cotidiano.

Dois anos após a ocupação do Jacarezinho pelas forças policiais, pouco se avançou. A princípio, o governo do estado apresentou que o que impedia o início efetivo do Programa era o imbróglio judicial sobre parte do terreno que englobaria obras no âmbito do Cidade Integrada.

No entanto, mesmo após ganhar a posse do terreno na justiça em setembro de 2023 (Fantti, 2023), os rumos do Programa ainda são uma grande incógnita para os moradores do Jacarezinho e os demais cidadãos do Rio de Janeiro.

Até janeiro de 2023, um ano após o início do Programa, alguns projetos que tinham sido iniciados pelo governo do estado, logo foram descontinuados. É o exemplo do “Projeto na régua”, que tinha como objetivo reformar casas que se encontravam em situação precária na favela. Segundo relatos dos moradores, menos de 10 casas tinham sido reformadas àquela altura (Voz das Comunidades, 2023). Logo depois, o projeto foi interrompido. Uma situação semelhante ocorreu com a unidade do Detran que começou a operar na favela nos primeiros meses do programa Cidade Integrada, mas logo em seguida teve seus serviços suspensos. Tais iniciativas foram caracterizadas por moradores como uma tentativa de “maquiagem” do Programa e da atuação do Estado e das forças policiais na favela (Voz das Comunidades, 2023).

Contudo, a insegurança segue presente no Jacarezinho. Nos primeiros 16 dias de 2024, por exemplo, a favela contabilizou 15 tiroteios com duas mortes e seis feridos (Costa, 2024). Em pronunciamento nas redes sociais, a presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, Dani Monteiro (PSOL), expôs a indignação com os episódios violentos vividos pelos moradores:

Já está mais do que provado que o enfrentamento ostensivo, o combate da forma que é nas favelas gera mais danos e os míseros “resultados” são sempre discrepantes à dura realidade em que moradores e moradoras são submetidos o tempo todo. Por isso, nós não temos medo de dizer que o projeto segue sendo o mesmo de sempre: nos exterminar (Monteiro, 2024, online).

Ainda que as tentativas de intervenção nas favelas mudem durante os governos e sejam executadas através de projetos diferentes, a militarização por trás da gestão desses territórios segue presente como uma marca que vem sendo carregada pelas favelas e foi se aperfeiçoando com novos mecanismos e tecnologias, submetendo o acesso a direitos e serviços à lógica do controle, da vigilância e da “domesticação” desses territórios, intensificada nas últimas décadas pelo estabelecimento da ideia de pacificação por trás das UPPs, pela intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro e, de maneira mais recente, com o Programa Cidade Integrada.

O que se apresenta é uma intervenção nesses territórios que produz medo e apreensão nos moradores, impactando nas atividades cotidianas como no acesso à educação e saúde, prejudicando o funcionamento desses aparelhos. Além disso, lazer e comércio também são diretamente afetados pelo clima de insegurança gerado pelo armamento ostensivo e pela

vigilância estabelecida no escopo da atuação policial. A convivência com agentes de segurança do estado e com os grupos armados que seguem dominando esses territórios reproduzem a lógica do campo minado (Menezes, 2018) que afeta diretamente as relações dos moradores e a forma de viver a favela.

Em maio de 2024, uma reportagem do jornal O Globo apresentou que a seção de inteligência da Polícia Militar monitorou a atuação na favela do Jacarezinho de parlamentares e de um advogado de direitos humanos, Joel Luiz da Costa, identificado no relatório produzido pelos policiais como “advogado da quadrilha” (Grinberg, 2024). O advogado, que é também fundador do Instituto de Defesa da População Negra (IDPN) e ativista do Jacarezinho, recebeu com surpresa e indignação o monitoramento e a tentativa de ligação da sua atuação com o crime.

O episódio ilustra que a atividade dos defensores dos direitos humanos é vista como uma ameaça pelas forças de segurança, que utilizam os recursos para monitorar suas ações e intimidar, tentando criminalizar seu ativismo. A concepção de que há dois lados na favela e que não apoiar a atuação da polícia significa a convivência com a criminalidade também é uma maneira de estigmatizar o território e seus residentes, lógica reforçada pela abordagem militarizada do Estado.

Esses elementos podem ser vistos como partes de uma estratégia governamental que transforma a exceção em norma em áreas onde o foco no controle e na manutenção da "ordem" prevalece, deixando em segundo plano a necessidade de estabelecer uma gestão que aborde diretamente as origens das desigualdades ao invés de reforçá-las através de abordagens militarizadas.

4 DISPUTAS SOBRE OS SENTIDOS DA FAVELA E AS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS NO JACAREZINHO

O Rio de Janeiro é uma cidade diversa em sua composição, na produção de cultura que detém seu solo como referência e nas diversas maneiras de se entender os sentidos da cidade, seja através da disputa de um Rio que tem sua história substancialmente atrelada ao povo negro e às classes populares, seja através de uma cidade com potencial de competição internacional e que se apresenta como um espaço voltado para os investimentos do mercado num contexto neoliberal.

A compreensão das etapas históricas que nos trouxeram até aqui nos ajuda a decifrar o momento em que vivemos e fazer diagnósticos que colocam o Rio de Janeiro como uma cidade que enfrenta desafios para afirmação da cidadania entre aqueles que fazem parte das classes vulneráveis e para a efetivação do direito à cidade. Mesmo após sediar os Megaeventos entre 2007 e 2016, que se comprometiam a deixar heranças não apenas no âmbito esportivo, mas também em termos de progresso nas políticas públicas para mitigar desigualdades, o que se observa é uma cidade que ainda possui grandes desafios, principalmente para garantir direitos e o bem-viver para os mais pobres.

Ainda assim, as favelas e periferias do Rio de Janeiro pulsam. Existe potência, solidariedade, inovação, afeto e gana de disputar os sentidos da favela deixando em primeiro plano sua contribuição para o espaço urbano e para a formação da própria sociedade, num contexto em que o tempo é cada vez mais escasso para as pessoas e a identificação com o território se perde quando o lar se resume apenas a um lugar para dormir após um longo dia de trabalho. Como aponta Franco:

Independente da forte estigmatização socioespacial, a favela também é marcada por características que a colocam em contradição com a ideologia dominante. Em seu seio, forma-se um conjunto de movimentos sociais e instituições do terceiro setor que movimentam milhares de moradores, seja em torno de projetos educacionais, culturais, políticos, esportivos ou outros, seja em torno de ações políticas reivindicatórias. Esse processo gera contradições e problemas. Mesmo marcada por níveis elevados de subemprego e de informalidade nas relações de trabalho, baixo grau de soberania frente ao conjunto da cidade, fraco investimento social e outros problemas da mesma ordem, a favela acaba por apresentar uma vida, ações e perspectivas que a colocam, em determinados momentos ou circunstâncias, como um dos protagonistas no desenvolvimento da própria cidade (Franco, 2014, p. 61).

O entendimento das favelas como espaços ativos – e não apenas passivos diante das carências – é também um exercício fundamental para o entendimento das várias formas de se viver a cidade, ainda que a realidade se apresente de forma perversa em alguns momentos.

Compreender a potencialidade dos territórios marginalizados, que transformam a margem no centro de suas vidas, nos ajuda a imaginar um futuro diferente, onde a coletividade possa conter a crescente individualização da sociedade, como observamos durante a construção das ações de solidariedade que se multiplicaram nas favelas durante a pandemia de Covid-19.

Como afirmam Zaluar e Alvito (2006, p. 21): “não se pode deixar de sublinhar também a capacidade de luta dos favelados na defesa de seu local e estilo de moradia. Após 100 anos de luta, empregando diferentes formas de organização e demanda política, inclusive o carnaval, a favela venceu”. A favela venceu ao conseguir permanecer e se reafirmar como parte integrante – e fundamental – da cidade, ainda que a vitória não seja completa e que o caminho a ser trilhado para superar os estigmas e as assimetrias sociais presentes nela seja longo.

Neste capítulo, discutiremos a disputa pelos sentidos da favela e como as iniciativas comunitárias contribuem para percebê-las como espaços de potencialidade e não apenas de carência, desafiando a imagem historicamente marginalizada desses locais e a naturalização da gestão militarizada que privilegia a intervenção pública através das incursões policiais, submetendo as ações dos governos à lógica da “pacificação”.

As iniciativas comunitárias com foco no atendimento às demandas dos moradores e da própria favela são formas criativas de lidar com a necessidade de investimento em políticas públicas que coloquem a favela como parte integrante da cidade a partir de um olhar de quem vive nela. Essas ações, vistas a partir da perspectiva dos próprios moradores, oferecem uma alternativa para a gestão dos conflitos sociais nesses espaços. Ao se basearem na organização coletiva, elas fornecem pistas valiosas para a gestão das favelas pelo poder público.

4.1 A favela que a história não conta

A relação entre os moradores das favelas, já no período em que os morros foram ocupados, trouxe consigo uma grande noção de solidariedade. Naquela época, os barracos precisaram ser levantados com as madeiras que os moradores angariavam, muitas delas a partir das remoções que ocorreram nos cortiços do centro. Essa acabou por se tornar uma atividade compartilhada entre os futuros vizinhos, que se encontravam na mesma situação de falta de moradia e de condições de estabelecer domicílio em outro lugar fora dali (Valladares, 2005).

Esse sentimento se estendeu ao longo do tempo e criou entre moradores de favela uma rede de proteção, como ocorre de forma frequente quando as famílias, vizinhos e amigos das vítimas da violência armada se juntam para protestar quando perdem algum de seus moradores. Nesse cenário, não é apenas a família que perde um ente, é o território que perde uma parte integrante dele.

O espaço da favela estabeleceu ao longo de sua história uma estrutura de cordialidade e reciprocidade na vizinhança. É comum que um vizinho fique responsável por levar na escola o filho de outro morador ou que se encarregue de “passar o olho nas crianças” enquanto os pais não chegam. Esse sentimento de parceria entre os favelados e o pertencimento ao território que gera também ações cotidianas que saem do lugar comum da vida individualista das grandes cidades, foi cantado por Arlindo Cruz na música “Meu nome é favela”. Na canção, ele cita:

(...) É o meu jeito de ser
Falar com geral e ir a qualquer lugar
E é tão normal de me ver
Tomando cerveja calçando chinelo no bar
Não dá pra evitar bate papo informal
Quando saio pra comprar o pão
Falar de futebol
E o que tá rolando de novo na televisão (...)
(Arlindo Cruz)¹²

Como descreve Arlindo, a favela ainda preserva as raízes de cumplicidade que sempre estiveram presentes em sua história. Cultiva-se o processo de fortalecimento do local, desde o comércio que se estabelece por ali até o conjunto de atividades cotidianas que se enraizou na cultura do favelado, como o bate papo na esquina, a cerveja no bar, o caminhar de chinelo, o cumprimento entre os moradores. O território não é apenas local onde se habita, mas sim espaço capaz de fortalecer relações ímpares, de estabelecer o senso de proteção com a vizinhança, de produzir cultura e exportá-la para o resto da cidade, como aponta Souza, Barbosa e Simão:

É nesse sentido que para os pobres o espaço urbano é vivido como ocupação e moradia além do local de residência, principalmente como uma experiência de transitar em busca de recursos sociais, de estabelecer laços afetivos e de solidariedade para dar sentido coletivo aos usos do território e construir referências socioculturais de construção de identidades. É isso que conceituamos de saberes territoriais, essas práticas empregadas pelos grupos populares no seu exercício de viver a cidade (Souza; Barbosa; Simão, 2020, p. 73).

¹² Trecho da música “Meu nome é favela”. Letra completa: <https://www.lettras.mus.br/arlindo-cruz/1921351/>.

Esse cenário pôde ser observado nas favelas durante a pandemia de Covid-19. Durante a emergência sanitária, a higienização, a arrecadação de alimentos e até a identificação de quem estava necessitando de ajuda financeira ou de doações de itens básicos nas favelas, foram tarefas as quais os moradores buscaram assumir para si, tornando nítido o companheirismo e a empatia que se constrói a partir das relações. Segundo a pesquisa realizada em 406 favelas pelo projeto SOS Favela! (Porcidonio, 2020), 69% dos moradores declararam ter ajudado outros moradores em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, explicitando a rede de apoio que se materializa a partir da identificação entre aqueles que compartilham o mesmo CEP e os desafios do cotidiano. Para Souza, Barbosa e Simão:

O fato de a favela ter se constituído a partir de ações coletivas, visando ao acesso a serviços fundamentais no espaço urbano, tais como água, energia, esgoto e vias de circulação, ampliou as condições de convivência entre as pessoas. Com isso, ampliaram-se as possibilidades de contato. O que não traz apenas reflexos positivos. (Souza; Barbosa; Simão, 2020, p. 116)

A solidariedade é observada como elemento fundamental da relação entre os moradores de favela, fato que se identifica ao longo de toda sua história. Para o Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Bento Rubião”, “é possível imaginar que a situação de carência material se tornaria muito mais explosiva, social e politicamente, se não houvesse tais relações amenizando o cotidiano de miséria” (1993, p. 33). Essa configuração é também fruto de um processo de confiança entre os favelados que é passado de pai para filho. Souza, Barbosa e Simão (2020) apontam que é comum encontrar nas favelas casas sem muro, portões ou dispositivos de segurança, elemento que leva a crer que existe um nível considerável de confiança entre aqueles que compartilham moradia na mesma rua.

Outro elemento a ser considerado e que pode propiciar esse cenário é a “justiça” dos morros, comum entre os grupos paramilitares que dominam as favelas. Ao se instituir regras de convivência, reprimindo crimes nas favelas através da ameaça de “cobrança” por parte das facções e milícias (Albuquerque, 2017), o morador acaba por entender esse processo como o estabelecimento da ordem no território – coisa que os agentes do Estado não conseguem imprimir por não terem incidência regulatória naquele espaço – contribuindo assim para a ideia de que é possível ter uma certa liberdade e morar em uma casa sem muros pois roubos e demais crimes não serão tolerados, por exemplo.

Tais particularidades do cotidiano das favelas se apresentam como contradições que precisam de análises aprofundadas e de respostas que fujam da obviedade, como no caso do

sentimento de “proteção” gerado a partir da gestão de conflitos feita por pessoas em confronto com a lei nos territórios onde o poder público não consegue assumir essa tarefa.

Por outro lado, a falta de “sigilo” na vida privada também gera percepções negativas entre os moradores, como a falta de privacidade no dia a dia e as “fofocas” que são características de locais onde as moradias são muito próximas e as pessoas estabelecem um nível categórico de intimidade. O adensamento populacional de espaços como as favelas propiciam condições como essa, sendo também um efeito da demanda por moradia que se encontra longe de cessar, resultando na construção de casas pequenas com limites reduzidos. Essa é uma questão relevante no cotidiano das favelas e que demonstra que a convivência excessivamente partilhada pela vizinhança tem seus pontos negativos (Souza; Barbosa; Simão, 2020).

Foi também a partir das ruas faveladas e da identificação com o território e seus habitantes que a cultura se enraizou nos becos e vielas. A efervescência cultural das favelas se apresenta como um grande símbolo do Rio de Janeiro. Para Souza, Barbosa e Simão (2020, p. 115) “os perfis identitários dos moradores das favelas se configuram a partir de referências derivadas das condições sociais de inserção na cidade, suas condições objetivas de vida e formas como se veem e são representados pelos “outros”, no âmbito de suas “identidades sociais”. O samba, o funk, o grafite, o carnaval e demais expressões da realidade favelada são elementos indissociáveis da vida na cidade carioca. São também alternativas de uma realidade que ainda impõe sobre as favelas a falta de equipamentos de cultura e lazer, expressando a capacidade dos favelados de burlar a “falta” com a potência da construção coletiva, como descreve Barbosa:

Em uma primeira mirada sobre as favelas não identificamos equipamentos de distinção de gosto e do consumo cultural – museus, cinemas, bibliotecas, teatros etc – que são emblemas hegemônicos do cultivo civilizador. Isto não significa que as favelas não sejam lugares de vivências e invenções estéticas. Suas ruas, praças, becos e esquinas transbordam repertórios imagéticos que trazem universos outros do fazer cultura (Barbosa, 2014, p. 223).

Fruto do processo de construção criativa das favelas, temos as Escolas de Samba, patrimônios vivos da cultura brasileira – e especialmente carioca – que nasceram, com esse nome, a partir da reunião entre compositores no morro do São Carlos (Souza; Barbosa; Simão, 2020). Criava-se ali, em 1928, a Deixa Falar, primeira Escola de Samba da história.

O samba e o processo de incorporação no gênero dos batuques utilizados nas celebrações do povo negro à época, demonstram que “as favelas recriam as tradições negras da

cidade, incorporando elementos e instrumentos que se fazem presentes até hoje no gênero musical e demonstram de modo cristalino a criação estética dos grupos populares da cidade” (Souza; Barbosa; Simão, 2020, p. 35). Esse processo também foi cantado pela G.R.E.S. Unidos do Jacarezinho em seu samba-enredo de 1985:

E no Rio de Janeiro
O samba se consagrou
Dos batuques de senzala até o momento atual
Suplantando preconceitos numa apoteose triunfal
(G.R.E.S. Unidos do Jacarezinho, 1985).¹³

Para Meirelles e Athayde (2014), o samba faz parte de uma relação que a favela construiu com o “movimento”, no sentido de nunca aceitar o “estático” e estar sempre crescendo “de baixo pra cima, elástica, como serpente viva, social, ondulante” (Meirelles; Athayde, 2014, p. 104). As Escolas de Samba se tornaram, para além de grandes pilares da cultura nacional e de expoentes da democratização dos saberes com seus enredos, espaços de socialização e de lazer, trazendo um pouco da característica fundante das favelas onde as relações pessoais são sempre colocadas em primeiro plano, como apontam os autores:

Não por acaso o ritmo mais ouvido na favela é o samba, estilo que inclui seu mais dileto descendente, o pagode. O samba é, sobretudo, movimento, dos pés, das cadeiras, dos braços, do corpo inteiro. É exercício coletivo do fazer musical e guarda a mais autêntica ligação com o movimento físico ensaiado e organizado, aquele que encanta durante os desfiles de carnaval. Na avenida, as pessoas constituem a harmonia, desfilam, exibem-se, movem juntas a roda da cultura popular (Meirelles; Athayde, 2014, p. 107).

Assim como o samba, o funk transcendeu a lógica do gênero musical e se tornou elemento de afirmação da cultura e do cotidiano favelado. Sendo um ritmo que se origina das classes vulneráveis e marginalizadas, o funk herdou do samba os estigmas – muito ancorados no racismo – e sobrevive ainda na atualidade tendo que burlar preconceitos. Os bailes se tornaram não apenas eventos que reúnem moradores das favelas e de outros lugares da cidade para apreciar o funk, eles representam uma fonte de renda para aqueles que utilizam dessas festividades para ganhar seu sustento, como os camelôs e os próprios artistas. Para Souza, Barbosa e Simão:

¹³ Trecho do Samba-Enredo 1985 – “Do Batuque À Apoteose, o Samba Pede Passagem”. Letra completa: <https://www.letras.mus.br/unidos-do-jacarezinho/1528401/>.

A escolha de ruas, praças, viadutos, campos e quadras de futebol como territorialidades de celebração da cultura nas favelas não significa uma escolha precária, não é algo que “sobrou para os pobres”. É, acima de tudo, uma atitude política de marcação corpóreo-estética de encontros que buscam a superação dos estigmas de violência que cercam os territórios populares e de apropriação do espaço público (Souza; Barbosa; Simão, 2020, p. 147).

Nas suas letras, os funkeiros utilizam narrativas de vivência nas favelas para expressar a relação do morador com o território e como uma “arma” contra o preconceito que se criou em torno do funk e seus bailes. Em umas das letras mais famosas do gênero, o Rap do Silva, MC Bob Rum relata a estigmatização que o funkeiro sofre:

“(…) Era trabalhador, pegava o trem lotado
Tinha boa vizinhança, era considerado
E todo mundo dizia que era um cara maneiro
Outros o criticavam porque ele era funkeiro
O funk não é modismo, é uma necessidade
É pra calar os gemidos que existem nessa cidade
Todo mundo devia nessa história se ligar
Porque tem muito amigo que vai pro baile dançar
Esquecer os atritos, deixar a briga pra lá
E entender o sentido quando o Dj detonar (...)”
(MC Bob Rum)¹⁴

O Rap do Silva foi lançado nos anos 1990. Três décadas depois, o Funk Carioca se popularizou a ponto de ser um ritmo ouvido internacionalmente. Ainda assim, não foi suficiente para deixar de ser criminalizado. Durante o processo de instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, por exemplo, algumas favelas não tiveram autorização para a realização de bailes, paralisando um dos principais espaços de lazer, cultura, fonte de renda e sociabilidade do local (Meirelles; Athayde, 2014). Segundo MC Leonardo, funkeiro, morador da Rocinha e ex-presidente da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK), negar que o baile funk é cultura é negar a existência dos moradores de favela e daqueles que produzem e participam do baile, representando uma grande violência para esses indivíduos (MC Leonardo, 2015).

Ainda no campo da tentativa de criminalização do funk, tivemos recentemente a prisão do DJ Rennan da Penha¹⁵ em 2019 por “associação ao tráfico de drogas”. Na época, Rennan foi acusado de atuar como olheiro do tráfico. A acusação girou em torno da relação do DJ com os moradores da favela Vila Cruzeiro. A partir de um olhar de quem não compreende a realidade

¹⁴ Trecho do “Rap do Silva”. Letra completa: <https://www.vagalume.com.br/bob-rum/rap-do-silva.html>.

¹⁵ Rennan da Penha é um DJ de funk que ficou muito conhecido por tocar nas edições do Baile da Gaiola, na Penha, Zona Norte do Rio.

da favela, a potencial relação com o tráfico e os grupos paramilitares pode se apresentar em qualquer ação do dia a dia dos habitantes desses territórios, como a própria comunicação entre os moradores de favela sobre as operações policiais, fato que contribuiu para a prisão de Rennan. No entanto, o DJ foi absolvido por falta de provas (Bastos, 2023).

Seja através da solidariedade, da manutenção de relações cordiais na vizinhança ou da riquíssima contribuição cultural para o país, as favelas permanecem disputando os sentidos do seu território numa ânsia de derrotar o preconceito que cerca esses locais desde que foram fundados. O que se apresenta aqui é a potencialidade de territórios que são partes fundamentais da cidade e que conseguiram permanecer vivos mesmo em condições extremamente adversas, demonstrando a força daqueles que se apoiam na identidade com o local e na pujança da ancestralidade. Nas próximas seções, abordaremos iniciativas comunitárias no Jacarezinho, lideradas por moradores e coletivos locais, que geram impacto na vida dos residentes da favela e inspiram a construção de um novo modelo de gestão para o território.

4.2 LabJaca e a produção de dados

O LabJaca nasceu da colaboração de um grupo de jovens negros no Jacarezinho que percebeu a necessidade de a favela gerar seus próprios dados durante a Pandemia de Covid-19. Eles observaram que a subnotificação de casos nas favelas era uma questão crucial, identificada pelos próprios moradores e confirmada por eles ao perceberem que a quantidade de pessoas com sintomas de Covid-19 no Jacarezinho era muito maior do que os números divulgados (Instituto HUB, 2020).

No site do LabJaca, encontramos a seguinte definição: “O LabJaca é um laboratório de pesquisa, geração cidadã de dados e construção de narrativas sobre favelas e periferias, que busca traçar ações que representem as reais demandas dos moradores e das instituições locais” (LabJaca, [s.d.]). O Jacarezinho é a sede do LabJaca e onde ele tem uma maior atuação, no entanto, o laboratório também se envolve na produção de dados e na promoção do acesso ao conhecimento por meio de projetos de formação e de pesquisas em outras localidades.

Reconhecendo a importância de abordar de forma abrangente as questões das favelas e periferias, o LabJaca busca expandir sua atuação para além de um único território, buscando impactar positivamente essas comunidades em diversas áreas (Instituto HUB, 2020). O propósito do LabJaca, descrito em seu site, aborda elementos importantes para a democratização da produção de dados e do conhecimento. Ele afirma que:

Dados e comunicação são ferramentas de poder, nosso compromisso é produzir pesquisas qualitativas e quantitativas e traduzir esses dados de maneira acessível, em parceria com redes locais e instituições públicas e privadas. Nosso intuito é valorizar o conhecimento que provém das comunidades para que sejam pautadas políticas públicas e investimentos sociais privados que visem fomentar esses territórios, gerando impacto social (LabJaca, [s.d.]).

Em sua apresentação, o laboratório explica, ainda, que a “ambição” por trás de sua atuação se debruça sobre a possibilidade de “construir um futuro onde raça ou o local onde se vive não seja um delimitador de oportunidades” (LabJaca, [s.d.]). Eles reivindicam, ainda “a periferia enquanto espaço vivo de produção de conhecimento e de soluções para demandas locais e coletivas” (LabJaca, [s.d.]).

A geração de dados e estatísticas sobre os territórios desempenha um papel crucial ao orientar investimentos, alocação de recursos e impactar a vida dos residentes. Essa visão fundamentou a criação do LabJaca, partindo do reconhecimento de que as favelas não estavam recebendo uma atenção adequada por parte das políticas de produção de estatísticas, resultando por vezes em estimativas conflitantes com os dados oficiais apresentados. Um exemplo disso é a discrepância nos cálculos populacionais do Jacarezinho: enquanto a prefeitura estimava 33 mil residentes, a Associação de Moradores apontava um número de habitantes chegando a 70 mil em 2023 (Habitability, 2023).

Em 2023, o LabJaca conduziu uma pesquisa sobre a experiência dos jovens negros do gênero masculino nas favelas e sua percepção de si mesmos e do mundo ao seu redor. Para realizar a pesquisa, nove jovens das favelas do Jacarezinho e de Manguinhos foram entrevistados. O estudo, intitulado “eu quero mais que sobreviver” apontou para uma realidade desafiadora para a juventude negra favelada. Ao refletirem sobre suas infâncias, os entrevistados ressuscitaram memórias onde a violência se mostrava como um elemento constante, embora lembranças positivas também emergissem, como as brincadeiras na rua com os amigos. Outro fato substancial da pesquisa foi a relação entre homens negros e a autoestima. A partir das entrevistas, o LabJaca concluiu:

Em relação à autoestima, as problemáticas direcionadas aos corpos dos homens negros são presentes muito em função das lógicas produzidas pelo racismo. Ao mesmo tempo, pensando sobre aquilo que é visto como beleza – a partir da perspectiva ocidental, embranquecida – corpos negros são historicamente atingidos por diversos atravessamentos. Pensando na autoestima de homens negros, desde seus traços, nariz, boca, cabelo, pele, a construção da masculinidade negra é atravessada por diversos processos de violência. Nossos entrevistados marcaram bem como tudo isso tem efeito na consolidação da autoestima e, sendo assim, autoconfiança (LabJaca, 2023, s.p).

A pesquisa conduzida pelo LabJaca fornece indícios importantes sobre como o racismo afeta a vida dos jovens negros, especialmente aqueles que residem em favelas. Iniciativas como essa desempenham um papel crucial na produção de estudos sobre as áreas periféricas e faveladas, bem como sobre seus habitantes. Os pesquisadores, com sua experiência nestes ambientes, conseguem identificar questões que requerem uma análise mais aprofundada e que precisam ser destacadas devido à sua relevância para a compreensão da realidade dessas comunidades.

O LabJaca ilustra como os moradores de favela buscaram se adaptar àquilo que perceberam como uma lacuna na intervenção do poder público em seus territórios, em linha com a trajetória das favelas, que frequentemente precisaram coletivamente construir alternativas para suprir serviços ausentes ou oferecidos de forma precária, como destacam Arouca e Cardoso:

As favelas são territórios de complexidades em que a grande riqueza da diversidade multicultural se reinventa em palcos cotidianos de conflitos, tecituras de acordos de solidariedade, ressignificações culturais, e, sobretudo, de construções diárias de estratégias de superação das adversidades historicamente impostas pelo excludente sistema social, econômico e político vigente (Arouca; Cardoso, 2022, p. 2).

O LabJaca teve, ainda, participação na elaboração do relatório de avaliação do Programa Cidade Integrada no Jacarezinho, divulgado em 2022 por meio da iniciativa do Observatório Cidade Integrada. Este foi o primeiro estudo publicado a respeito do impacto do Programa na favela do Jacarezinho e forneceu subsídios para análises sobre as políticas governamentais da gestão de Cláudio Castro voltadas às favelas. Esses dados também foram utilizados nessa dissertação e ajudaram a conduzir a pesquisa sobre os impactos da militarização no Jacarezinho aqui apresentada.

A iniciativa do LabJaca de produzir pesquisas e dados, juntamente com suas ações para democratizar o conhecimento através de propostas de formação para os moradores, desempenha um papel crucial ao permitir que as narrativas do Jacarezinho sejam construídas pelos próprios habitantes. Isso é fundamental na disputa dos significados da favela e na amplificação das vozes da comunidade, revelando tanto o que é produzido por ela quanto o que lhe falta na perspectiva daqueles que vivem a favela e sabem o que os afeta no cotidiano, buscando construir soluções a partir do entendimento coletivo e da busca por uma vida melhor nas favelas, apresentada aqui como sujeito ativo na transformação da realidade de seus moradores.

4.3 Jaca Contra o Corona e a solidariedade nas favelas durante a Pandemia de Covid-19

A partir do momento em que a Pandemia de Covid-19 foi declarada em março de 2020, os residentes das favelas e os movimentos atuantes nesses espaços começaram a desenvolver iniciativas de solidariedade, higiene e distribuição de Equipamentos de Proteção Individual, visando conter a propagação do vírus nas favelas e mitigar seus efeitos entre os habitantes. A necessidade urgente de enfrentar, de forma coletiva, não só o vírus, mas também a escassez de recursos para combater a Pandemia que afetava especialmente a população de baixa renda, prevaleceu sobre a dura realidade imposta. O Observatório de Favelas chegou a mapear, em 2020, 140 ações de enfrentamento emergencial da propagação do vírus e de seus efeitos nas favelas e periferias do município do Rio Janeiro (Nitahara, 2020). Não fosse as iniciativas construídas a partir da organização dos favelados pelo estado, muito provavelmente o cenário teria sido ainda mais difícil.

Logo que o vírus chegou ao Brasil, movimentos de favelas e periferias, órgãos de saúde e especialistas no assunto destacaram imediatamente que essas comunidades suscitavam grande preocupação devido ao potencial de disseminação do vírus. Isso se deve ao fato de serem áreas densamente povoadas, muitas vezes com pouca ventilação e casas com poucos cômodos para abrigar várias pessoas. Além disso Silva *et al.* (2020) ressaltam que também exercem influência nesse cenário:

Não só a ausência do Estado, mas sua ação constante de desinvestimento em moradia, de apagamento e extermínio de determinados grupos, de sucateamento do sistema de saúde que os atenderia, retirada de direitos e de adoção da lógica neoliberal, que, colocando muitas pessoas à margem da produção e do consumo, não as considera como cidadãos de direito (Silva *et al.*, 2020, p. 438).

A Pandemia de Covid-19 foi devastadora. Até maio de 2024, mais de 712 mil mortes foram registradas no Brasil por conta do coronavírus. No estado do Rio de Janeiro, o número acumulado de óbitos até o período apresentado foi de mais de 78 mil, sendo 38.632 na capital (Ministério da Saúde, 2024). Durante a crise sanitária, o negacionismo científico foi um entrave para a enfrentamento ao vírus. O uso de máscaras, a desinfetação de objetos e o próprio isolamento social eram elementos novos na vida do brasileiro, que teve que se adaptar a uma dimensão da vida desconhecida.

Durante a gestão de Jair Bolsonaro, a Pandemia e suas consequências foram frequentemente minimizadas. O Ministério da Saúde teve sua liderança trocada quatro vezes durante a crise sanitária, evidenciando a dificuldade do governo em lidar com a crescente

propagação do vírus e o aumento do número de mortes. Divulgava-se a ideia de que seria "apenas uma gripezinha", conforme afirmava o então Presidente da República, que também desencorajava o isolamento social (Folha de São Paulo, 2021), visto como o principal mecanismo de contenção da disseminação do vírus.

O negacionismo científico, aliado à dura realidade de parte da população brasileira, onde o isolamento representava uma dificuldade adicional na obtenção de renda, especialmente para os desempregados ou aqueles na informalidade, tornou o enfrentamento da Pandemia ainda mais desafiador. Nas favelas do Rio de Janeiro, a situação não foi diferente. Embora a política de auxílio emergencial do governo federal tenha conseguido garantir um benefício para os contemplados pelo programa (desempregados, MEIs, autônomos, trabalhadores informais) durante 16 meses entre 2020 e 2021, com um valor médio de R\$250,00 em 2021 – sendo que nos primeiros meses o auxílio variava de R\$600,00 a R\$1.200,00 (G1, 2021) – o cenário ainda era de muita dificuldade para aqueles que precisavam sustentar suas famílias enquanto tentavam se proteger do vírus.

É nesse contexto que surge a iniciativa Jaca contra o corona. Construído a partir de quatro frentes que já atuavam na favela (LabJaca, Nica Jacarezinho, Jacaré Basquete e Jacaré Facilitador) o Jaca contra o corona atuou na busca por financiamento a partir das redes sociais e na distribuição de doações para os moradores da favela do Jacarezinho durante a Pandemia. A ação tinha como objetiva:

Minimizar os efeitos provocados pela insegurança alimentar e nutricional; multiplicação do conhecimento a respeito da prevenção no combate ao novo coronavírus; fortalecimento da economia local; maior adesão a práticas de higiene pessoal e comunitária; articulação entre os equipamentos situados no território e socialização de informações sobre o acesso a direitos sociais, visando um processo de formação de cidadania, autonomia e emancipação política e social (Wikifavelas, 2023b, online).

A ação que começou em maio de 2020 já contava, em agosto, com duas mil famílias atendidas. A iniciativa buscava, ainda, auxiliar os moradores que tinham sua renda ligada à cultura, como DJs e os moradores que atuavam nos Bailes da região, além dos ambulantes que vendiam bebidas e demais itens nos eventos (Silveira, 2020), refletindo também uma maior compreensão sobre a realidade dos moradores da favela e daqueles que enfrentavam uma maior vulnerabilidade no período. Em uma das ações de distribuição de doações, por exemplo, o Jaca Contra o Corona decidiu por não incluir itens de geladeira e que necessitavam de fogão para o preparo por identificar que algumas famílias não possuíam os eletrodomésticos em casa,

buscando assim facilitar o consumo a partir da realidade dos moradores (Jaca Contra o Corona, 2020).

O trabalho das ações de solidariedades espalhadas pelo Rio de Janeiro – e pelo Brasil – durante a Pandemia de Covid-19 demonstraram a capacidade dos moradores de favelas e periferias de identificarem em seu território quais grupos seriam mais prejudicados, seja pelo vírus, seja pela fome ou pela falta de emprego. No entanto, vale destacar que as ações não substituem a necessidade da política pública implementada pelos governos. Ações pontuais conseguem atingir um número reduzido de pessoas, diferente das ações governamentais que têm a capacidade de mudar a realidade de milhões de brasileiros.

Ainda assim, a solidariedade durante a Pandemia demonstrou que as organizações comunitárias conseguiam atuar de forma complexa na arrecadação, higienização e distribuição de alimentos e itens de uso pessoal e de proteção individual, além da própria conscientização sobre o vírus, os sintomas e as formas de contágio, apontando para a potencialidade da atuação desses grupos junto ao território e na disputa sobre a compreensão da realidade imposta, que se apresentava muito mais perversa para as classes menos favorecidas. À época, o Covid-19 se apresentava de forma mais letal entre a população negra no Brasil: em junho de 2020, o vírus matava 55% dos negros e 38% dos brancos internados no país (Madeiro, 2020).

As ações emergenciais e a solidariedade permitiram que uma parcela dos moradores do Jacarezinho, por um lado, atuasse diretamente no dia a dia da favela, construindo redes de apoio, e, por outro, possibilitasse que as doações chegassem aos que mais precisavam, mesmo longe de conseguir contemplar todas as famílias que se encontravam na insegurança alimentar, papel que só diz respeito ao governo. Em um período nefasto para a população brasileira, episódios de reconhecimento de classe e de ajuda mútua entre iguais oferecem um contraponto à realidade individualista que tenta se sobrepor à coletividade no mundo contemporâneo.

4.4 Educação popular e o NICA Jacarezinho

Segundo dados do Instituto Pereira Passos, o Jacarezinho, em 2023, possuía apenas 8,1% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentando a universidade (Feitoza, 2023). Esse é o contexto que se apresenta como regra nas favelas cariocas, onde a juventude precisa driblar obstáculos construídos durante sua trajetória para conseguir uma vaga na universidade e optar por priorizar os estudos – que por vezes competem com a necessidade de entrar no mercado de trabalho e criam um dilema entre estudar e trabalhar.

A desigualdade no acesso à universidade e à educação de qualidade para os habitantes do Jacarezinho foi o que inspirou um grupo de jovens da favela a fundarem o Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem (NICA) em 2019. O NICA Jacarezinho mantém seu funcionamento através da captação de recursos e de doações angariadas através das redes sociais, que representam o principal método de comunicação, seja para a arrecadação de doações, seja para a divulgação das atividades, de vagas abertas e de eventos promovidos pelo Núcleo. Em seu site, o NICA Jacarezinho se apresenta como:

Um projeto de educação antirracista, multicultural e democrático, voltado para a população de baixa renda, principalmente moradora de favela e negra. Entendemos a educação como principal ferramenta de mobilidade social e construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades e justiça racial para jovens e adultos(as), negras e negros de favelas e periferias (NICA Jacarezinho, 2020, online).

O NICA Jacarezinho, além do pré-vestibular popular, possui outras iniciativas ligadas a educação e cultura, como o Cine Clube que “tem como objetivo democratizar o acesso ao cinema e produções audiovisuais, principalmente independentes, e trazer convidados para debater temas relacionados ao filme exibido” (Nica Jacarezinho, 2020, online). O NICA estimula, ainda, oficinas e rodas de conversas sobre temas diversos – a partir de uma visão crítica e politizada – proposta que tem como objetivo a construção de “espaços seguros de diálogo com a população” (Nica Jacarezinho, 2020, online). Em 2020, o NICA integrou também o Jaca Contra o Corona, ação que buscava minimizar os impactos da Pandemia na vida dos moradores do Jacarezinho.

O NICA impulsionou, ainda, uma colônia de férias com duração de uma semana e público-alvo de crianças entre 4 e 10 anos e moradoras do Jacarezinho. A colônia tinha como objetivo “resgatar práticas e saberes ancestrais afrodiaspóricos, sem rejeitar os novos hábitos e tecnologias que cercam a geração atual, realizando atividades ao longo de uma semana que permitiam a fluidez criativa, a interação social e o resgate à memória” (Nica Jacarezinho, 2020, online).

Podemos observar que a questão racial é muito presente na construção dos projetos implementados pelo NICA, desde a tentativa por meio do pré-vestibular de auxiliar que negros acessem a universidade, até a recuperação da memória ancestral na colônia de férias das crianças. Santos (2020) nos ajuda a compreender a importância de organizações que não fazem parte da estrutura do Estado na produção de modelos de educação emancipatórios. Ela afirma que “espaços dito "alternativos" ou "progressistas" absorvem essas demandas de formação

humana, repensam a educação tradicional sem, no entanto, abandoná-las, e tentam incluir os educandos na construção do processo de ensino e aprendizagem” (Santos, 2020, p. 64).

Como um contraponto ao modelo de educação voltado para o mercado de trabalho em um contexto neoliberal, as organizações que atuam no campo da educação popular, como o NICA Jacarezinho, buscam atingir uma parcela da população que sofre com a defasagem do ensino público. O Novo Ensino Médio (NEM) é um exemplo disso. O NEM, que terminou de ser implementado em 2024 no Rio de Janeiro, reduziu a carga horária de disciplinas da formação geral básica e introduziu disciplinas do itinerário formativo, como “projeto de vida”, “ação empreendedora”, entre outras (SEPE, 2024).

Para o Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro, o NEM aumenta as desigualdades entre a rede pública e a particular, é alienante e privatista (SEPE, 2024). Dessa maneira, as organizações comunitárias possuem um papel central na atuação territorial estimulada pela tentativa de minorar desigualdades no acesso à educação de qualidade, além de diversificar a forma de ensino, compreendendo a realidade daqueles que são atendidos pelo serviço e buscando despertar a consciência para as formas de opressão que contribuem para o sucateamento da educação e para o apagamento da memória e da valorização da cultura negra e periférica (Santos, 2020).

Durante a pandemia de Covid-19, o NICA Jacarezinho foi um dos principais articuladores da campanha “4G para Estudar”, que tinha como objetivo garantir acesso à internet para estudantes de baixa renda através do financiamento coletivo. Em um contexto em que as aulas precisavam ser ministradas virtualmente devido ao distanciamento social, e considerando que quase metade dos candidatos do Enem em 2020 não possuía computadores (Henderson, 2020), o uso do 4G no celular foi identificado pelo NICA como uma solução viável para o cenário apresentado.

O NICA Jacarezinho é um exemplo de organização comunitária, impulsionada pelos moradores do território, que atua para minorar desigualdades a partir da compreensão das demandas que a favela possui. O acesso à universidade, a transformação social por meio da educação e a busca pela emancipação através do pensamento crítico são alguns dos objetivos do NICA que contribuem para uma relevante e potente atuação junto a favela do Jacarezinho, negando a estigmatização secular que recai sobre as favelas e que é intensificada pela lógica da militarização.

4.5 Memorial das vítimas da chacina do Jacarezinho

Em maio de 2022, ao completar um ano da chacina do Jacarezinho, a operação policial mais letal na história do Rio de Janeiro, algumas iniciativas foram promovidas na favela para clamar por justiça para as vítimas e preservar sua memória. Na tarde do dia 06 de maio de 2022, as mulheres negras tomaram a linha de frente de uma marcha nas ruas do Jacarezinho segurando a faixa que dizia “28 mortos não é operação, é chacina! 1 ano sem respostas” (Souza, 2022).

A marcha seguia para o memorial das vítimas da chacina, uma iniciativa de organizações sociais e lideranças comunitárias que estava sendo inaugurada no mesmo dia. O monumento era composto pelo nome daqueles que perderam a vida na chacina, inclusive do policial civil que também morreu durante a operação, numa tentativa de recuperar a memória das vítimas desse episódio bárbaro da história do Jacarezinho. O memorial das vítimas da chacina do Jacarezinho acompanhava, ainda, os seguintes dizeres:

Em 06/05/2021, 27 moradores e um servidor foram mortos, vítimas da política genocida e racista do estado do Rio de Janeiro, que faz do Jacarezinho uma praça de guerra, para combater um mercado varejista de drogas que nunca vai deixar de existir. Nenhuma morte deve ser esquecida. Nenhuma chacina deve ser normalizada (G1, 2022, n.p).

Joel Luiz, advogado, ativista e “cria” do Jacarezinho, durante a inauguração do memorial, declarou:

Não foi só mais uma operação, que, na verdade, foi uma chacina. Não foi só mais uma manhã, mas um dia que a gente vai lembrar todo ano. Eu, enquanto estiver aqui, vou lembrar todo ano. Nem que seja por uma faixa, por fogos, por uma caminhada... Eu vou lembrar todo ano. Porque eu não vou e não podemos normalizar esse tipo de ação, sobretudo no nosso território. O que fica é: isso aconteceu, não pode mais acontecer e temos que lembrar para que não mais aconteça (Souza, 2022).

A luta por memória, verdade, justiça e reparação é objeto de mobilizações nas favelas cariocas que sofrem com a letalidade da violência seja pelos conflitos entre grupos armados ou pelas operações policiais. As marchas como forma de protesto são um dos mecanismos que os moradores utilizam para demonstrar a revolta e pedir por justiça. Esses episódios também se apresentam como uma forma de demonstrar solidariedade com a dor do outro – que partilha da mesma realidade e território.

Os moradores se mobilizam para protestar porque reconhecem que a violência é desproporcional e os coloca numa condição de ter que provar que não são envolvidos com o crime e, portanto, não “merecem” ser mortos – numa perspectiva em que as mortes nas

operações são justificadas a partir da lógica da política de exceção que coloca o bandido de um lado e o policial de outro no “campo de batalha”. Essas iniciativas representam, ainda, a solidariedade de classe que se mantém presente no cotidiano das favelas, seja através de doações como ocorreu durante a Pandemia de Covid-19, seja através da disputa pela memória daqueles que foram vítimas da violência que o Estado perpetua nas favelas.

Alguns dias após a inauguração do memorial, entretanto, a polícia civil entrou no Jacarezinho e destruiu o monumento com o auxílio de marretas e do “caveirão”, gerando revolta entre os moradores, os movimentos envolvidos na homenagem e os defensores dos direitos humanos. A Secretaria de Polícia Civil, em nota, justificou a destruição do memorial por representar “apologia ao tráfico de drogas” (G1, 2022). Repudiando o episódio, Silvia Ramos, coordenadora da Rede de Observatórios da Segurança, apontou:

Em primeiro lugar, é preciso analisar o gesto de demolir o memorial usando um “caveirão”, representação da morte e do medo nas favelas cariocas. Além de seu potencial letal real, registros mostram que esse veículo provoca pavor nas crianças quando passa com gravações como “Vim buscar sua alma” A destruição do memorial com o uso do blindado acrescenta uma camada simbólica forte à capacidade da morte física. Trata-se de tentativa de apagar a memória, o espanto e o trauma da maior chacina policial da história do estado do Rio de Janeiro. A operação de demolição levou terror e intimidação aos moradores, líderes comunitários e de toda a sociedade. Por enquanto, efetivamente não poderemos reerguer o memorial. Não existem condições de segurança para isso (Ramos, 2022, n.p).

Apesar de ter sido destruído poucos dias após a inauguração, o memorial representou uma importante iniciativa para a favela do Jacarezinho. Quando uma vida é perdida na favela, uma família, igualmente moradora daquele território, é deixada para lidar com as consequências da perda e lutar pela memória do parente vitimado. Um exemplo disso é o movimento de mães que perderam seus filhos vítimas da violência do Estado e que se organizam em uma rede de acolhimento e fortalecimento da luta por justiça.

Duas semanas após a chacina do Jacarezinho, a vereadora Monica Cunha (PSOL)¹⁶, que também perdeu tragicamente seu filho para a violência do Estado em 2006 (Sansão, 2017), organizou junto ao movimento Moleque, que é cofundadora, o “Café das Fortes” no Jacarezinho, um evento que reúne mães e familiares que perderam seus filhos em decorrência da violência estatal (Cunha, 2021).

A solidariedade entre os familiares e, nesse caso, entre as mães que tomam o protagonismo há algum tempo na luta por justiça (como o próprio Movimento Moleque, que

¹⁶ Em 2021 Monica Cunha ainda era suplente de vereadora, assumindo o cargo em 2023 na Câmara de vereadores do Rio de Janeiro.

reúne mães de vítimas de violações em instituições socioeducativas; o Mães de Acari, entre outros), se apresenta como um contraponto ao medo, a insegurança e, em alguns casos, a destruição familiar que os rastros do “combate à violência” causam – desenvolvendo novos laços de empatia e acolhimento entre essas famílias e representando a capacidade que a favela tem de se reinventar, ainda que a realidade se apresente de forma dura. Como cita Paulo César Pinheiro na música “Nomes de Favela”¹⁷:

Pela poesia dos nomes de favela
A vida por lá já foi mais bela
Já foi bem melhor de se morar
Mas hoje essa mesma poesia pede ajuda
Ou lá na favela a vida muda
Ou todos os nomes vão mudar
(Paulo César Pinheiro)

¹⁷ Trecho da música “Nomes de Favela” de Paulo César Pinheiro. Letra completa:
<https://www.letras.mus.br/paulo-cesar-pinheiro/578925/>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou desenvolver uma investigação sobre o processo de militarização como forma de governança dos pobres que vem sendo implementada no Rio de Janeiro, apresentando o Jacarezinho enquanto um território onde essa política se expressou de forma perversa nos últimos anos.

A construção da ideia de “classes perigosas” ancora a lógica racista e dotada de preconceito de classe que, no contexto brasileiro, divide aqueles que são considerados “cidadãos de bem” e os que são vistos como uma ameaça para a ordem na sociedade. No Rio de Janeiro isso se expressa no processo de criminalização das favelas que são espaços onde a lógica de guerra e a política de exceção estão presentes no cotidiano dos moradores, representando um “urbicídio à brasileira”.

O processo de marginalização desses territórios possui heranças de um período nefasto da história brasileira, marcado pela escravização e exploração de corpos negros. Mesmo após a conquista da liberdade, essa população foi relegada à margem da sociedade, sem direitos garantidos ou reparação. Como resultado, as raízes negras, sua cultura e modos de vida tornaram-se uma ameaça para a elite branca.

Os índices de violência nesses territórios, a letalidade entre jovens negros e a relação hostil entre agentes de segurança do Estado e a população local tornam a favela um ambiente onde se reproduz a lógica da manutenção de desigualdades que assolam a vida das classes vulneráveis – majoritariamente composta por negros. A “metáfora da guerra” é frequentemente utilizada para justificar os excessos do poder público, em nome da derrota de um inimigo que nunca consegue ser de fato neutralizado, mas que deixa rastros de insegurança e medo por onde passa.

A presença de grupos armados nas favelas permanece forte, apesar das operações policiais e das tentativas de “pacificação”. O que vemos é uma estratégia de controle militarizado desses territórios, que influencia os investimentos em políticas públicas e a intervenção do poder público. Mesmo com a experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que receberam grandes investimentos e visavam controlar as favelas para atender às demandas da Cidade Olímpica, poucos foram os legados tangíveis na transformação da realidade dessas comunidades. Isso revela a falha na priorização da intervenção policial como principal abordagem nesses territórios.

O Jacarezinho, como apresentamos ao longo deste trabalho, possui sua história marcada pela resistência dos negros escravizados, pela presença dos operários das fábricas na Avenida Brasil e nos arredores da favela, e como um espaço de articulação para oposicionistas durante a Ditadura Civil-Militar. Nas últimas décadas, tornou-se um exemplo vívido da gestão militarizada do espaço urbano, atingindo níveis de violência alarmantes.

Em 2022, após a decadência da experiência da UPP, o governo estadual na gestão de Cláudio Castro lançou o Programa Cidade Integrada, iniciado no Jacarezinho e na Muzema. A partir desta pesquisa – que se debruçou sobre o Jacarezinho, não tendo por objetivo estudar os impactos do Programa na Muzema – compreendemos que o Programa, que pretendia investir em serviços e projetos sociais nas áreas ocupadas por pessoas de baixa renda, teve seu início marcado pela truculência policial, com denúncias de violações de direitos humanos e reprovação do Programa pelos moradores do Jacarezinho, além da interrupção de projetos que tinham sido iniciados, contemplando uma parcela pequena da favela. Paralelamente, identificamos que os indicadores socioeconômicos do Jacarezinho revelam um cenário preocupante, colocando a favela em uma posição de vulnerabilidade significativa.

No entanto, o Cidade Integrada ainda é um Programa incipiente. Durante a pesquisa, nos deparamos com pouca produção científica sobre o tema, aparecendo com mais frequência em matérias jornalísticas. Consideramos as investigações aqui realizadas um pontapé importante para a caracterização desse Programa, ainda que de forma limitada, inclusive por contarmos com pouca transparência do governo estadual sobre ele.

Contudo, é possível concluir que a gestão dos conflitos nas favelas a partir da militarização está longe de ser efetiva na redução das desigualdades nesses territórios. A guerra às drogas, o tráfico de armas e os crimes contra o patrimônio continuam a guiar a intervenção do poder público nesses locais, enquanto grupos armados assumem o controle e a administração desses espaços, fruto de uma negligência secular do Estado no investimento em bens e serviços que abriu portas para essa dominação. No entanto, armas e drogas não são produzidas nas favelas, o que torna ainda mais contraditória a construção da estigmatização desses territórios enquanto “produtores da violência” – lógica que ajuda a manter a ideia de que o inimigo público reside ali.

A segregação espacial e a lógica da cidade moldada por interesses capitalistas são fatores que perpetuam a alocação da pobreza em áreas que, no Rio de Janeiro, também são alvos de disputas pelos grupos armados. Dessa maneira, identificamos que as favelas vivenciam a gestão militarizada desses grupos – fações e milícias – que impõem uma conduta na favela a

partir do grupo que domina o território, cooptando a juventude, principalmente homens negros, e explorando economicamente os serviços que não são oferecidos com qualidade pelo poder público e até mesmo pelo setor privado. Vivenciam, também, a militarização por parte do Estado, por meio de incursões nas favelas que se submetem à lógica militar em um contexto de guerra constante e no caso das tentativas de “pacificação” que não cumprem o objetivo de “abrir portas” para os investimentos sociais, falhando em seu propósito.

Diante desse cenário, este trabalho entende que a contribuição aos estudos sobre a marginalização das favelas e a gestão desses espaços por meio da militarização é crucial para a disputa no campo do planejamento urbano, frequentemente utilizado como um mecanismo de manutenção das assimetrias, como no processo de “reforma urbana” da era Pereira Passos e, mais recentemente, na construção da “Cidade Olímpica”, para citar alguns exemplos. Uma cidade planejada para quem vive nela é também uma cidade onde o direito à vida, à educação, à saúde, ao lazer, ao transporte de qualidade e, fundamentalmente, aos direitos humanos, são respeitados e fortalecidos.

Em contrapartida, as favelas sempre se mobilizaram de maneira coletiva para suprir as necessidades negligenciadas pelos governos. Baseando-se na solidariedade e na empatia, essas comunidades desenvolveram uma sociabilidade robusta, impulsionada pela ancestralidade negra e pela rica cultura da capoeira, do samba, do funk, pela tradição dos bailes e pela forte conexão com o território. A proximidade entre as residências fortalece os laços de vizinhança e a coletividade, possibilitando respostas criativas às carências de serviços básicos como eletricidade, saneamento e fornecimento de água. Os moradores das favelas demonstram habilidade em articular soluções com profundo conhecimento do chão onde pisam.

No Jacarezinho, esse cenário não é diferente. O NICA Jacarezinho, o LabJaca e o Jaca Contra o Corona são exemplos de iniciativas comunitárias, construídas pelos próprios moradores, que buscam incidir sobre a realidade dos habitantes da favela em diversas frentes, sempre orientadas pelo antirracismo e pela disputa dos sentidos da favela. O memorial de vítimas da chacina do Jacarezinho produzido em 2022, foi uma ação que representou um marco na disputa da memória daqueles que são vítimas da violência do Estado, colocando em primeiro plano a humanização dessas pessoas, que possuem nome, data de nascimento e família. Apesar de ter sido destruído dias depois pela polícia civil, a iniciativa representou uma potente mobilização dos moradores, coletivos do território e de defesa dos direitos humanos a partir da chacina que marcou a história do Jacarezinho e do Rio de Janeiro.

A partir das experiências apresentadas, podemos concluir que os moradores de favela apresentam uma alternativa para a gestão militarizada que o poder público impõe nesses territórios, articulando-se em iniciativas que buscam promover direitos, conhecimentos sobre a favela e disputar a opinião pública sobre esses locais enquanto espaços criativos, solidários, instruídos e potentes. No entanto, tais iniciativas operam de maneira limitada. Embora possam causar impacto na vida de alguns moradores, não possuem a capacidade de universalizar políticas, o que é responsabilidade do Estado. Em um cenário onde esses direitos são garantidos e o acesso a esses serviços é democrático, seria concebível que os moradores não precisassem se organizar para construir tais ações. Ainda assim, elas representam a capacidade de coesão dos moradores em torno de melhorias para o território e para os habitantes da favela. Recentemente, o uso da internet potencializou essas iniciativas, permitindo que a arrecadação de doações por meio de "vaquinhas" alcançasse um maior número de potenciais doadores, graças à capacidade das redes sociais de viralizar conteúdos.

Como apresentam Cidinho e Doca na música “Eu só quero é ser feliz”, a possibilidade de “*andar tranquilamente na favela onde eu nasci*”¹⁸ é um desejo dos favelados e uma dívida histórica do Estado. As favelas nasceram como uma resposta coletiva à falta de moradia que fez com que a população vulnerável tivesse que se adaptar à realidade imposta. Mais de um século depois, a representação da favela ainda é moldada por preconceitos de raça e classe. É fundamental resgatar a raiz desse preconceito para entendermos como construir um futuro diferente, que não repita o passado e nem dê respostas falaciosas para questões que possuem origem social e urbana.

Alguns caminhos para superar essa realidade incluem o fortalecimento de uma democracia plena, que não seja segmentada por território ou classe social, e o investimento em políticas públicas para reduzir as desigualdades. Isso envolve garantir acesso à renda, moradia de qualidade, saneamento, saúde, educação, lazer, cultura e justiça climática. É crucial também reduzir a letalidade policial e desinvestir em instrumentos de guerra e medidas ostensivas que geram insegurança e medo nas favelas. Além disso, é urgente interromper o genocídio da juventude negra e favelada, assim como a política de morte implementada no Rio de Janeiro. No entanto, é importante reconhecer que, em um sistema que coloca o lucro acima da vida, alcançar esses objetivos sem superá-lo pode ser difícil, para não utilizarmos a palavra “impossível”.

¹⁸ Trecho da música “Eu só quero é ser feliz” de Cidinho e Doca. Letra completa: <https://www.letras.mus.br/cidinho-e-doca/885060/>.

Durante a pesquisa, encontramos alguns temas que não foram desenvolvidos neste trabalho por não se alinharem com nossos objetivos, mas que merecem atenção futura. Entre eles, o processo de dominação das favelas e periferias do Rio de Janeiro pelas milícias, que já não são mais vistas como um “poder paralelo” e estão cada vez mais enraizadas no Estado brasileiro. Outro tema relevante é o uso da tecnologia como ferramenta de perpetuação da lógica racista na segurança pública, especialmente através de mecanismos como o reconhecimento facial. Por fim, a relação entre religião e crime é uma questão pertinente, destacando a proximidade entre o crime, o neopentecostalismo e as disputas de poder nas instituições do Estado.

Por fim, saliento que esta dissertação foi germinada durante a pandemia de Covid-19. Concluí-la sem mencionar esse episódio nefasto em nossas vidas seria um equívoco. Permito-me encerrá-la com um sopro de esperança, por termos superado este período, embora com muitas vidas perdidas e tantas marcas difíceis de superar.

Que possamos apostar na pureza das respostas das crianças e das novas gerações. Que a memória e a ancestralidade nos guiem e não permitam que percamos a indignação diante das injustiças reveladas pela luta de classes que, como afirmam dois velhos companheiros, é a história de todas as sociedades até hoje existentes (Marx e Engels, 2015).

REFERÊNCIAS

ABREU, Jonas. A invenção da favela industrial: pistas da história, memória e identidade do Jacarezinho. **Revista Ambivalências**, v.8, n.15, p. 262-300, jan.- jun/2020.

ALBUQUERQUE, Gisela Baer de. Regulação e sanções pelo tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro. In: V ENADIR, GT. 13, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: 2017, p. 1-15. Disponível em:

<https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/GISELA.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ALVES, Raoni. Justiça proíbe apreensão de menores sem ser em flagrante nas praias, e Castro rebate: 'Não adianta depois dizerem que a gente errou'. **G1**, Rio de Janeiro, dezembro de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/15/justica-proibe-apreensao-de-menores-sem-ser-em-flagrante-na-operacao-verao.ghtml>. Acesso em 02 jan. 2024.

AROUCA, Marcelo; CARDOSO, Cláudia Pons. Pedagogias De Favelas: Educação Popular, Emancipação e Descolonização. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 3, n. 7, p. 1-19, 2022.

BARBOSA, Jorge Luiz. A favela na cena da cultura urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Espaço e Cultura (UERJ)**. n. 36, p. 217-234, jul./dez. 2014.

BASSAN, Pedro. Vendedor de balas é agredido após ser confundido com ladrão em Copacabana: 'Sou trabalhador'. **G1**, Rio de Janeiro, dezembro de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/06/vendedor-de-balas-e-agredido-apos-ser-confundido-com-ladrao-em-copacabana-sou-trabalhador.ghtml>. Acesso em 02 jan. 2024.

BASSAN, Pedro; LEITÃO, Leslie. PM pretende aumentar de 120 para 650 o número de câmeras de reconhecimento facial. **G1**, Rio de Janeiro, abril de 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/16/pm-pretende-aumentar-para-650-o-numero-de-cameras-de-reconhecimento-facial.ghtml>. Acesso em 18 abril 2024.

BASTOS, Suellen. DJ Rennan da Penha é absolvido da acusação de associação ao tráfico de drogas pelo STJ. **G1**, Rio de Janeiro, junho de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/02/dj-rennan-da-penha-e-absolvido-da-acusacao-de-associacao-ao-trafico-de-drogas-pelo-stj.ghtml>. Acesso em: 01 dez. 2023

BBC NEWS BRASIL. Polícia e militares invadem o Complexo do Alemão. **BBC News Brasil**, Brasil, novembro 2010. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101128_rio_invasao_fn. Acesso em: 24 abril 2024.

BIANCHI, Paula. Jacarezinho, no Rio, tem 7 mortos em 9 dias de confrontos entre traficantes e policiais. **Uol**, Rio de Janeiro, agosto de 2017. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/20/jacarezinho-tem-7-mortos-em-9-dias-de-confrontos-entre-trafficantes-e-policiais.htm>. Acesso em 04 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 mar. 2024.

_____. **Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2018/Decreto/D9288.htm#textoimpresso. Acesso em 20 abril 2024.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em 13 abril 2024.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, Ano XVI, nº 29, 2013.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

CARMO, Wendal. Erros em série expõem fragilidade do reconhecimento facial como ferramenta de combate ao crime. **Carta Capital**, sociedade, abril de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tecnologia/erros-em-serie-expoem-fragilidade-do-reconhecimento-facial-como-ferramenta-de-combate-ao-crime/>. Acesso em: 19 abril 2024.

CARNEIRO, Sandra; SANT'ANNA, Maria. Militarização das escolas públicas: tensões e negociações em torno deste modelo de gestão escolar. In: FARIAS, Juliana [et al.] (org.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, p. 203-222, 2018.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade 2023**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/#baixarmapa>. Acesso em: 02 mar. 2024.

COELHO, Henrique. 'Cidade Integrada': 14 anos após criação das UPPs, RJ inicia por Jacarezinho e Muzema novo projeto de ocupação de favelas. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, janeiro 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/19/governo-do-rj-ocupacao-jacarezinho.ghtml>. Acesso em 04 maio 2024.

COIMBRA, Cecilia. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COSENTINO, Renato. **A invisibilização da pobreza e dos pobres no Rio Olímpico**. Comitê Popular Rio, Rio de Janeiro, abril de 2013. Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/tag/olimpiadas/>. Acesso em 03 nov. 2023.

COSTA, Rafael. Programa ‘Cidade Integrada’ no Jacarezinho completa 2 anos sem nenhuma ação efetiva; moradores relatam dificuldades. **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/programa-cidade-integrada-no-jacarezinho-completa-2-anos-sem-nenhuma-acao-efetiva-moradores-relatam-dificuldades/>. Acesso em 05 maio 2024.

CRUZ, Adriana; BARREIRA, Gabriel. Equipe do 'Cidade Integrada' só entrava no Jacarezinho com autorização e contato era pai de chefe do tráfico, diz testemunha. **G1**, RJ2, Rio de Janeiro, fevereiro 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/02/01/equipe-do-cidade-integrada-so-entrava-no-jacarezinho-com-autorizacao-e-contato-era-pai-de-chefe-do-trafico-diz-testemunha.gh.html>. Acesso em 5 maio 2024.

CUNHA, Monica. **Foi a realização de mais um “Café das Fortes”, com as mães e familiares do Jacarezinho, junto com outros familiares que também tiveram seus filhos assassinados pelo Estado**. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2021. Twitter: @monicacunhario. Disponível em: <https://x.com/monicacunhario/status/1395755200502288388>. Acesso em: 26 maio 2024.

DA CUNHA, Neiva Vieira; DA SILVA MELLO, Marco Antonio. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.

FANTTI, Bruna. Ação de Cláudio Castro no Jacarezinho, no RJ, patina 2 anos após promessa. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, dezembro de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/acao-de-claudio-castro-no-jacarezinho-no-rj-patina-2-anos-apos-promessa.shtml>. Acesso em 05 maio 2024.

FEITOZA, Lucas. Só 4% dos jovens do Alemão frequentam a faculdade; maior índice está na Zona Sul. **Voz das Comunidades**, abril de 2023. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/so-4-dos-jovens-do-alemao-frequentam-a-faculdade-maior-indice-esta-na-zona-sul/>. Acesso em: 19 maio 2024.

FERNANDES, Ana. 2013. Decifra-me ou te devoro: Urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do Urbanismo no Brasil. In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONI, Jorge Guilherme e PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira**: objeto teoria prática. São Paulo; Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

FERREIRA, Alexandre. Muro que separa Linha Vermelha de favela ganha painéis da Olimpíada. **G1**, Rio de Janeiro, julho de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/muro-que-separa-linha-vermelha-de-favela-ganha-paineis-da-olimpiada.html>. Acesso em 03 nov. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. **Folha de São Paulo**, São Paulo e Brasília, março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em 19 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12 ed., 2021.

FRANCO, Marielle. **UPP, a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal Fluminense, 2014.

FREITAS, Ricardo Ferreira (org.); MELLO, Flávia Barroso de; ELIAS, Roberto Vilela. De “Cidade Maravilhosa” a “Cidade Olímpica”: Reflexões sobre a (re)construção da “marca Rio”. In: BELMINO, Sílvia Helena (org.). **Intercidades**: consumos e imaginários urbanos. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 146-159, 2020.

G1. Fim do Auxílio Emergencial deve deixar mais de 22 milhões sem benefício; entenda. **G1 Economia**, outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2021/10/26/fim-do-auxilio-emergencial-deve-deixar-mais-de-22-milhoes-sem-beneficio-entenda.ghtml>. Acesso em 19 maio 2024.

_____. Memorial com nomes dos 28 mortos em operação no Jacarezinho é derrubado pela polícia, que cita 'apologia ao tráfico'. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/11/memorial-no-jacarezinho-com-nomes-dos-mortos-na-operacao-mais-letal-do-rj-e-derrubado-pela-policia.ghtml>. Acesso em 26 maio de 2024.

GENI. Chacinas policiais no Rio de Janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade. **Relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro, abril de 2023. Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2023/05/Relatorio_Chacinas-Policiais_Geni_2023.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

GONÇALVES, Leidiane de Castro. **A guarda Real de polícia da corte**: instituição e policiamento no Rio de Janeiro (1808-1821). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, p. 92. 2018.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

G.R.E.S. UNIDOS DO JACAREZINHO. **Do batuque à apoteose o samba pede passagem**. **Rio de Janeiro**: 1985. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-do-jacarezinho/1985/>. Acesso em 30 nov. 2023.

GRILLO, Carolina; HIRATA, Daniel. A intervenção de interesses privados na segurança pública do Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique (Brasil)**, ano 11, nº 130, 2018.

GRINBERG, Felipe. Inteligência da PM monitorou atuação de políticos e advogado de Direitos Humanos na favela do Jacarezinho. **O Globo**, Rio de Janeiro, maio de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/05/16/inteligencia-da-pm-monitorou-atuacao-de-politicos-e-advogado-de-direitos-humanos-na-favela-do-jacarezinho.ghtml>. Acesso em: 26 maio de 2024.

HABITABILITY. LabJaca: dados em favor das favelas. E dos direitos humanos. **Habitability**, Redação, 08 maio 2023. Disponível em: <https://habitability.com.br/labjaca-dados-em-favor-das-favelas-e-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 09 maio 2024.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HENDERSON, Alexandre. Financiamento coletivo busca garantir acesso à internet para candidatos ao Enem. **G1**, Rio de Janeiro, junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/12/financiamento-coletivo-busca-garantir-acesso-a-internet-para-candidatos-ao-enem.ghml>. Acesso em 21 maio 2024.

HERINGER, Carolina; AMORIM, Diego. Cidade Integrada: projeto planejado há meses para o Jacarezinho tem pedido emergencial de compra de câmeras de monitoramento. **O Globo**, Rio de Janeiro, janeiro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cidade-integrada-projeto-planejado-ha-meses-para-jacarezinho-tem-pedido-emergencial-de-compra-de-cameras-de-monitoramento-25360432>. Acesso em 05 maio 2024.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Relatório anual 2023**. Brasil, janeiro de 2024, p. 1-50. Disponível em: <https://s3.us-east-2.amazonaws.com/br.com.fogocruzado/bc25c4ef-d0bf-405b-b77e-86f96d7620c9>. Acesso em 01 fev. 2024.

_____. **Comando Vermelho cresce em 2023**. Rio de Janeiro, abril de 2024. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mapa-historico-dos-grupos-armados-rio-de-janeiro-2023>. Acesso em 20 abril 2024.

INSTITUTO HUB. **HUBer! #28 - "LabJaca: laboratório de dados e construção de narrativas"**. Youtube, 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PM3s9vDKrmg>. Acesso em: 09 maio 2024.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Índice de progresso social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2018. Disponível em: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/documents/b9089f9622304d1e814146d75965a7fc/explore>. Acesso em: 04 maio 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL - PACS. **Rio Olímpico: qual o legado um ano depois dos jogos?**. Rio de Janeiro: PACS, 2017a.

_____. **Riqueza e desigualdade na Zona Oeste Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PACS, 2017b.

JACA CONTRA O CORONA. **Sábado, o Jaca Contra O Corona fez uma ação mais que especial, atendemos uma localidade chamada B2, favela nos entornos do Jacarezinho, que possui 50 famílias em moradias precárias, a maioria construída com madeira e papelão [...]**. Instagram, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDPkB8zpBZV/?igsh=MTZ6azRsZ2o0c244bg==>. Acesso em: 19 maio 2024.

JANSEN, Roberta. Governador do Rio anuncia R\$ 500 milhões para favelas a nove meses da eleição. **Uol**, Rio de Janeiro, janeiro 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/01/22/governador-do-rio-anuncia-r-500-milhoes-para-favelas-a-nove-meses-da-eleicao.htm>. Acesso em 04 maio 2024.

JORNAL DO BRASIL. Morro da Mangueira recebe a 18ª e maior UPP da cidade. **Jornal do Brasil**, acervo, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/11/03/morro-da-mangueira-recebe-a-18a-e-maior-upp-da-cidade.html>. Acesso em 20 abril 2024.

LABJACA. **Apresentação**. [s.d.]. Disponível em: <https://labjaca.com/sobre/apresentacao/>. Acesso em 09 maio 2024.

_____. **“Eu quero mais que só sobreviver”**: Entre memórias, medos e sonhos de jovens negros de duas favelas cariocas, um estudo sobre masculinidades negras e periferias. Rio de Janeiro: LabJaca, 2023.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 43-90, 2000.

_____. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 6, n. 2, p. 374-388, 2012.

LEITE, Márcia Pereira et al. Sobre os dispositivos de governo dos pobres em uma cidade militarizada. In: FARIAS, Juliana [et al.] (org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, p. 9-16, 2018.

LEITE, Márcia Pereira; FARIAS, Juliana. Militarização e dispositivos governamentais para lidar com os “inimigos” do/no Rio de Janeiro. In: FARIAS, Juliana [et al.] (org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, p. 240-261, 2018.

LYRA, Diogo et al. Um olhar sobre o Jacarezinho. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 17, 2021.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2002), A continuidade do problema da favela. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro, Editora FGV/CNPq, pp. 220-237.

_____. A experiência das UPPs: uma tomada de posição. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 1, p. 7-24, 2015.

MADEIRO, Carlos. Covid mata 55% dos negros e 38% dos brancos internados no país, diz estudo. **Uol**, Maceió, junho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/covid-mata-54-dos-negros-e-37-dos-brancos-internados-no-pais-diz-estudo.htm>. Acesso em: 19 maio 2024.

MANSO, Bruno Paes. **A República das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MATA, João da. Jacarezinho: favela palco de massacre nasceu como quilombo, lutou contra a ditadura e hoje é refém da violência. Entrevistado: Rumba Gabriel. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57208131#:~:text=V%C3%ADdeos-,Jacarezinho%3A%20favela%20palco%20de%20massacre%20nasceu%20como%20quilombo%2C%20lutou%20contra,hoje%20%C3%A9%20ref%C3%A9m%20da%20viol%C3%Aancia&text=A%20opera%C3%A7%C3%A3o%20policial%20mais%20letal,%22%3A%20a%20favela%20do%20Jacarezinho>. Acesso em: 25 abril 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1edições, 2018.

MC LEONARDO. **A proibição dos Bailes Funk no Rio**. YouTube, 5 de outubro de 2015. 2min34s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?reload=9&app=desktop&v=Ya4F-5FxRa0&ab_channel=SeaCidadeFosseNossa. Acesso em 20 jan. 2023.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado Favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014.

MENDONÇA, Alba Valéria. Ex-PMs acusados de estupro em 2014 são condenados a 56 anos de prisão no Rio. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, junho 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ex-pms-acusados-de-estupro-em-2014-sao-condenados-a-56-anos-de-prisao-no-rio.ghml>. Acesso em 04 maio 2024.

MENDONÇA, Márcio José. Urbicídio no Rio de Janeiro. **GEographia**, v. 23, n. 50, p. 1-17, 2021.

MENEZES, Paloma Valle. “Vivendo entre dois deuses”: a fenomenologia do habitar em favelas “pacificadas”. In: FARIAS, Juliana [et al.] (org.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, p. 70-91, 2018.

METRÓPOLES. Witzel e Flávio Bolsonaro vão a Israel comprar drone que dispara tiros. **Metrópoles**, Brasil, novembro de 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/witzel-e-flavio-bolsonaro-vao-a-israel-comprar-drone-que-dispara-tiros>. Acesso em 18 abril 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Brasil, maio de 2024. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 16 maio 2024.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 139–157, set. 2007.

MONTEIRO, Dani. **O ano é novo, mas as práticas são do passado**. Rio de Janeiro, 11 jan. 2024. Instagram: (@danimonteiro.psol). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C1-eskQp1hc/?igsh=MXRwMWxjTg3Y3Q2cg%3D%3D>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MOREIRA, Jéssica. Do Rio de Janeiro à Palestina: a militarização dos territórios. Entrevistada: Gizele Martins. **Nós, mulheres da periferia**, Rio de Janeiro, maio de 2021. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/do-rio-de-janeiro-a-palestina-a-militarizacao-dos-territorios/>. Acesso em 04 jun. 2024.

NICA JACAREZINHO. **Conheça a gente**. Rio de Janeiro, c2020. Disponível em: <https://www.nicajacarezinho.org/nucleo-socioeducacional>. Acesso em 21 maio 2024.

NITAHARA, Akemi. Ações solidárias priorizaram distribuição de alimentos em favelas: Boletim levantou informações sobre iniciativas no Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, dezembro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/acoes-solidarias-priorizaram-distribuicao-de-alimentos-em-favelas>. Acesso em: 19 maio 2024.

NUNES, Pablo. Artigo: levantamento revela que 90,5% dos presos por monitoramento facial no brasil são negros. **Veículo The Intercept Brasil**, novembro de 2019. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/artigo/levantamento-revela-que-905-dos-presos-por-monitoramento-facial-no-brasil-sao-negros/>. Acesso em: 19 abril 2024.

NUNES, Pablo; SILVA, Mariah Rafaela; OLIVEIRA, Samuel R. de. **Um Rio de câmeras com olhos seletivos**: uso do reconhecimento facial pela polícia fluminense [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/05/PANOPT_riodecameras_mar22_0404b.pdf. Acesso em: 18 abril 2024.

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA. **Relatório de pesquisa**: Avaliação do Programa Cidade Integrada no Bairro do Jacarezinho. Rio de Janeiro, 2022.

O GLOBO. Bolsonaro critica tratamento dado aos mortos no Jacarezinho e parabeniza Polícia Civil pela operação. **O Globo**, Rio de Janeiro, maio de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bolsonaro-critica-tratamento-dado-aos-mortos-no-jacarezinho-parabeniza-policia-civil-pela-operacao-1-25010791>. Acesso em 01 maio 2024.

_____. Miséria e violência são marcas da comunidade do Jacarezinho, um dos piores IDH do município do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, janeiro de 2022a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/miseria-violencia-sao-marcas-da-comunidade-do-jacarezinho-um-dos-piores-idh-do-municipio-do-rio-25360072>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. Primeira ocupação, há quase dez anos, não levou segurança nem investimentos sociais a moradores do Jacarezinho. **O Globo**, Rio de Janeiro, janeiro de 2022b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/primeira-ocupacao-ha-quase-dez-anos-nao-levou-seguranca-nem-investimentos-sociais-moradores-do-jacarezinho-1-25359592>. Acesso em 04 maio 2024.

_____. Castro e Paes afirmam que escolas cívico-militares estão mantidas no RJ mesmo após decisão do governo Lula de encerrar programa de Bolsonaro. **O Globo**, Rio de Janeiro, julho de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/07/13/castro-e-paes-afirmam-que-escolas-civico-militares-estao-mantidas-no-rj-mesmo-apos-decisao-do-mec-de-encerrar-programa-de-bolsonaro.ghhtml>. Acesso em 13 abril 2024.

PENNAFORT, Roberta. 'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo', afirma Wilson Witzel. **Uol**, Rio de Janeiro, novembro 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>. Acesso em 05 fev. 2024.

PEREIRA, Vanderson dos Santos. **O genocídio da população negra como política de Estado**: estudo de caso da chacina do Jacarezinho. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2023.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Os territórios do narcotráfico: os morros do Rio de Janeiro. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009.

PORCIDONIO, Gilberto. Maioria dos moradores de comunidades do Rio ajudou outra família durante a pandemia, diz pesquisa. **O Globo**, Rio de Janeiro, julho de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/maioria-dos-moradores-de-comunidades-do-rio-ajudou-outra-familia-durante-pandemia-diz-pesquisa-24510921>. Acesso em 20 dez. 2023.

RAMOS, Silvia (coord.). **Intervenção federal**: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019.

RAMOS, Silvia. A ditadura policial militar nas favelas já começou?. **Rede de Observatórios da Segurança**, Rio de Janeiro, maio de 2022. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/ditadura-militar-favelas/>. Acesso em 26 maio 2024.

RESENDE, Leandro. Deputados do Rio aprovam projeto de lei que prevê o fim das UPPs. **Veja**, Rio de Janeiro, fevereiro de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/deputados-do-rio-aprovam-projeto-de-lei-que-preve-o-fim-das-upps>. Acesso em: 19 dez. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 47.928 de 19 de janeiro de 2022**. Institui o Programa Cidade Integrada no âmbito do governo do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-47928-2022-rio-de-janeiro-institui-o-programa-cidade-integrada-no-ambito-do-governo-do-estado-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em 04 maio 2024.

ROCHA, Matheus. Veja as comunidades com mais chacinas em operações policiais no Rio. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/jacarezinho-e-bairro-do-rio-onde-chacinas-policiais-mais-mataram.shtml#:~:text=Pesquisa%20mostra%20que%20foram%20112,na%20regi%C3%A3o%20metropolitana%20da%20cidade&text=A%20opera%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADcia%20Civil,um%20ponto%20fora%20da%20curva>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ROCHA, Lia de Mattos. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: FARIAS, Juliana [et al.] (org.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, p. 223-239, 2018.

ROY, Ananya. Planejamento e gestão espacial da pobreza. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 11, n. 1, p. 129-139, 2009.

SANSÃO, Luiza. ‘Cada vez que avançamos, eles nos param, matando mais’, diz mãe de jovem assassinado. **Ponte Jornalismo**, agosto de 2017. Disponível em: <https://ponte.org/cada-vez-que-avancamos-eles-nos-param-matando-mais-diz-mae-de-jovem-assassinado/>. Acesso em: 26 maio 2024.

SANTOS, Angela Cristina da Silva. **Pensando estratégias para o enfrentamento da evasão em pré-vestibulares populares**: um estudo de caso na Maré – Rio de Janeiro/RJ. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos**. Coimbra: Editora Almedina, 2014.

SANTOS JUNIOR, Orlando; WERNECK, Mariana; NOVAES, Patrícia Ramos. Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. Santiago: **Revista de Urbanismo**, n. 42, p. 1-16, 2020.

SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde**: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SATRIANO, Nicolás. Favela na Zona Oeste do Rio tem mais operações da polícia, e Zona Norte concentra 60% delas. **G1**, Rio de Janeiro, junho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/29/favela-na-zona-oeste-do-rio-tem-mais-operacoes-da-policia-e-zona-norte-concentra-60percent-delas.ghtml>. Acesso em 02 mar. 2024.

SEPE. **Cartilha Novo Ensino Médio (NEM)**. Rio de Janeiro, março de 2024. Disponível em: <https://seperj.org.br/baixe-aqui-a-cartilha-do-sepe-sobre-o-novo-ensino-medio-para-os-debates-nas-escolas/>. Acesso em 23 maio 2024.

SILVA, Caíque Azael Ferreira et al. Atitudes que fazem a diferença: coronavírus e os coletivos nas favelas. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 435-448, 2021.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, João Luiz. **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; [X] BRASIL, 2005.

SILVA, Mozart Linhares da. Mestiçagem e dispositivo de segurança no Brasil pós-abolição. **V Colóquio Nacional Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a educação. 2017.

SILVA, Rosane Leal da; SILVA, Fernanda dos Santos Rodrigues da. Reconhecimento facial e segurança pública: os perigos do uso da tecnologia no sistema penal seletivo brasileiro. In: **Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**. Santa Maria, 2019, p. 1-18.

SILVEIRA, Gustavo. “Jaca Contra O Corona” – Projeto Une Coletivos Na Luta Pelo Enfrentamento Da Pandemia Do Covid-19. **Polifonia Periférica**, agosto de 2020. Disponível

em: <https://www.polifoniaperiferica.com.br/2020/08/08/jaca-contr-o-corona-projeto-une-coletivos-na-luta-pelo-enfrentamento-da-pandemia-do-covid-19/>. Acesso 19 maio 2024.

SOARES, Rafael. Intervenção anuncia o fim de 12 UPPs e mudanças em outras sete unidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, abril de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-anuncia-fim-de-12-upps-mudancas-em-outras-sete-unidades-22631936>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Jailson de; BARBOSA, Jorge Luiz; SIMÃO, Mário Pires. **A favela reinventa a cidade**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.

SOUZA, Thayná de. Sobre o memorial construído por familiares de vítimas. **Wikifavelas**, originalmente publicada no jornal Voz das Comunidades, Rio de Janeiro, maio de 2022. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Memorial_aos_mortos_na_Chacina_do_Jacarezinho#:~:text=Voz%20das%20Comunidades,-,Memorial%20%C3%A9%20inaugurado%20em%20homenagem%20aos%2028%20mortos%20na%20chacina,hist%C3%B3ria%20do%20Rio%20de%20Janeiro. Acesso em 23 maio de 2023.

TAVARES, Fábio. História do Jacarezinho. **Blog Jacarezinho-RJ**, 2019. Disponível em: <https://jacarezinhorj.blogspot.com/p/fundacao-do-jacarezinho.html>. Acesso em: 01 maio 2024.

TELLES, Edward. Segregação residencial. In: **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TERRA. Rocinha inaugura UPP com 600 agentes e 100 câmeras para monitorar comunidade. **Terra**, acervo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/rocinha-inaugura-upp-com-600-agentes-e-100-cameras-para-monitorar-comunidade,40b9a418851ca310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 abril 2024.

UOL. PMs invadem, ocupam e roubam casa de moradores do Rio. **Uol**, São Paulo, maio de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/01/pms-invadem-ocupam-e-roubam-casa-de-moradores-do-rio.htm>. Acesso em 05 maio 2024.

_____. Sergipe suspende uso de reconhecimento facial após abordagem errada da PM. **Uol**, São Paulo, abril de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/16/sergipe-suspende-uso-de-reconhecimento-facial-apos-abordagem-errada-da-pm.htm>. Acesso em 19 abril 2024.

VALENTE, Julia Leite. UPPs: Observação sobre a gestão militarizada de territórios desiguais. **Revista Direito e Práxis**, vol. 5, n. 9, 2014, p. 207-225.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; IUPERJ, 1991, p. 81-112.

VASCONCELLOS, Fábio. Polícia para mil e uma utilidades: no Batam, PMs cuidam até de poda de árvores. **Extra**, Rio de Janeiro, agosto de 2009. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/policia-para-mil-uma-utilidades-no-batam-pms-cuidam-ate-de-poda-de-arvores-317703.html>. Acesso em 20 abril 2024.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. De Cidade Maravilhosa à cidade mercadoria: O Rio de Janeiro como valor troca. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2017. N. 39, v. 15, p. 224-238.

VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro inaugura escola cívico-militar no Rio: É a primeira escola desse modelo no município. **Agência Brasil**, Brasília, agosto de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-08/bolsonaro-inaugura-escola-civico-militar-no-rio>. Acesso em 13 abril 2024.

VIEIRA, Danilo; INÁCIO, Cássio. Censo revela aumento no número de pessoas pretas e pardas no RJ; estado é o segundo mais negro do país. **G1**, Rio de Janeiro, dezembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/22/censo-revela-aumento-no-numero-de-pessoas-pretas-e-pardas-no-rj-estado-e-o-segundo-mais-negro-do-pais.ghtml>. Acesso em 02 jan. 2024.

VOZ DAS COMUNIDADES. Cidade Integrada completa 1 ano no Jacarezinho sem muitas mudanças para moradores. **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, janeiro 2023. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/cidade-integrada-completa-1-ano-no-jacarezinho-sem-muitas-mudancas-para-moradores/>. Acesso em 07 maio 2024.

WIKIFAVELAS. Maiores favelas do país. **Wikifavelas**, Rio de Janeiro, setembro de 2023a. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Maiores_favelas_do_Brasil. Acesso em: 10 abril 2024.

_____. Jaca contra o corona (campanha). **Wikifavelas**, Rio de Janeiro, agosto de 2023b. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Jaca_contra_o_corona_\(campanha\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Jaca_contra_o_corona_(campanha)). Acesso em 19 maio 2024.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. 5º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.